Terra Livre

Geopolíticas contemporâneas: poder e espaço



Associação dos Geógrafos Brasileiros

Terra-Livre-40.indd 1 23/07/2014 18:04:00

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional (Gestão 2012-2014)

Diretoria Executiva Nacional
Presidente: Renato Emerson dos Santos (Seção Rio de Janeiro)
Vice-Presidente: Paulo Cabral Lage (Seção Belo Horizonte)
1ª Secretária: Renata Ferreira Silveira (Seção Porto Alegre)
2º Secretário: Paulo Roberto Raposo Alentejano (Seção Rio de Janeiro)
1º Tesoureiro: Silvio Marcio Montenegro Machado (Seção Florianópolis)
2ª Tesoureira: Lara Schmitt Caccia (Seção Porto Alegre)
Coordenador de Publicações: Claudio Ubiratan Gonçalves (Seção Recife)
Auxiliar de Coordenador de Publicações: Charlles da França Antunes (Seção Niterói)
Representantes no CONFEA: Lucimar Fátima Siqueira (Seção Porto Alegre)
Suplente: Lenilson Campos (Seção João Pessoa)

COLETIVOS

Secretaria
Evelin Biondo (Seção Porto Alegre)
Livia Corigliano (Seção Florianópolis)
Vitor Bessa Zacché (Seção Vitória)

Tesouraria
Fernando Conde (Seção Belo Horizonte)
Angelo Menegatti (Seção Curitiba)
Karina Araújo (Seção Niterói)

Publicações
Claudinei Lourenço (Seção Belo Horizonte)
Theo Lima (Seção Porto Alegre)
Paulo Cesar Scarim (Seção Vitória)

Articulação dos GTs
Lucimar Fatima Siqueira (Seção Porto Alegre)
Thalismar Gonçalves (Seção Vitória)
Marília Guimarães (Seção Porto Alegre)
Leonardo Debossan (Seção Belo Horizonte)
Isabela Pasini (Seção Viçosa)
Pedro Gomes do Nascimento (Seção Fortaleza)

Comunicações
Daniel Baliu Fiamenghi (Seção São Paulo)
Ricardo Antônio (Seção Juiz de Fora)
João Marcelo Vela (Seção Florianópolis)
Antonielle Pinheiro (Seção Recife)
Felipe Mariano (Seção Niterói)
Diogo Gomes (Seção São Paulo)

Secretaria Administrativa
Caio Tedeschi de Amorim (Seção São Paulo)

Terra-Livre-40.indd 2 23/07/2014 18:04:00

ISSN 0102-8030

Terra Livre

Publicação semestral da
Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANO 29 - Vol. 1
NÚMERO 40

Terra-Livre-40.indd 3 23/07/2014 18:04:01

Terra Livre

Conselho Editorial: Adriana Maria Bernardes da Silva | Seção Local Campinas/SP; Alexandre Peixoto Faria Nogueira | Seção Local João Pessoa/PB; Ana Maria Hoepers Preve | Seção Local Florianopolis/SC; Anderson Bem - Seção Local Mal. Candido Rondon/PR; Azucena Arango Miranda - Universidad Humboldt de Berlín, Alemania UNAM, México; Carlos Alexandre Leão Bordalo | Seção Local Belém/PA; Charlles da França Antunes (DEN); Claudinei Lourenço | Seção Local Belo Horizonte/MG; Claudio Ubiratan Gonçalves; Clay Anderson Nunes Chagas | Seção Local Belém/PA; Cristiane Cardoso | Seção Local Rio de Janeiro/RJ; Edima Aranha Silva | Seção Local Três Lagoas/MS; Eduardo Karol | Seção Local Niterói/RJ; Eliane Tomiasi Paulino | Seção Local Londrina/PR; Fabrício Gallo | Seção Local Campinas/SP; Fernando Conde | Seção Local Belo Horizonte/MG; Flávia Elaine da Silva Martins | Seção Local Niterói/RJ; Flávio Palhano | Seção Local Vitória/ES; Gabriel de Melo Neto | Seção Local Catalão/GO; Gilmar Alves de Avelar | Seção Local Catalão/GO; Gustavo Felipe Olesko | Seção Local Curitiba/PR; Gustavo Prieto | Seção Local São Paulo/SP; Jeani Delgado Paschoal Moura | Seção Local Londrina/PR; João Fabrine | Seção Local Mal. Candido Rondon/PR; Jorge Ramón Montenegro Goméz | Seção Local Curitiba/PR; Lucas Panitz | Seção Local Porto Alegre/RS; Marcelo Garrido - Universidad Academia de Humanismo Cristiano, Chile; Margarida Pereira - Universidade Nova de Lisboa, Portugal; Marisia Buitoni | Seção Local Rio de Janeiro/RJ; Marleide Sergio | Seção Local Aracaju/SE; Natalia Freire | Seção Local São Paulo/SP; Nazareno José Campos | Seção Local Florianopolis/SC; Nilo Almeida | Seção Local Recife/PE; Pedro Vianna | Seção Local João Pessoa/PB; Raimunda Aurea | Seção Local Aracaju/SE; Raquel Daré | Seção Local Vitória/ES; Rosemeire Aparecida de Almeida | Seção Local Três Lagoas/MS; Saulo Costa | Seção Local Recife/PE; Sinthia Batista | Seção Local Porto Alegre/RS; Verônica Ibarra - Universidad Autonoma do México, UNAM; Willian Rosa Alves (*In memorian*) | Seção Local Belo Horizonte/MG

PARECERISTA AD HOC DA TERRA LIVRE N.40: ROBSON SOARES BRASILEIRO (UFOB)

EDITORES RESPONSÁVEIS: CLÁUDIO UBIRATAN GONÇALVES, CHARLLES DA FRANÇA ANTUNES, CLAUDINEI LOURENÇO

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: LETRA E IMAGEM EDITORA

IMPRESSÃO: NOVA LETRA GRÁFICA E EDITORA

CAPA: ANDRÉ MACHADO **FOTOGRAFIA:** ANDRÉ MACHADO

TIRAGEM: 1000 EXEMPLARES

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (DEN) – AV. PROF. LINEU PRESTES, 322 – EDIFÍCIO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA – CIDADE UNIVERSITÁRIA – CEP. 05508-900 – SÃO PAULO – SP – BRASIL – TEL. (11) 3091-3758

Ficha Catalográfica

TERRA LIVRE, ANO 1, N.1, SÃO PAULO, 1986 - V. ILS. HISTÓRICO:

1986 - ano 1, v. 1
1987 - n. 2
1988 - n. 3, n.4, n.5
1989 - n.6
1990 - n.7
1991 - n.8, n.9
1992 - n.10
1992/93 - n.11/12 (editada em 1996)
1994, 95,96 - interrompida
1997 - n.13
1998 - interrompida
1999 - n. 14
2000 - n.15
2001 - n.16, n.17
2002 - ano 18, v.1, n.18; v.2, n.19
2003 - ano 19, v.1, n. 20; v.2, n.21
2004 - ano 20, v.1, n.22; v.2, n.23
2005 - ano 21, v.1, n. 24; v.2, n.25
2006 - ano 22, v.1, n.26; v.2, n.27
2007 - ano 23, v.1, n.28; v.2, n.29
2008 - ano 24, n.30; v.2, n.31
2009 - ano 25, n.32; v.2, n.33
2010 - ano 26, n.34; v.2, n.35
2011 - ano 27, n.36 v.1; v.2, n.37
2012 - ano 28, n.38 v.1; v.2, n.39
2013 - ano 29, n.40 v.1

Sumário

EDITORIAL | 11

ARTIGOS

GEOGRAFIAS, REDES DE CONHECIMENTO E SABERES PRÓ-MERIDIONAIS | 19
Nilo Américo Lima

A EXPANSÃO E A REPRESSÃO POR IMAGENS: UMA DISCUSSÃO SITUADA NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI | 43
Adriana Dorfman, Arthur Borba Colen França, Luciana Soldera Corseuil

QUEM TEM MEDO DAS FRONTEIRAS NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO? | 65
Márcio Cataia

A METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO EM MARCHA: O PODER DAS METRÓPOLES NA GEOPOLÍTICA MUNDIAL E TERRITÓRIO BRASILEIRO | 81
Eudes Leopoldo de Souza

A INTEGRAÇÃO REGIONAL E HEMISFÉRICA EM SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL, A PARTIR DA GUERRA FRIA, E O PROTAGONISMO BRASILEIRO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES | 99
Claudete de Castro Silva Vitte

A (GEOGRAFIA DA) SOCIEDADE DO TRABALHO | 131
Ruy Moreira

GRUPOS DE TRABALHO (GTs)

CONTRA A PRECARIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA E PELA VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE | 145
Marcos Antônio Campos Couto, André Tinoco Vasconcelos, Fabricia Costa Corrêa, Enio Serra, Marcio da Costa Berbat
(GT de Ensino da AGB Seções Niterói e Rio de Janeiro)

RESENHA

TRABALHO E TRABALHADORES: AS NOVAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO ESPAÇO RURAL | 161
Mercedes Solá Pérez

NORMAS | 165

Terra-Livre-40.indd 6 23/07/2014 18:04:01

Summary

FOREWORD | 13

ARTICLES

GEOGRAPHIES, KNOWLEDGE NETWORKS AND KNOW-HOW PRO-SOUTHERN | 19
Nilo Américo Lima

EXPANSION AND REPRESSION TROUGH IMAGES: A SITUATED DISCUSSION AT THE BRAZIL-URUGUAY BORDER | 43
Adriana Dorfman, Arthur Borba Colen França, Luciana Soldera Corseuil

WHO'S AFRAID OF THE BORDERS IN THE PERIOD OF GLOBALIZATION? | 65
Márcio Cataia

THE METROPOLIZATION OF SPACE ON THE MARCH: THE POWER OF METROPOLIS IN WORLD GEOPOLITICS AND BRAZILIAN TERRITORY | 81
Eudes Leopoldo de Souza

REGIONAL AND HEMISPHERIC INTEGRATION IN SECURITY AND DEFENSE IN SOUTH AMERICA, SINCE THE COLD WAR, AND THE BRAZILIAN LEADERSHIP: SOME CONSIDERATIONS | 99
Claudete de Castro Silva Vitte

WORKING SOCIETY GEOGRAPHY | 131
Ruy Moreira

WORKING GROUPS(WGs)

AGAINST CASUALIZATION OF BRAZILIAN PUBLIC SCHOOLS AND IN DEFENSE OF THE TEACHING PROFESSION | 145
Marcos Antônio Campos Couto, André Tinoco Vasconcelos, Fabricia Costa Corrêa, Enio Serra, Marcio da Costa Berbat
(GT de Ensino da AGB Seções Niterói e Rio de Janeiro)

REVIEW

WORK AND WORKERS: THE NEW SPATIAL CONFIGURATIONS OF RURAL SPACE PRODUCTIVE RESTRUTURATION | 161
Mercedes Solá Pérez

STANDARDS | 165

Terra-Livre-40.indd 8 23/07/2014 18:04:01

Sumario

EDITORIAL | 15

ARTICULOS

GEOGRAFÍAS, REDES DE CONOCIMIENTO E SABERES PRÓ-SUR | 19
Nilo Américo Lima

EXPANSIÓN Y REPRESIÓN POR IMÁGENES: UNA DISCUSIÓN SITUADA EN LA FRONTERA BRASIL-URUGUAY | 43
Adriana Dorfman, Arthur Borba Colen França, Luciana Soldera Corseuil

¿QUIÉN TIENE MIEDO DE LAS FRONTERAS EN EL PERIODO DE LA GLOBALIZACIÓN? | 65
Márcio Cataia

LA METROPOLIZACIÓN DEL ESPACIO EN MARCHA: EL PODER DE LAS METRÓPOLIS EN LA GEOPOLÍTICA MUNDIAL Y TERRITORIO BRASILEÑO | 81
Eudes Leopoldo de Souza

INTEGRACIÓN REGIONAL Y HEMISFÉRICA EN SEGURIDAD Y DEFENSA EN AMERICA DEL SUR, DESPUES DE LA GUERRA FRÍA, Y EL LIDERAZGO DE BRASIL: ALGUNAS CONSIDERACIONES | 99
Claudete de Castro Silva Vitte

LA GEOGRAFIA DE LA SOCIEDADE DEL TRABAJO | 131
Ruy Moreira

GRUPOS DE TRABAJO (GTs)

CONTRA LA PRECARIZACIÓN DE LAS ESCUELAS PÚBLICAS DE BRASIL Y EN DEFENSA DE LA PROFESIÓN DOCENTE | 145
Marcos Antônio Campos Couto, André Tinoco Vasconcelos, Fabricia Costa Corrêa, Enio Serra, Marcio da Costa Berbat
(GT de Ensino da AGB Seções Niterói e Rio de Janeiro)

REVISÍON

TRABAJO Y TRABAJADORES: LAS NUEVAS CONFIGURACIONES ESPACIALES DE LA REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA EN LO ESPACIO RURAL | 161
Mercedes Solá Pérez

NORMAS | 165

Terra-Livre-40.indd 10 23/07/2014 18:04:01

EDITORIAL

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) tem a satisfação e o compromisso político de apresentar, neste número, o dossiê temático "Geopolíticas contemporâneas: poder e espaço".

Pretende-se, com este dossiê, trazer ao plano do debate perspectivas analíticas que explorem as questões geopolíticas contemporâneas em múltiplas escalas. As transformações recentes no mundo demandam uma leitura-escrita urgente quanto aos sujeitos, suas ações, consequências e desdobramentos, nas diferentes configurações espaciais das relações de poder. A soberania nacional, a política educacional, a mundialização do capital, a vigilância e a segurança nas fronteiras, o uso e o controle de redes de conhecimento, a sociedade do trabalho, a economia política do espaço e os contextos espaciais da América Latina, entre outros assuntos, são as principais temáticas a serem abordadas, neste número da revista Terra Livre.

As análises que se seguem contribuem, de modo geral, para a compreensão e a problematização das formas e dos processos políticos em curso, na sociedade do capital. O primeiro artigo discute a questão da apropriação das redes de conhecimento por meio de duas vertentes: a geografia das redes e a geografia em redes. Na primeira vertente, estaria em jogo um enfoque com tratamento mais ontológico, ou seja, do conhecimento do "ser-estar". A segunda vertente enxerga a geografia em redes sob um enfoque mais epistemológico, do conhecimento do "saber ser-estar".

O segundo artigo traz a lume a instigante perspectiva do cercamento eletrônico das ideias, pessoas e fluxos de mercadorias a partir de uma criteriosa exposição de argumentos e imagens apreendidos na fronteira Brasil-Uruguai. Seus autores chamam a atenção para o fato da violência provocada por este controle, por meio da instalação de câmeras de vídeomonitoramento, sob a falsa justificativa do aumento da segurança nos trânsitos fronteiriços.

O terceiro artigo segue a mesma linha do debate que trata a geografia política pela dimensão da fronteira, esta compreendida como uma forma-conteúdo que se reafirma em novos usos do território, e sua ressignificação pelos grupos sociais subalternizados, sobretudo pela ação do Estado, que intenciona garantir usos expressivos da autonomia territorial.

Terra-Livre-40.indd 11 23/07/2014 18:04:01

O quarto artigo problematiza a metrópole como produto e condição da política espacial voltada para o desenvolvimento desigual do espaço urbano. Destaca a incapacidade de o capital, na forma de gestor privado ou público, realizar a desconcentração de poder, no território brasileiro e na geopolítica mundial.

Já o quinto trabalho discute algumas políticas e planos de segurança e defesa adotados na América do Sul. Este estudo aborda as situações de cooperação do Tratado Interamericano e Assistência Recíproca, a Segurança Hemisférica da OEA, a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) e o Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL.

O sexto artigo relaciona o modo de organização da sociedade com a forma-processo de produção do trabalho. Analisa o conceito de sociedade do trabalho e indaga sobre a permanência da centralidade do trabalho na conjuntura atual.

Na seção Grupos de Trabalho, é apresentado um texto-documento, elaborado pelas seções locais da AGB Niterói e Rio de Janeiro, que consiste numa reflexão coletiva sobre o conteúdo das políticas educacionais neoliberais que vêm sendo aplicadas recentemente no Brasil. E, enfim, temos, na seção Resenhas, um convite à leitura do livro *Trabalho e trabalhadores: as novas configurações espaciais da reestruturação produtiva no espaço rural*. Este livro discute o universo do trabalho no espaço rural, dentro da lógica da expansão do sistema do capital, que tem moldado as relações de trabalho, passando o trabalhador da condição de autonomia à precarização.

Vamos à leitura.

Coletivo de Publicações

Terra-Livre-40.indd 12 23/07/2014 18:04:01

FOREWORD

AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) has the pleasure and the political compromisse to show this number, a thematic one "Contemporaneous Geopolitics: Space and Power".

We claim with this number to bring to the debate analytical perspectives that explore contemporaneous geopolitical questions in multiple scales. Recent world transformations interpellate an urgent reading and writing in relation to subjects, their actions, consequences and unfoldings in the different power relations spatial configurations. National sovereignty, educational politics, capital mundialization, frontier vigilance and security, knowledge nets use and control, work society, space politics economy, Latin America spacial contexts, among others, are the main themes treated in this number of Terra Livre.

The analyses that follow contribute in general to politics forms and to comprehension and problematization of processes in progress in capital society. The first article discusses the knowledge nets appropriation through two lines: net geography and geography in nets. At the first one, the approach is ontological, in other words, of being knowledge. The second, considers the geography in nets, with a epistemological approach, of "learning being knowledge".

The second article lights up an incendiary perspective of eletronic fencing of ideas, people and merchandises flows from a judicious exposition of arguments and images taken in the Brasil-Uruguai frontier. The authors call attention to violence of vídeomonitoring camera instalation with a false justification of security.

The third article follows the same debate contour that treats political geography through frontier dimension. It is known as a form-content that it reafirms in new uses of the territory and reframes by subalternized social groups, specially by State action, and aims to guarantee expressive uses of territorial autonomy.

The fourth article discusses metropolis as a product and spacial politics conditions directed to unequal urban space development. It detaches a capital incapacity as private or public manager to do power desconcentration in Brazilian territory and in mundial geopolitics.

The fifth article discusses some political and security and also defense plans adopted in South America. The study approaches cooperation situations

Terra-Livre-40.indd 13 23/07/2014 18:04:01

of Interamerican Reciprocal Assistance Treaty; Hemisferic Security of OEA, OTCA (Organization of Amazonian Cooperation Treaty) and Sulamerican Defense Council of UNASUL.

The sixth article relates society organization mode with form-process of work production. It analyses the concept of work society and inquires about the permanence of work centrality in the actual conjuncture.

In the section Work Groups there is a document elaborated by the local AGB sections (Rio de Janeiro/Niterói) that consists of a collective reflection about the neoliberal educational politics that are in course recently in Brazil. And at last we have in Reviews Sections an invitation to read the book *Work and Workers: the new spatial configurations of rural space productive restruturation*. The book discusses the work universe of rural space inserted in the capital system expansion, that have shaped labor relations, transforming the condition of autonomy of the worker to a precariousness one.

Let's go to reading.

Coletivo de Publicações

Terra-Livre-40.indd 14 23/07/2014 18:04:01

EDITORIAL

La Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) tiene la grata satisfacción y el compromiso político de presentar en este número el dosier temático "Geopolíticas contemporáneas: poder y espacio".

Se pretende, con este dosier, traer al plano de debate perspectivas analíticas que exploren las cuestiones geopolíticas contemporáneas en múltiples escalas. Las transformaciones recientes en el mundo interpelan una lectura-escrita crítica urgente sobre los sujetos, sus acciones, consecuencias y desdoblamientos, en las diferentes configuraciones espaciales de las relaciones de poder. Soberanía nacional, política educacional, mundialización del capital, vigilancia y seguridad en la frontera, uso y control de redes de conocimiento, sociedad del trabajo, economía política del espacio e contextos espaciales de Latinoamérica, entre otras, son las principales temáticas a ser abordadas en este número de la revista Terra Livre.

Los análisis que siguen contribuyen, de modo general, a la comprensión y problematización de las formas y procesos políticos en curso en la sociedad del capital. El primer texto discute la cuestión de la apropiación de las redes de conocimientos a través de dos vertientes: geografía de las redes y la geografía en rredes. En la primera vertiente, estaría en juego un enfoque con tratamiento ontológico, o sea, del conocimiento del "ser-estar". La segunda vertiente ve la geografía en redes a partir de un enfoque epistemológico, del conocimiento del "saber ser-estar".

El segundo texto llama la atención hacia la perspectiva del cercamiento electrónico de las ideas, personas y flujos de mercaderías a partir de un criterio de exposición de argumentos e imágenes aprehendidos en la frontera Brasil-Uruguay. Sus autores destacan la violencia provocada por el control por medio de monitoreo por cámaras con la falsa justificativa del aumento de la seguridad en los tránsitos fronterizos.

El tercer texto sigue la misma línea de debate que trata la geografía política por la dimensión de la frontera. Esta es comprendida como una forma-contenido que se reafirma en nuevos usos del territorio como re-significación por los grupos sociales subalternizados, sobre todo por la acción del Estado, y que tiene como intención garantizar usos expresivos de la autonomía territorial.

Terra-Livre-40.indd 15 23/07/2014 18:04:01

El cuarto texto problematiza la metrópolis como producto y condición de la política espacial hacia el desarrollo desigual del espacio urbano. Destaca la incapacidad del capital en la forma de gestor privado o público de realizar una desconcentración del poder en el territorio brasileño y en la geopolítica mundial.

El quinto trabajo discute algunas políticas y planes de seguridad y defensa adoptadas en América del Sur. El texto aborda las situaciones de cooperación del Tratado Interamericano y Asistencia Recíproca; la Seguridad Hemisférica de la OEA, la OTCA (Organización del Tratado de Cooperación Amazónica) y el Consejo de Defensa Sudamericano de la UNASUR.

El sexto texto relaciona el modo de organización de la sociedad con la forma-proceso de producción del trabajo. Analiza el concepto de sociedad del trabajo e indaga sobre la permanencia de la centralidad del trabajo en la coyuntura actual.

En la sección Grupos de Trabajo, se presenta un texto-documento, elaborado por las secciones locales de la AGB Niterói y Rio de Janeiro, que consiste en un reflexión colectiva sobre el contenido de las políticas educacionales neoliberales que vienen siendo aplicadas recientemente en Brasil. Y, por último, tenemos, en la sección Reseñas, una invitación a la lectura del libro *Trabajo y trabajadores: las nuevas configuraciones espaciales de la reestructuración productiva en el espacio rural*. El libro discute el universo del trabajo en el espacio rural, dentro de la lógica de la expansión del sistema del capital, que ha moldado las relaciones de trabajo generando que el trabajador pase de la condición de autonomía a la precarización.

Vamos a la lectura.

Coletivo de Publicações

Terra-Livre-40.indd 16 23/07/2014 18:04:01

Artigos

Terra-Livre-40.indd 17 23/07/2014 18:04:01

Terra-Livre-40.indd 18 23/07/2014 18:04:01

GEOGRAFIAS, REDES DE CONHECIMENTO E SABERES PRÓ-MERIDIONAIS

GEOGRAPHIES, KNOWLEDGE NETWORKS AND KNOW-HOW PRO-SOUTHERN

GEOGRAFÍAS, REDES DE CONOCIMIENTO E SABERES PRÓ-SUR

NILO AMÉRICO LIMA[1*]

Resumo: O tema das redes tem estado presente nos trabalhos de pesquisa dos geógrafos brasileiros, ao longo de décadas, desde meados dos anos 60 do século XX. Um trabalho mais recente (Pires, 2010) apontou um cenário de pesquisa que pode ser dividido em duas grandes perspectivas teórico-metodológicas: a geografia das redes e a geografia em redes. Conforme nosso ponto de vista, no primeiro caso, estaria em jogo um enfoque mais ontológico (conhecimento do "ser-estar"), e, no segundo caso, um enfoque mais epistemológico (conhecimento do "saber ser-estar").

Acatando este cenário, este artigo representa uma pesquisa que se delimita sobre a "apropriação social do conhecimento e saberes em rede", segundo uma perspectiva escalar meridionalista, descolonial. Seu foco se desdobra na reflexão sobre redes sociais colaborativas; práxis nas redes (colaborativas e pedagógicas) e usos sociais das redes (produção, difusão e apropriação do conhecimento). Acata-se a proposta de espaço-território multidimensionais, caracterizados pelos quatro processos assim denominados: territorialização, territorialidade, espacialização, espacialidade. Coloca-se, sob outros pontos de vista, o debate de que o eixo de geração de valor teria se deslocado do conteúdo material para o conteúdo de conhecimento incorporado aos processos produtivos.

Palavras-chaves: processos geográficos, rede, conhecimento, meridionalismo, descolonial.

Abstract: The networks subject have been present in the research of Brazilian geographers, for decades, since the mid-60s of XX century. More recent work (Pires, 2010) shows a scenario of research that can be divided into two broad theoretical and methodological perspectives: the Network's Geography and Geography on Networks. In the first case, a more

1 Grupo de pesquisa: Geografias em Redes de Conhecimento Pró-Meridionais (CNPQ). AGB – Seção Local Recife/PE. Prof. Dr. Departamento de Ciências Geográficas/CFCH/UFPE. Professor colaborador PPGEO/UFPE. E-mail: nilolimanet@gmail.com

Terra-Livre-40.indd 19 23/07/2014 18:04:01

ontological approach (knowledge of "be-being" as our point of view), and the Geography on Network, focused more epistemological (knowledge of "how to be-being" as our point of view). Accepting this scenario, this text is a survey that is delimited on the "social appropriation of networking knowledge", and yet, according to a scale-meridional perspective, uncolonial. The focus unfolds reflection on collaborative social networks; praxis networks (collaborative and pedagogical) and uses social networks (production, dissemination and appropriation of knowledge). Defers to the proposed space-territory multidimensional characterized by the four so-called process: territorialization, territoriality, spatialization, spatiality. There is, from other points of view, the debate that the axis value generation was displaced from material content to embedded production processes knowledge's content.

Keywords: geographical processes, network, knowledge, pro-Southern, uncolonial.

Resumen: Las temáticas de rede han estado presentes en el trabajo de investigación de los geógrafos brasileños, desde hace décadas, desde mediados de los años 60 del siglo XX. Trabajos más recientes (Pires, 2010) muestra un escenario de investigación que se puede dividir en dos perspectivas teóricas y metodológicas generales: Geografía de Redes y Geografía en Redes. En el primer caso, estaría en juego un enfoque más ontológico (el conocimiento del "ser-estar", según nuestro punto de vista), y la Geografia en Red, se centró más epistemológica (conocimiento de "saber ser-estar", según nuestro punto de vista).

Aceptando esta hipótesis, este texto es una encuesta que se delimita en la "apropiación social del conocimiento y el conocimiento en red", y, sin embargo, de acuerdo con la perspectiva de ascenso meridionalista, decolonial. El enfoque se desarrolla hacia una reflexión sobre las redes sociales de colaboración; redes praxis (colaboración y pedagógica) y utiliza las redes sociales (producción, difusión y apropiación del conocimiento). Se remite a la propuesta del espacio-territorio multidimensional, caracterizadas por los cuatro así llamados procesos: territorialización, territorialidad, espacialización y espacialidad. Hay, desde otros puntos de vista, el debate que propone el desplazamiento del eje de la generación de valor del contenido material al contenido de conocimientos incorporados a los procesos productivos.

Palabras clave: procesos geográficos, red, conocimiento, meridionalismo, decolonial.

INTRODUÇÃO

O presente artigo configura uma proposta de projeto de pesquisa a ser desenvolvido como requisito de nossa participação no Programa de Pós- Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).[2]

2 Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) / Departamento de Ciências Geográficas (DCG).

Terra-Livre-40.indd 20 23/07/2014 18:04:01

Esta proposta é considerada afeita e contribuinte à linha de pesquisa "Educação, Cultura, Política e Inovação na Produção Contemporânea do Espaço" deste programa.

Busca-se demonstrar, numa colaboração epistemológica, que tanto o espaço como o tempo são diferenciados socialmente, o que faz com que nem as posições que se guardam nem as capacidades de poder sejam idênticas, indicando problematização. A circulação, elemento fundamental do fenômeno da rede, pode ser apreciada, estimada e até controlada. E "territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento" (Haesbart, p. 280, 2004).

Metodologicamente, se busca a construção de um Observatório Geográfico de Redes de Conhecimento e Saberes Pró-Meridionais, a ser trabalhado num período de dois anos para sua criação e implantação. Após dois anos, vislumbra-se o desdobramento de novas pesquisas e novos formatos metodológicos, procurando um momento mais propositivo, colaborativo e mediador do que detectador, acompanhador e indicador, este mais próprio dos observatórios sociais.

Este artigo se coloca, assim, como ponto de partida na pretensão de sustentar um trabalho de pesquisa. Ao mesmo tempo, se abre à possibilidade do encontro, pois pretende se associar aos *estudos descoloniais*, esta coletiva reflexão fundante que vem se desdobrando já há algum tempo.

REDES DE CONHECIMENTO E SABERES: DELIMITAÇÕES, GRAFIAS DE TRABALHO E VIDA

O muito recente *Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)*, publicado por ONU/PNUD (2013), chamou a atenção para algumas questões presentes, em seu título "A ascensão do Sul – progresso humano num mundo diversificado." É de se notar que, nas últimas décadas, foram produzidos diversos RDHs a partir da cobertura das assim denominadas "principais regiões do mundo". Neste relatório, sugeriam-se "análises provocadoras e recomendações políticas claras" (idem, 2013), tais como: capacitação política, segurança alimentar, alterações climáticas, tratamento de minorias étnicas e desafios suscitados pela *desigualdade* e segurança dos cidadãos [grifo nosso]. Este último ponto de análise e recomendação foi particularmente referido à região denominada de América Latina e Caribe, isto é, na questão da desigualdade e segurança dos seus cidadãos.

Terra-Livre-40.indd 21 23/07/2014 18:04:01

A definição de "ascensão do Sul" do referido relatório está imediatamente associada ao termo "mundo diversificado", e pontua a evolução geopolítica, as questões, as tendências emergentes e os novos sujeitos sociais na perspectiva do desenvolvimento humano. Em outros termos, haveria dinâmicas de influência com significativo impacto no "progresso do desenvolvimento humano"? (idem, ibidem, 2013).

A cobertura do RDH 2013 (que se pautou no período 2000-2012, mas também se referindo a 1990-2012) examinou, sobretudo, quais seriam as estratégias subjacentes a um desempenho positivo de nações do Sul. Outra questão colocada foi: quais os "fatores impulsionadores específicos da transformação do desenvolvimento" (idem, ibidem, 2013), assim como se sugeriram prioridades políticas futuras a fim de sustentar a suposta dinâmica.

Em termos de produto agregado, tomando-se Índia, China e Brasil, e projetando-se seu crescimento até 2020, apontou-se que estes países superariam o mesmo parâmetro de Canadá, França, Alemanha, Itália, Reino Unido e Estados Unidos. No entanto, tem-se como a essencial mensagem deste (e dos demais RDHs) que "o crescimento econômico não se traduz, por si só e automaticamente, em progressos no desenvolvimento humano" (ONU/PNUD, *op. cit.*). Vem daí a síntese da necessidade da "opção política em prol dos mais desfavorecidos e reforço nas capacidades dos indivíduos" (ONU/PNUD, *op. cit.*).

Levantam-se, assim, algumas questões iniciais: em quais domínios deveríamos nos assentar a fim de sustentarmos esta dinâmica de desenvolvimento dos *povos meridionais*,[3] assim definida em *A ascensão do Sul*? O RDH indica, particularmente, a dimensão da equidade também, como a maior representação e a participação dos cidadãos, incluindo dos jovens. Poderia a dinâmica dos processos geográficos em *redes de conhecimento* contribuir para esta sustentação? Outra questão: o que significa "ascensão do Sul"? Qual *posição* guardam, atualmente, os povos meridionais – e, em particular, os da América Latina – no *sistema-mundo moderno-colonial* (Gonçalves, 2002)? Que termos e definições estão sendo comparados? Qual a densidade territorial da referida ascensão? Vertical? Horizontal? O que pode ser considerado conhecimento, de acordo com a posição guardada, atualmente, pelos povos meridionais?

A *questão meridional* emergiu como pauta de política nacional, colocada, então, por Gramsci ([1926] 2004). A contradição regional (Sul-Norte italiano) significaria mais que uma condição social desigual, mas também uma contra-

3 O termo "meridional" aparece em Gramsci ([1926] 2004).

Terra-Livre-40.indd 22 23/07/2014 18:04:01

dição entre classes, pautando o tema do *trabalho* e da *economia política*. No Brasil, esta problemática foi trazida por alguns pensadores, como Celso Furtado e Francisco de Oliveira. Para nós, ela representa a dimensão política enfaticamente mediada pela escala geográfica dos processos do *sistema-mundo moderno-colonial* (Wallerstein, 1991; Quijano e Wallerstein, 1992), apontando, assim, para a divisão social e territorial do trabalho. Nesse sentido, o meridionalismo foi retomado em Moraes (2006), num escrito que discutiu questões de método em geografia e que fez emergir o debate a partir, também, de outros autores igualmente mencionados como propositores (continuadores) da perspectiva meridionalista e do confronto teórico à hegemonia e subordinação.

Está claro que o problema da *escala* se colocou neste contexto, conforme indicou Moraes (2006, pg. 1), para quem "a condição periférica confere aos países pós-coloniais a vivência da modernidade associada à convivência com relações societárias pré-modernas". Assim, a perspectiva escalar enriquece o debate dos riscos da redução do *global-local*, retomando possibilidades de dimensões político-cooperativas, em níveis nacionais, regionais, sub-regionais e outras perspectivas escalares que a experiência, nos *processos geográficos*, pode apontar. Conforme Smith (1993, p. 98), "the dialectic of identity and difference is central to definition of scale, but nowhere more important than with the body".[4] Sobretudo, a escala geográfica estabelece as dimensões política e da ação, dando sentido à materialidade: são as delimitações.

> Vivemos na plenitude da ordem capitalista, que se expandiu como nunca antes no espaço e atinge uma velocidade de transformação ímpar em sua própria história. Hoje, *diferenças geográficas* são criadas, combinadas, destruídas, interconectadas, e renovadas a cada momento, *em redes e fluxos materiais e virtuais em variadas escalas*. E a 'ciência dos lugares', 'da diferenciação de áreas', 'da relação homem-meio', se sente um pouco desorientada no frenesi das mudanças observáveis na superfície terrestre (Moraes, 2006: 1). [grifos nossos]

Como apontar as diferenciações geográficas? De que modo as combinações interconectadas à ordem capitalista atual interferem nas diversas escalas, além da presumida escala global-local? Como interceptar, analiticamente e na práxis, as capacidades destruidoras e criadoras da mencionada ordem? Como

4 "A dialética da identidade e diferença é central para a definição de escala, entretanto, nesta diferenciação, nenhuma escala é mais importante que a escala do corpo."

Terra-Livre-40.indd 23 23/07/2014 18:04:01

se reorientar, em termos ontológicos (ser-estar) e epistemológicos (saber ser e estar), diante das tradicionais abordagens geográficas de "ciência dos lugares", "da diferenciação de áreas", da "relação homem-natureza", "homem-meio"?

O RDH 2013 demonstrou intenções em níveis de ordem social e de existência. O documento sugeriu o aproveitamento da "riqueza dos conhecimentos, experiências e reflexão sobre o desenvolvimento do Sul", e "insta que sejam criadas novas instituições, que possam facilitar a integração regional e a cooperação Sul-Sul". Seriam estas ações constituintes de inspiração para políticas de desenvolvimento.

O RDH 2013, no entanto, apresentou ênfase de perspectiva no âmbito administrativo, do empreendedorismo e das políticas públicas, assim como a ideia de uma "sociedade civil global". Colocou a responsabilidade das tarefas e esforços sobre o tripé sociedade civil- empresas multinacionais-Estado, para o qual o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento *(*PNUD) teria um útil papel como "*mediador de conhecimentos*, catalisador de parceiros, promotor do intercâmbio de experiências" (ONU/PNUD, *op. cit.*) [grifo nosso].

Aqui, procuramos a maior densidade e tessitura de estrutura de relações: a perspectiva de políticas territoriais, estruturantes, na delimitação da abordagem das redes. Importa, além do tripé Estado-sociedade civil-empresas multinacionais, caracterizar organização em redes de conhecimento e saberes, incluindo a perspectiva de movimentos sociais – produtores específicos de conhecimentos e saberes –, apoiando-nos no ponto de vista das geo-*grafias* (Fernandes, 2005), das *particularidades.* Uma perspectiva mais ampla e mais desdobrada de participação: mais "de baixo, do barro, do chão".

Nesta pesquisa, num primeiro momento, apontamos a perspectiva de construção de Observatório Geográfico sobre Redes de Conhecimento Pró-Meridionais. A modalidade de organização em observatório nos parece mais adequada, a fim de acompanharmos os movimentos em torno de temas ou domínios estratégicos. Observatórios sociais também significam organizações coletivas na medida em que necessitam levantar e integrar dados e realizar sínteses a fim de fomentar indicadores.

Os observatórios (sociais) têm se expandido na perspectiva de instrumentalizar o controle social em problemáticas, visando a ampliar a democratização,[5] já que "as parcerias e a articulação em rede podem ser consideradas essenciais para o desempenho de organizações como os observatórios sociais" (Schommer [et. al.], p. 28, 2011).

5 Ver a respeito Brasil. Câmara dos Deputados/DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2012 (Schommer [et. al.], 2011).

Terra-Livre-40.indd 24 23/07/2014 18:04:01

Por exigência social, e se inserindo no debate a partir da particularidade da formação socioespacial brasileira (e da América Latina),[6] são o avanço e a expansão da democratização e os processos distributivos e solidários de recursos e bens disponíveis que nos interessam como dimensão política no espaço. O conhecimento é uma questão social que adquire particular importância, nos tempos atuais, de processos em escala planetária. Assim, reconhecemos nas problemáticas da distribuição, acesso, apropriação, circulação e comunicação do conhecimento um recorte de pesquisa, com ampla repercussão no espaço social, que colocam questões diante do pesquisador:

1. Haveria uma batalha ideológica e econômica em torno do direito e do acesso ao conhecimento? Quem são os sujeitos destas lutas? Quais são as ações propositivas e as consequentes ações receptivas? O que pode ser considerado e mapeado como conhecimento, além, inclusive, daquilo que circula e se comunica no saber formal?
2. Do ponto de vista das relações Estado-território, qual tem sido o papel do Estado como fomentador de políticas territoriais e gestor-distribuidor de conhecimento? E qual o papel reservado aos grupos sociais em suas vivências concretas no território?
3. Que características assumem os espaços de circulação e de comunicação diante das redes de conhecimento? Haveria um elo indissociável entre materialidade e imaterialidade neste âmbito, corroborando uma epistemologia integradora dos processos?
4. Teria o *eixo central de geração de valor* se deslocado do conteúdo material para o conteúdo do conhecimento incorporado ao processo produtivo? Ou se colocaria, mais densamente, a interpretação intermediária de que estamos enredados, cada vez mais, por um "híbrido" entre materialidade e imaterialidade, funcionalidade e expressividade?
5. Considerando-se que o processo é, ao mesmo tempo, de globalização e fragmentação, de que modo relações Sul-Sul poderiam ser estabelecidas de modo a densificar relações de conhecimento criativas e solidárias?

A abordagem do conhecimento, como foco de pesquisa e debate, possui referências na geografia. Podemos citar o Simpósio Internacional de Geografia do Conhecimento e Inovação (SIGCI),[7] que se realizou, na UFPE, entre 15

6 Ver a respeito Celso Furtado (*Formação econômica da América Latina)* e CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais).

7 http://www.ufpe.br/ppgit/index.php?option=com_content&view=article&id=357:simpo-

Terra-Livre-40.indd 25 23/07/2014 18:04:01

a 17 de junho de 2011, cuja pretensão foi "contribuir para o reconhecimento, aproximação e intercâmbio entre os pesquisadores interessados em reflexões conceituais e observações empíricas em torno da interação entre inovação tecnológica e território". O SIGCI propôs uma reflexão que incluiu a noção de *diferenças geográficas*, pois intentou "discutir as relações entre inovações tecnológicas e territórios, particularmente aqueles menos desenvolvidos". Além disso, o SIGGI trouxe também questionamentos sobre disseminação do conhecimento e divisão do trabalho, distribuição espacial a partir do impacto de políticas de ciência, tecnologia e inovação e diferenças de escala nos sistemas de inovação.

A título de exemplo, e guardadas as devidas diferenças de escala e contexto, podemos mencionar trabalhos que apresentam certas convergências com o SIGGI. Cazarotto (2011), inserida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), contribuiu com a tese *A geografia do conhecimento na inovação do território: um estudo a partir dos polos de inovação tecnológica – Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari/RS*. De modo semelhante, em Portugal, encontramos *Conhecimento, inovação e território*, do professor Vale (2009).[8] Neste último exemplo, combinam-se noções como processo de globalização, economia do conhecimento, arquiteturas organizacionais e espaciais das redes de conhecimento, inovação e desenvolvimento territorial.

Nestes casos, do ponto de vista das redes, as abordagens se aproximam do que Pires (2010, p. 21) denominou de "geografia das redes" – ou "arquitetura das redes" –, opondo-se à "geografia em redes". Do ponto de vista do conhecimento, há uma clara aproximação com a problemática da inovação, operando aí as excelências da geografia econômica, num primeiro plano, e da geografia política, esta mais aplicada às questões de ordenamento territorial, organização espacial e desenvolvimento territorial vinculado a polos de desenvolvimento. Além do mais, este demonstra ser um campo de pesquisa e de atuação em consolidação.

Outra proposta a ser mencionada é a aproximação entre geografia e conhecimento que tem sido apresentada por Marandola Júnior (2010). Neste caso, colocou-se o âmbito epistemológico quando se detectou a dissociação arte/pensamento e ciência/arte, no desenvolvimento da ciência moderna. Demonstrou-se

.....

sio-internacional-de-geografia-do-conhecimento-e-inovacao-&catid=37&Itemid=122; www.sigci-gritt.com.br; sigci-gritt@ufpe.br

8 Professor associado com agregação do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território e investigador do Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa. E-mail: mario.vale@campus.ul.pt

Terra-Livre-40.indd 26 23/07/2014 18:04:02

que a geografia tem respeitado esta separação, ainda que tenha se utilizado de descrições artísticas, sobretudo literárias, para ilustrar trabalhos.

A partir destas considerações, Marandola Junior (2010, pg. 1) propôs a recondução do encontro entre geografia e arte (mais enfaticamente, a literatura), numa proposta de reestruturação epistemológica, já que "isso não ocorre apenas pela incorporação da arte como documento, mas, sobretudo como símbolo e marca de um espaço-tempo cultural". A contribuição originária para esta abordagem estava em John K. Wright (1947/Associação dos Geógrafos Americanos), que teria apresentado a noção de "geosofia". Esta concepção epistemológica procurava um entendimento da arte como conhecimento geográfico no contexto do humanismo em geografia, até porque garantiria reflexão sobre a condição humana proporcionando universalismo.

Nossa delimitação, tanto no que se refere à problemática do conhecimento como também à de rede, diferencia-se das abordagens acima. A contribuição da geografia econômica é contextual, não de base, em nosso caso. Por isso mesmo, conhecimento deve estar aberto não tão somente ao sistema de *trocas* materiais e imateriais. E a noção de *trabalho* também deve abranger os âmbitos antropológico e societário. Isto torna a abordagem *epistemológica* (saber ser; saber estar) em *ontológica* (ser e estar).[9] Nesse sentido, Dowbor (2009, p. 2), ainda que trazendo uma reflexão em economia do conhecimento, conferiu à noção de conhecimento um enfoque com o qual mais nos aproximamos: ciência, obras de arte, música, filmes e outras manifestações da economia criativa.

O que poderia, então, haver de diferenças com o caminho pautado por Eduardo Marandola, conforme visto acima? Sobretudo, a ênfase epistemológica sobre as "novas territorialidades", as grafias, as delimitações das intencionalidades e teleologias projetadas ao território. Valendo não tão somente a funcionalidade, mas também a expressividade, donde se pergunta: qual o significado para quem constrói? E qual, para quem usufrui? Já a cibergeografia, nas redes acadêmicas de geografia, tem por objetivo estudar como se articula e organiza o saber geográfico por meio de uma rede – Geografizar em Rede (Pires, 2010, p. 21), o que, de certa forma, também é contextual, para nós, na delimitação desta pesquisa.

Se acatarmos o ponto de vista, e cenário de pesquisa, que se descortina com a problemática da rede, conforme foi proposto por Pires (idem), esta pesquisa se delimita sobre a apropriação social do conhecimento em rede, e, ain-

9 "Para os que trabalham em problemas do planejamento espacial, a grande vantagem de falar português é saber que *ser* e *estar* se confundem, mas não são a mesma coisa" (Santos, 1979, p. 62).

Terra-Livre-40.indd 27 23/07/2014 18:04:02

da assim, segundo uma perspectiva escalar meridionalista. Assim sendo, esta perspectiva se desdobra na reflexão sobre "redes sociais colaborativas", "práxis nas redes: colaborativas e pedagógicas" e "usos sociais das redes: produção, difusão e apropriação do conhecimento" (idem).

Compactuamos com a ideia de que o termo rede se reveste de um caráter polissêmico, pois se debruçam sobre ele inúmeros campos de investigação, com objetivos os mais diversos (Machado, 1998; Pires, 2010). Sob este ponto de vista, está em jogo a problemática da representação da *ação à distância*, que acaba por se associar à problemática da *extensão territorial*. Isto significa a não-neutralidade do território para a abordagem das redes – pelo contrário, as redes se colocariam como fator essencial para delimitações no território. Nisto reside a relevância da noção de (geo)grafias. Importa encontrar não apenas potencialidades da ação em redes, mas também seus limites, estabelecendo assim a dimensão estratégica nesta pesquisa.

Deve-se questionar sobre a possibilidade territorial (em rede) advinda, por exemplo, no Brasil, no Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e que, por sua vez, ratificou a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta é uma possibilidade especialmente relevante para nossa abordagem, na medida em que estabelece a concepção de que se desenvolve a "particularização do universal", quando se enredam declarações e convenções internacionais diante de povos e comunidades tradicionais (Shiraishi Neto, 2007), pelas quais esta particularização reconhece "grupos culturalmente diferenciados", que se reconhecem como tal também a partir de formas de organização que usam "conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição".[10]

De outra feita, Ronzani (2011) demonstrou particularidades na produção e no desenvolvimento de *software livre* no contexto da América Latina em relação à América do Norte. Deste modo, haveria uma diferenciação na identidade, o que nos sugere a questão da escala. Como se configuram as redes de conhecimento de software livre na América Latina?

Outros processos relacionados a redes de conhecimento (tais como a constituição e os fluxos da Escola Nacional Florestan Fernandes, das Escolas Itinerantes e da Universidade Livre Fora do Eixo) nos interessam no sentido de sua caracterização e análise. E, devido à importância na ocupação e na produção

10 O artigo 3º do Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007, define povos e comunidades tradicionais com todos os elementos e critérios estabelecidos no artigo 1º da Convenção 169 da OIT.

Terra-Livre-40.indd 28 23/07/2014 18:04:02

do espaço público como expansão do conhecimento (e como potencialidade de desenvolvimento humano), nosso recorte também se debruçará sobre a *arte mosaico*: quais redes a constituem, no território brasileiro e na América Latina?

A REDE, O CONHECIMENTO, SER E ESTAR: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DEBATE

A geografia tem se representado, desde o século XIX, como um campo de conhecimento e saber debruçado sobre o *amènagement du territoire* – organização do espaço, espaciologia, ciência dos lugares (não dos homens), ciência da diferenciação de áreas. Geógrafos e muito outros cientistas e práticos trabalharam, nesta perspectiva, para a construção, sobretudo, do Estado Territorial Moderno (ordem geopolítica instituída por protagonistas), ainda um construto central na periferia do sistema mundo moderno-colonial.

Por exigência de método, é a dinâmica do espaço geográfico que nos interessa. Numa visão que representa a multidimensionalidade de relações socioespaciais, podemos reconhecer quatro processos geográficos em seus estatutos teóricos e suas diferenças (Fernandes, *op. cit.*): a *espacialização*, a *espacialidade*, a *territorialização* (e desterritorialização/reterritorialização) e a *territorialidade*. Trata-se de definição bastante ampla, porém necessária, na medida em que estabelece pontos de partida e de chegada, a fim de que a pesquisa se debruce sobre transformações contínuas – estabelecidas por sujeitos sociais situados na geografia e na história –, produtoras de diversos tipos de espaços materiais e imateriais: políticos, culturais, econômicos, socioambientais, ciberespaços. Em sua multidimensionalidade, o espaço só pode ser compreendido não em fragmentos ou setorialização, mas em sua capacidade de compor geo-grafias:

- o espaço é produto e produção;
- lugar de onde se parte e aonde se chega;
- movimento e fixidez;
- processo e resultado.

Esta proposta teórica dos processos geográficos contempla a necessidade de leitura geográfica de movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Seu objetivo é a compreensão de processos de exclusão, conflitos e, sobretudo, de processos criativos de se pensar espaços e territórios a partir de movimentos e novas solidariedades, espaços e territórios insuficientemente problematizados. Está aí, portanto, uma perspectiva epistemológica e ontológica pela qual espa-

Terra-Livre-40.indd 29 23/07/2014 18:04:02

ço e território são categorias densas, espessas. Geo-grafias precisam ser lidas para se considerar seus protagonistas. Para Dear, "the notion of 'postmodern planning' draws attention to the *texts* of planning: the built environment, the theory, and the practice of planning" (1988, p. 28).[11] Segundo Gonçalves,

> uma das questões centrais que se apresenta, nos dias de hoje, diz respeito, exatamente, às novas grafias na terra, aos novos limites territoriais e, como a definição de limites é a própria essência da política, é toda a questão dos protagonistas que está em jogo (...) (Gonçalves, 2002: 229).

O que se considera, então, é que a compreensão da capacidade composicional do espaço social pode contribuir para revelar os movimentos dos processos geográficos, acima mencionados. Estes movimentos poderiam ser:

- a expansão de um processo;
- seu fluxo e refluxo;
- a criação;
- a destruição;
- a capacidade multidimensional.

Assim, o que se quer mobilizar, por questão de método, nesta proposta de pesquisa, são *intencionalidades* [teleologia] de relações sociais que são capazes de determinações articuladoras de ações propositivas e ações receptivas. Intencionalidades que, igualmente, produzem representações do espaço. Todos estes movimentos são constituintes de formas de poder?

Este quadro que realiza intencionalidade por ser uma visão de mundo, também é uma epistemologia, reproduzindo delimitações no espaço e no território, diferentes leituras socioespaciais, uma posição, uma proposição do que seria saber-ser:

> O *trabalho* é formado por posições teleológicas que, em cada oportunidade, põem em funcionamento séries causais. Basta essa simples constatação para eliminar preconceitos ontológicos milenares. Ao contrário da causalidade, que representa a lei espontânea na qual todos os movimentos de todas as formas de ser encontram a sua expressão geral, a teleologia é um modo de pôr – posição sempre realizada por uma *consciência* (Lukács, 1968: 6) [grifos nossos].

11 "A noção assim denominada de 'planejamento pós-moderno', joga atenção às *grafias* do planejamento: o entorno construído, a teoria, e a prática do planejamento".

Terra-Livre-40.indd 30 23/07/2014 18:04:02

Como exemplo destas apropriações, podemos comparar e até estabelecer equivalências entre as noções de território e de cartografia. A cartografia, assim como o território, é uma *convenção*. Ao mesmo tempo, uma *confrontação*, na medida em que sua representação já implica na escolha de uma projeção que enfatiza leitura específica sobre processos sociais. O que é o mapa-múndi, representado com o hemisfério norte na posição superior do plano combinado ao meridiano de Greenwich, na posição central? Sendo o território, assim como o conhecimento cartográfico, uma convenção e, ao mesmo tempo, uma confrontação, indica *relação de poder*. Os processos geográficos inerentes à noção de território, a territorialização-desterritorialização-reterritorialização e a territorialidade, igualmente, não escapam a esta condição:

> As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e/ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, *conhecimento*. (...) os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. O *conhecimento* é um importante tipo de território, daí a essencialidade do método. Para construção de leituras da realidade é fundamental criar métodos de análise, que são *espaços mentais (imateriais)* onde os pensamentos são elaborados (Fernandes, 2005, p. 28) [grifos nossos].

O exemplo acima esclarece esta condição material-imaterial, tanto da produção do espaço como da produção dos territórios. A cartografia é um conhecimento produzido e em reprodução, até mesmo pelas constantes recombinações tecnológicas. Expressa interações entre teoria e prática, e, como de resto, expressa o conhecimento de modo geral. E também esta mesma condição material-imaterial traz o imperativo de se reconhecerem os processos geográficos em sua multidimensionalidade, em suas relações sociais, explicitando conflitos, contradições, criatividade, convenções, confrontações.

O que se quer adotar, como pontos de partida e de chegada, é uma realidade relacional, estruturas de relações, compondo coisas e relações sociais juntas. E esta proposta de definição entra em confronto com epistemologias classificatórias e/ou descritivas. No afã de se afirmar como ciência, a geografia, sob forte contexto classificatório, autodefiniu-se como "ciência dos lugares e não dos homens" e até como "ciência do espaço", uma espécie de espaciologia.

Terra-Livre-40.indd 31 23/07/2014 18:04:02

Mas a geografia também se coloca como ciência das relações humanas – estas, sim, apoiadas no tempo e no espaço. E são estas categorias que devem ser desdobradas: *espacialidade*, *espacialização*, *territorialidade*, *territorialização*, pois definem realidades relacionais, movimento e fixidez, sistemas de objetos indissociáveis aos sistemas de ação, apoiados no tempo e no espaço. Assim, o trabalho geográfico se debruça sobre os arranjos espaciais e territoriais dos objetos como condição e consequência das ações humanas.

Portanto, cabe à geografia a explicitação das relações humanas. Conhecer e operar sobre esta dinâmica

- sobre a consciência das realidades multidimensionais do espaço;
- lutar por gestar valores (sociais) apoiados nas realidades espaço-temporais;
- construir e operar, por meio de práticas e práxis, de modo que nem a teoria se cristalize como um dogma e nem a prática se cristalize numa alienação.

E a mediação é o *trabalho*, que faz a produção de valor econômico, mas não apenas. O trabalho realiza e orienta os processos geográficos. Admitimos, sob este apanágio epistemológico, que a geografia vem apresentando um esforço analítico no que diz respeito aos processos geográficos, aqui apresentados numa leitura a partir de Fernandes (*op. cit.*):

A territorialização-desterritorialização-reterritorialização dizem respeito a *ações concretas*. São resultados. Sendo que a territorialização representa a *criação* e *expansão* de territórios, de modo que a desterritorialização diz respeito a ações concretas de *destruição* e *retração* de territórios. A reterritorialização representa, por exemplo, as diversas *realocações* da dinâmica do mundo.

A territorialidade se refere à *manifestação* das relações sociais *mantenedoras* desta ou daquela territorialidade. Se um hospital for utilizado unicamente para seu próprio fim, temos um exemplo de *territorialidade local simples*. Se uma mesma rua apresenta diferentes usos (tráfego de veículos, feira livre, área de lazer etc.), convencionais ou não, temos exemplo de *territorialidade local múltipla*. A convivência de diferentes culturas interagindo (como blocos de maracatus ou danças de tango em áreas do Sudeste brasileiro, ou Centros de Tradição Gaúcha em áreas do Centro-Oeste, Norte ou Nordeste do Brasil) é um exemplo de *territorialidade deslocada*.

A espacialização significa "movimento concreto das ações" no espaço geográfico e no território. É circunstancial, quer dizer, não contínuo. Mas, a espacialização não é territorialização que é expansão. A espacialização não é apenas o

Terra-Livre-40.indd 32 23/07/2014 18:04:02

movimento da sociedade, porque depende do espaço para se realizar, e nisto reside o conteúdo da história (Santos, [1988] 1997). O processo de espacialização, como movimento circunstancial e não contínuo, quando realizado, se torna fato acontecido. Não se pode pretender a "desespacialização", pois nem haveria sentido lógico nisto. O processo de circulação e comunicação do conhecimento em rede, a circulação de mercadorias do comércio e as diversas modalidades de marchas representam a espacialização, por exemplo.

A espacialidade significa "movimento contínuo" das ações, e carrega o "significado das ações", sendo, portanto, movimento subjetivo. A espacialidade, por ser contínua, não se concretiza. A consciência do espaço, propagandas e lembranças da memória representam espacialidades.

É preciso que se levantem, de imediato, estas questões de método, já que vivemos num contexto de disseminação, em escala planetária, de processos gerais que se referem a relações de trabalho, difusão de informações e forças direcionadas à homogeneização cultural e consequentes fragmentações (Haesbaert e Limonad, 2007). Estão colocadas, diante destes processos, novas realidades contemporâneas que se associam até mesmo a questões de mudanças de paradigmas. São ideias e ideologias, sistemas de objetos indissociáveis de sistemas de ação (Santos, [1996] 2004) sobre as quais devemos reconhecer suas linhas de fraqueza e de força (Santos, 2001), e sobre as quais a geografia se vê na obrigação de produzir suas interpretações, atribuindo relevância política, estratégica, a esta tarefa.

Há o imperativo da necessidade de compreensão de espaços e territórios antes não pensados, ou insuficientemente problematizados, já que resultam da indissociabilidade de sistemas de objetos e de ação, da experiência de vida no *meio técnico-científico informacional* (Santos, 1994). É a visão articulada e conectada, integradora de experiências de espaço e território.

O senso comum tem produzido recorrentes imagens sobre este processo que se revelam empobrecedoras, e não condizentes com o alargamento dos contextos e das densidades das relações socioespaciais do atual período. E há esforços para se reagir a estas pauperizações discursivas, dos quais um dos mais consistentes e reconhecidos, abordando repercussões a respeito de processos globais-locais**,** encontra-se em *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade* (Haesbaert, 2004). Também, neste sentido, podemos registrar a obra *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (Santos, 2001).

Terra-Livre-40.indd 33 23/07/2014 18:04:02

O alargamento dos contextos e as novas densidades da vida, que exigem o abandono de visões empobrecedoras, vêm trazendo novas possibilidades de recortes de pesquisa. Podemos mencionar alguns exemplos: Raffestin (1993), argumentando sobre a noção de recursos, na qual a ênfase recai sobre a relação, sendo o recurso não exatamente a matéria bruta, mas um dado do trabalho, da técnica e da territorialidade-territorialização; a questão do sujeito na produção do espaço, articulando-se trabalho, teleologia e causalidade (Moraes, 1996); a metamorfose do espaço habitado, a natureza do espaço (técnica, tempo, razão, emoção) e a noção de formação socioespacial, para lembrarmos apenas algumas das contribuições de Santos (1997; 2004; 2005); o combate a mitos sobre condições geográficas em tempos de globalização (Haesbart, 2004); as claras diferenças de geograficidade entre os conceitos de fronteira, limite e redes naturais, infraestruturais, técnicas, transnacionais e também as redes informacionais-cognitivas (Machado, 1998); o esforço em entender as grafias da produção de geografias (Gonçalves, 2002); as possíveis recombinações do paradigma geográfico da geografia (Moreira, 2012).

À guisa de consideração parcial, algumas hipóteses podem ser colocadas, neste momento:

- Grafias em redes de conhecimento constituem problemática de "estruturação e reestruturação de sistemas de circulação", desígnio da competência do profissional geógrafo, conforme Lei Federal 6.664/79, repercutindo uma problemática econômica por definição.
- A afirmação da geografia como saber, como ciência e como conhecimento geral, diante do período contemporâneo do material-imaterial, necessita *alargar a perspectiva de escala* além da relação dicotômica sujeito-objeto. Nas dicotomias, os sujeitos tendem a se desmanchar, como problemática, no discurso geográfico.
- A geo-grafia, até então majoritariamente enfatizadora dos significados de "geo" (ciência da terra, ciência do solo, ciência do meio, espaciologia), deve se debruçar em busca dos significados de "grafias" – as delimitações materiais-imateriais dos sujeitos sociais – em busca da compreensão das novas territorialidades, a fim de alargar seu reconhecimento na divisão do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações estratégicas entre redes e poder, das quais se depreende a estratégia da mobilidade, cujos elementos centrais são a circulação (bens, seres, serviços)

Terra-Livre-40.indd 34 23/07/2014 18:04:02

e a comunicação/informação (Raffestin, 1993), já anteriormente mencionados, foram pautadas na literatura geográfica. A exponenciação das ações em rede e o possível deslocamento do eixo central de geração de valor – da troca material para a troca imaterial do conhecimento –, resultados, em parte, da vivência planetária da expansão da ordem capitalista, vêm merecendo um acompanhamento em sua expansão.

Tendo em conta o atual período, que é também demarcado, na literatura geográfica, como o da conectividade entre o recurso material e o imaterial; tendo em conta a percepção de que vivemos um período de "acute social convulsion" (Dear, 1988),[12] e das três leituras da globalização como (1) "fábula", (2) "perversa" e (3) "outra globalização" (Santos, 2001); e tendo em conta a condição estratégica do conhecimento, com clara repercussão em territorialidade e espacialidade, conforme vimos nas argumentações anteriores, faz-se mister nos debruçarmos sobre as relações entre as redes e o poder, considerando-as como uma relação afeita à geografia e à política (dimensões sociais), senão às perspectivas mais gerais das geo-*grafias*, contribuindo, assim, para a reflexão em epistemologia da geografia.

O Quadro 1, abaixo, apresenta a diversidade de enfoques da geografia brasileira na abordagem das redes, adensando a problemática de geografia e sistemas de circulação.

Quadro 1. Enfoques teórico-metodológicos da geografia das redes

Enfoques	**Autores**	**Ano**
Evolução da rede urbana brasileira Redes territoriais de comunicação	Pedro Pinchas Geiger Helena Kohn Cordeiro	1963 1989
Redes urbanas e de gestão Serviços, firmas, bancos	Correa, Roberto Lobato	1989
Redes sociotécnicas; redes técnico-informacionais, sistemas de engenharia, acréscimos	Santos, Milton	1995
Redes técnico-informacionais, sistemas de engenharia, acréscimos	Silveira, Maria Laura e Santos, Milton	2001

12 "Aguda convulsão social".

Terra-Livre-40.indd 35 23/07/2014 18:04:02

Enfoques	Autores	Ano
Redes transacionais Política, economia	Machado, Lia Osório	1998
Redes geográficas Estudos sobre origem das redes	Ribeiro, Miguel Angelo	2000
Redes urbanas e econômicas Serviços, petróleo	Egler, Claudio Antônio & Pires do Rio, Gisela	2003
Redes sociotécnicas: estudos sobre origem das redes, bancos, telecomunicações	Dias, Leila Christina	2004
Redes técnicas: bancos, ciberespaço, estruturas virtuais de acumulação, redes sociais e acadêmicas	Pires, Hindenburgo Francisco	2005
Redes técnicas e redes urbanas	Spósito, Eliseu Savério	2005

Fonte: Pires (2010). Adaptado por Nilo Américo Lima (2013)

Além dos enfoques demonstrados no Quadro 1, acima, pontuamos aqui as abordagens já clássicas de Raffestin (1993): as redes e o poder/a circulação e a comunicação/os atores e a circulação/os atores e a comunicação; Haesbaert (2004): territórios, redes e aglomerados de exclusão/territórios, redes e territórios rede/desterritorialização e aglomerados de exclusão.

Diante da comprovada abrangência do tema, esta pesquisa pretende alcançar, com a construção do Observatório Geográfico de Redes de Conhecimento Pró-Meridionais, o domínio[13] de *apreciar* e *estimar*, e de certo nível de *controle* (social) do âmbito de circulação das redes de conhecimento. O apreço é mais do que ver, pois imprime juízo, estabelece valor e proporciona desenvolvimento (pedagógico), já que é ação mais organizada do que intuitiva. Já a estima significa determinar parâmetros e estabelecer cálculos no sentido do raciocínio: em nosso caso, ponderar, avaliar recorrências históricas e prever hipotéticas tendências.

Resta-nos mencionar que a iniciativa desta reflexão, além de ponto de partida para o trabalho de pesquisa que se apresenta, é também ponto de partida para o encontro com os *estudos descoloniais*, este movimento coletivo que vem se densificando na história e perspectiva pró-meridionais, e que postula a *diferença*

13 Raffestin (1993, p. 200; 202) considerou a circulação como sinal de potência e como componente da mobilidade, ao lado da comunicação. O domínio da circulação se prestava à apreciação, à estima e ao controle.

Terra-Livre-40.indd 36 23/07/2014 18:04:02

colonial, isto é, quando 'os outros' (nós do Sul) somos constitutivos e não somente uma derivação, como quer a codificação colonizadora (Mignolo, 2005; Quijano, 2005) – a ousada possibilidade de uma filosofia primeira, histórica, não descontínua, mas constitutiva a partir da perspectiva descolonial (Pansarelli, 2002). Esta possibilidade é uma dimensão fundamental – uma medida – que orienta a caracterização e o posicionamento desta pesquisa.

Nos inspiram a inserção do conhecimento geográfico e a geopolítica em redes de conhecimento, abrindo novos pontos de vista sobre a sentença de Dowbor (2009, pg. 1), de que "o eixo central de geração de valor desloca-se do conteúdo material para o conteúdo de conhecimento incorporado aos processos produtivos (...) gerando uma batalha ideológica e econômica em torno do direito de acesso ao conhecimento." Nos inspira a inspiração de Boff (2013), a propósito dos últimos acontecimentos de redes e ruas no Brasil: do ser humano emergindo como nó de relações totais. Um fenômeno rizoma – raízes em todas as direções –, no qual a vida se constrói na medida em que se ativa o complexo de relações, da formação socioespacial, do espaço multidimensional. "De baixo, do barro, do chão".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. "O ser humano como nó de relações totais." Portal leonardoBOFF.com, 2013. Disponível em: http://leonardoboff.wordpress.com/2013/06/16/o-ser-humano-como-no-de-relacoes-totais/. Acesso: 16 de junho de 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados/DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2012.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007. "Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais." Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 31/03/2013.

CAZAROTTO, Terezinha Rosmari. *A geografia do conhecimento na inovação do território: o caso dos polos de inovação tecnológica – Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari (RS).* Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Ano de obtenção: 2011.

Terra-Livre-40.indd 37 23/07/2014 18:04:02

DEAR, Michel. "State, territory and reprodution: planning in a postmodern era." In: BECKER, Bertha (et.al.). *Tecnologia e gestão do território*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1988.

DOWBOR, Ladislau. "Da propriedade intelectual à economia do conhecimento." Portal Ladislau Dowbor, 2009. Disponível em: http://dowbor.org/2009/11/da-propriedade-intelectual-a-economia-do-conhecimento-outubro.html/. Acesso: 05 de novembro de 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. "Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais." In: *Revista NERA*. Presidente Prudente, Ano 8, n. 6, p. 14-34, jan./jun. 2005. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf. Acesso em: 10 set. 2010.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. "Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades." *Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales en América Latina y el Caribe*. 2002. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ Acesso em: 06/11/2011.

GRAMSCI, Antonio. "A questão meridional." In: *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1926] 2004.

HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. "O território em tempos de globalização." *Etc, espaço, tempo e crítica*. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e Outras Coisas*. N. 2(4), vol. 1, 15 de agosto de 2007.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LIMA, Nilo Américo. "Ideias eixo e também as fora de eixo: considerações sobre desenvolvimento territorial." In: *Revista de Geografia* (UFPE), V. 29, n. 2, 2012.

LUKÁCS, George. "Bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem." 1968. Disponível em: http://webdav.sistemas.pucminas.br:8080/webdav/sistemas/sga/20082/139876_As%20bases%20ontol%C3%B3gicas%20do%20pensamento%20e%20da%20atividade%20do%20homem.pdf. Acesso em: 28/05/2011, 14h23.

MACHADO, Lia Osório. "Limites, fronteiras, redes." In: STROHAECKER, T. M. (et. al.) (org.). *Fronteiras e espaço global*, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p. 41-49. Disponível em: www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/LimitesPAlegre1998.pdf. Acesso em: 04/04/2010.

Terra-Livre-40.indd 38 23/07/2014 18:04:02

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. "Humanismo e arte para uma geografia do conhecimento." In: *Geosul*, v. 25, n. 49, Florianópolis, Santa Catarina, 2010. Disponível em: http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2010v25n49p7. Acesso em: 12/03/2013.

MIGNOLO, Walter. "A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade." In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. pp. 71-103, setembro 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html Acesso em: 05/2013.

MORAES, Antônio Carlos Robert. "Política e modernidade na geografia brasileira." Acessa.com/Gramsci e o Brasil. 2006. Disponível em: http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=. Acesso em: 12/12/2011.

_____. *Ideologias geográficas*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MOREIRA, Ruy. "Correndo atrás do prejuízo: o problema do paradigma geográfico da geografia." In: *Revista da ANPEGE*, v. 7, n. 1, número especial, p. 50-58, out. 2011. Disponível em: http://anpege.org.br/revista/ojs2.2.2/index.php/anpege08/article/viewFile/169/RAE5. Acesso em: 13 mar. 2012.

ONU/PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano, 2013.

PANSARELLI, Daniel. *A filosofia dusseliana da libertação e sua ética. Ética e pedagogia na filosofia de Enrique Dussel*. Maringá. Ano I, n. 4, maio de 2002. Disponível em: http://www.urutagua.uem.br//04fil_daniel.htm. Acesso em maio de 2013.

PIRES, Hindenburgo Francisco. "Redes sociais colaborativas e geografia em rede: as novas formas de apropriação do conhecimento social no século XXI." In: *Terra Livre*. São Paulo/SP, ano 26, v. 1, n. 34, jan-jun/2010, p. 17-36. Disponível em: http://www.agb.org.br. Acesso em: 25/02/2013.

QUIJANO, Anibal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina." In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, pp. 227-278, setembro 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html Acesso em: 05/2013.

QUIJANO, Aníbal e WALLERSTEIN, Imannuel. "American as a concept, or the Americas in the modern world-system." In: UNESCO, Paris. *International Journal Of Social Sciences*, n. 134, nov. 1992.

Terra-Livre-40.indd 39 23/07/2014 18:04:02

RAFFESTIN, Claude. "As redes e o poder." In: RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RONZANI, Rafael Yamim. *Entre vilões e mocinhos: o software livre no contexto das Américas*. Dissertação (História Social), Dep. História/FFLCH/USP. São Paulo. 2011. Disponível em: http://www.teses.usp.br. Acesso em: 05/03/2013.

SANTOS, Mílton. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão, emoção*. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

_____. "Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método." In: SANTOS, Mílton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 21-41, 2005.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SCHOMMER, Paula Chies; MORAES, Rubens Lima; NUNES, Jonas Tadeu; CLAUDINO, Jonatan. *Pesquisa – Observatórios sociais voltados à cidadania e à educação fiscal no Brasil: estrutura e atuação*. Relatório técnico. Florianópolis; Itajaí: UDESC/ESAG e OSI, 2011. Disponível em: http://www.osflorianopolis.com.br/arquivos/4290_Pesquisa_UDESC_Observatorios.pdf. Acesso em: 12/03/2013.

SHIRAISHI NETO, Joaquim (org.). "Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional." In: *Coleção Documentos de Bolso*, n.º 1, PPGSCA-UFAM / Fundação Ford Manaus: UEA, 2007. Disponível em: http://www.novacartografiasocial.com/downloads/Livros/livro_docbolso_01.pdf. Acesso: 19/03/2013.

SMITH, Neil. "Homeless/global: scaling places." In: BIRD, J.; CURTIS, B.; PUTNAM, T.; ROBERTSON, G.; TICKNER, L. *Mapping the futures: local culture, global changes*. Londres: Routledge, p. 87-120, 1993.

VALE, Mário. "Conhecimento, inovação e território." In: *Finisterra*, XLIV, 88, pp. 9-22, 2009.

Terra-Livre-40.indd 40 23/07/2014 18:04:02

WALLERSTEIN, Imannuel. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1991.

Terra-Livre-40.indd 41 23/07/2014 18:04:02

Terra-Livre-40.indd 42 23/07/2014 18:04:02

A EXPANSÃO E A REPRESSÃO POR IMAGENS: UMA DISCUSSÃO SITUADA NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI

EXPANSION AND REPRESSION TROUGH IMAGES: A SITUATED DISCUSSION AT THE BRAZIL-URUGUAY BORDER

EXPANSIÓN Y REPRESIÓN POR IMÁGENES: UNA DISCUSIÓN SITUADA EN LA FRONTERA BRASIL-URUGUAY

Adriana Dorfman[1]
Arthur Borba Colen França[2]
Luciana Soldera Corseuil[3]

Resumo: Este artigo discute as imagens que são projetadas sobre as cidades situadas na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, relativizadas a partir dos conceitos de *punctum* e *studium* e da teoria situada. Estas imagens representam os trânsitos fronteiriços, ora como uma indicação de costumes tradicionais, integração e paz, ora como um problema de segurança nacional e pública a ser controlado por meio da instalação de câmeras de videomonitoramento. Em 2013, uma portaria do Ministério da Justiça do Brasil habilitou processos de instalação de câmeras de videomonitoramento, no âmbito da Estratégia Nacional de Fronteiras. Por meio de trabalhos de campo, revisão de bibliografia e do acompanhamento das normativas, concluiu-se que a violência presente na fronteira gaúcha, ligada a situações domésticas e familiares, não pode ser diminuída apenas com a instalação de câmeras. Assim, a imagem da violência produzida pelas câmeras não corresponde à verdade da violência nessas cidades de fronteira e amplia a estigmatização da região.

Palavras-chaves: controle, vigilância, fronteiras, estética, câmeras de segurança.

Abstract: This paper discusses the images that derive from and can be projected over the cities located on the Brazil-Uruguay border, analyzed with the aid of Roland Barthes' concepts of *punctum* and *studium* and Haraway's situated knowledge theory. These images represent the

1 AGB – Seção local Porto Alegre / E-mail: adriana.dorfman@ufrgs.br
2 AGB – Seção local Porto Alegre / E-mail: arthurborba@outlook.com
3 AGB – Seção local Porto Alegre / E-mail: piratadelestrecho.o@gmail.com

Terra-Livre-40.indd 43 23/07/2014 18:04:02

border transit sometimes as an indication of traditions, customs, integration, and peace, sometimes as a national and public security issue to be controlled through video surveillance systems. In 2003 Brazil's Ministry of Justice issued a ministerial order approving the setting-up of video surveillance cameras as part of the National Border Strategy. Fieldwork and bibliography revision – as well as observation of the follow-up stage of the approval of such order – lead to the conclusion that the ongoing violence in the Rio Grande do Sul border cannot be tackled only through the setting-up of camera systems since it is mainly connected with domestic and family issues. Thus, the image of violence captured by these cameras does not correspond to the real violence in the border cities; in fact, it broadens the stigmatization of the region.

Keywords: surveillance, borders, control, aesthetics, security cameras.

Resumen: El texto discute imagines que derivan de y pueden ser proyectadas sobre ciudades situadas en la frontera Brasil-Uruguay, pensadas a partir de los conceptos de *punctum* y *studium* y de la teoria situada. Esas imágenes oscilan entre representar a los tránsitos fronterizos como una indicación de costumbres tradicionales, integración y paz o como un problema de seguridad nacional y publica a ser controlado a través de la instalación de cameras de video-monitoria. En 2013, una portaría del Ministerio de la Justicia de Brasil habilitó procesos de instalación de tales cameras en perímetro urbano en el marco de la Estrategia Nacional de Fronteras. A través de trabajos de campo, revisión bibliográfica y de la análisis de las normativas y de su implementación, concluimos que la violencia presente en la frontera gaucha ligada a situaciones domesticas no podrá ser disminuida apenas con la instalación de cameras de control del espacio público. Por lo tanto, la imagen de la violencia producida por las cameras no corresponde a la verdad de la violencia en esas ciudades de frontera; la misma imagen amplia la estigmatización de la región.

Palabras clave: control, vigilancia, fronteras, estetica, camaras de seguridad.

INTRODUÇÃO – *Procedimento de abertura: a imagem como expansão e como repressão*

Este artigo visou a analisar questionamentos que surgiram durante uma aula, quando, ao olharmos imagens, sentimos a necessidade de nos instrumentalizar na chamada "leitura imagética". Pelas imagens, fomos levados a espalhar por nosso campo de trabalho algumas premissas básicas e referências topológicas. Era disto que se tratava: de expandir ideias, compô-las junto com outras, seguir o fio de seus pensares e descobrir onde elas poderiam desembocar, em procedimentos de texto e também procedimentos de imagens sempre expansivos.

Terra-Livre-40.indd 44 23/07/2014 18:04:02

Depois de definir estratégias de subjetivação das imagens, o movimento analítico se fez político, porque ultrapassou o plano ideal ao se situar diante da discussão da instalação de câmeras de vigilância privadas e públicas, nas cidades de fronteira do Brasil com o Uruguai. As premissas estabelecidas para a leitura imagética, em sala de aula, foram postas à prova diante da necessidade de compreender o processo de cercamento eletrônico da fronteira, isto é, a instalação de câmeras de vigilância em algumas das cidades lá situadas.

Transitando na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, nosso olhar se alçou. Nos acostumamos a levantá-lo do papel e do nível dos olhos aos postes, aos cantos altos. Os olhos que nos olhavam se multiplicaram e nossos hábitos de olhar passaram a incluir as câmeras de vigilância. Fomos interrogados pelos discursos que as justificavam. Não era mais a imagem expansiva a nos impulsionar, mas uma imagem repressiva que buscava nos enquadrar, classificar, e que poderia nos aprisionar.

Reagimos, cartografamos o controle. O presente artigo registra este movimento, claramente, em dois momentos. De início, seguimos as linhas propostas por autores que interrogavam dialogicamente as imagens, que as incorporavam como ampliação de subjetividade, pausando sobre elas e as deixando falar além de uma aparente obviedade. Na sequência, e por reação às imagens que eram instrumentos de controle, nas quais somos objetos capturados em nosso movimento, reivindicamos nossas prerrogativas interpretativas. Expandimos nossa análise de uma imagem ao situá-la em sua região geográfica, num território que não é mais só nosso, mas que também o é.

PRIMEIRO MOVIMENTO – *expandir as imagens*

Imagens, palavras, espaços, ou o que quer que seja, a proposta inicial deste trabalho é criar rachaduras no sentido sólido e redondo das imagens, num procedimento de ampliação, de multiplicação, de proliferação, tanto de sentidos como de sensações. Expandir o detalhe.

Pensemos com algo bem simples: uma fotografia que se tira de uma área de fronteira, imagem turística ou artística de um cotidiano qualquer, que, por uma palavra que se atravesse – *fronteira*, *contrabando*, *lei* –, dá voz a detalhes que calam, e a expressões de um território particular, presentes na paisagem. Se não se sabe que aquela área é uma fronteira (uma divisão e um contato), um marco de fronteira poderia ser apenas um desajeitado menir em um gramado qualquer. E são os pequenos detalhes, os nomes que se repetem, as grades e

Terra-Livre-40.indd 45 23/07/2014 18:04:02

as imagens que se reiteram que, ao participarem da divisão e da contaminação entre os lados, fazem *sentir* a fronteira, mais do que percebê-la. Pelos elementos reiterados, extrair o seu *entre*: abrir o espaço para leitura.

Figura 1: Santana do Livramento (Brasil)-Rivera (Uruguay), 2007.



Fotografia de A. Dorfman.

Na Figura 1, imagine a linha, una os pontos. Observe o ciclista. Está claro que o limite estatal que aprendemos a reconhecer e a valorizar como disjunção está presente, assim como o transeunte. A escolha, na descrição da fotografia acima, sobre falar do trânsito ou da descontinuidade, é nossa.

Studium: o que a imagem fala do mundo

Uma imagem é essencialmente polissêmica, isto é, algo que parece já estar dado. É possível extrair dela todos os tipos de análises sociais e de época, a psicologia do próprio autor da imagem, os sentidos ocultos, as semióticas, a técnica, a matemática, os pontos de atenção proposital, as linguagens e o que mais se desejar. Uma imagem fala por aquilo que traz e por aquilo que ausenta, por seus elementos e significados que excedem o âmbito de suas margens. Foi isto o que Roland Barthes (2012) denominou de seu *studium*: o contexto, a realidade da imagem, esse quadro complexo do qual ela é apenas um recorte.

Terra-Livre-40.indd 46 23/07/2014 18:04:03

Não se trata, porém, de querer abranger tudo. Isto é impossível; percebemos aquilo com que possuímos ressonâncias, e é disto que iremos falar, pois não vemos aquilo que não aprendemos a pensar: como diria Caio Fernando Abreu (2002, p. 15), "uma coisa só começa mesmo a existir quando você também começa a prestar atenção na existência dela". Ler, criar ou interpretar uma imagem – *ou o espaço que ela representa* – é dotá-la de palavras, associar a ela códigos que a tornam compreensível e, então, comunicável. Mas é preciso ter cuidado: tudo aquilo que se diz ou se compreende de maneira automática, sem propriamente necessitar de uma tradução, é algo que, mesmo sem percebermos, já está impregnado pelos clichês dos códigos e discursos dados.

Se os modos de fazer já estão saturados de procedimentos e estéticas comuns, é de se esperar que a leitura e a interpretação das coisas feitas não fujam ao mesmo destino. Não só as leituras, mas também os modos de ler e os modos de ver estão saturados. O clichê está lá, tão inevitável quanto político. A escolha daquilo a que se dará voz diz respeito às visibilidades e invisibilidades discursivas que se produzirão, já que, como ressaltou Guacira Lopes Louro (2004), todo conhecimento traz consigo suas próprias ignorâncias: ao fazer falar certos elementos, silencia outros. Assim sendo, devemos forçar o caminho para longe daquilo que podemos fazer facilmente, se nossa intenção é também fugir das leituras rasas e das neutralidades falsas. Ampliar a imagem: jogar em suas bordas, explorar os seus contornos e trazer para junto outras coisas, outros elementos e caminhos que talvez se componham de forma a quebrar as leituras dadas.

E os modos de fazer e de interpretar ganham sentido ao se assumirem localizados, apalpando suas variações locais. Uma imagem pouco se desloca de sua situação espacial, dos contextos de sua produção e leitura (Ginzburg, 2007). As interpretações expressam a cultura espacialmente situada: o emissor é situado e a cultura em circulação no lugar condiciona-o e às representações que ele cria. Situação é um conceito bem explorado na geografia urbana, e refere-se à relação entre um lugar e seu entorno, enfatizando conexões e acessibilidade (Dorfman, 2012). Nesta afirmativa, há ecos do apelo da feminista americana Donna Haraway por saberes situados, em que a objetividade ganha corporeidade e se reconhece como construção social (1989). Podemos afirmar que, dependendo do lugar em que se produza a interpretação e a quem se dirija o argumento, representações muito diferentes das imagens vão aparecer. Ter presente o presente da representação ajuda a dispensar os clichês interpretativos, muitas vezes, originados em percepções distantes do lugar, e que o imaginam, por exemplo, como periféricos e marginais.

Terra-Livre-40.indd 47 23/07/2014 18:04:03

Figuras 2 e 3: Chuy (Uruguai) e Chuí (Brasil), 2008.



Fotografias de Jadson Porto (usadas com permissão).

As fotografias acima (figuras 2 e 3) mostram bancos de praça pintados singelamente de branco e azul, de verde e amarelo. É o contexto, nosso *studium,* que, por conjectura, nos informará que elas representam, por meio das cores do Uruguai e do Brasil, nações em suas margens (Das e Poole, 2008).

Punctum: o que a imagem fala de mim

As coisas, contudo, não falam só sobre ou dentro de seu contexto; elas também falam por si e por aquilo que dizem delas. Nesse sentido, Alberto Manguel (2001) defendeu que uma imagem nunca traz em si todas as suas possibilidades de significado, de modo que sua leitura nunca pode se declarar concluída. O passar do tempo, ao modificar pessoas, realidades e modos de pensar, possibilita que novas leituras sejam feitas, leituras estas que eram impossíveis anteriormente. Os lugares de enunciação recortam a imaginação geográfica. Isto porque a leitura surge do encontro da imagem – daquilo que se está lendo – com os elementos que seu leitor traz consigo, e que são, em muito, próprios de quem ele é, daquilo que traz consigo, do lugar que ele habita. Ler, afinal de contas, talvez seja menos um procedimento de escavar elementos que já estão no texto, e mais o de ocupar seus espaços com o que temos de mais nosso, de tornar este texto em nosso ter-

Terra-Livre-40.indd 48 23/07/2014 18:04:03

ritório – e, por "texto", não nos referimos apenas às suas facetas verbal e escrita, mas, sim, a tudo de que vimos falando: imagens, mapas, espaços, canções, pessoas, uma aula, ou tudo pelo qual se pode transitar textualmente.

Novamente, temos as palavras de Barthes (2012) a nos acompanhar: o *punctum* é justamente aquilo que, em uma imagem, nos fere, nos atravessa, nos seduz. Talvez seja algo completamente irrelevante, como uma sacola de compras, mas que, por algum motivo, produz um efeito, põe a imagem e o leitor em relação, desencadeando narração e compreensão. Identificar esses elementos, então, é tornar sensíveis as forças que nos atravessam, tornar conscientes as questões por meio das quais percebemos uma imagem. A bicicleta que evolui entre os marcos, na Figura 1, narra o limite ou as passagens?

Figura 4: Santana do Livramento, BR, 2007



Fotografia de A. Dorfman.

A Figura 4 nos apresenta um grupo de pessoas e suas compras em frente a um armazém. Elas têm bagagens – o que, em Santana do Livramento, não chama a atenção, porque, nesta cidade de fronteira, todos se ocupam em "passar". Mas para uma pessoa interessada no comércio transfronteiriço, foram justamente suas bagagens que nos atraíram a registrar a cena. As bagagens, corriqueiras na paisagem fronteiriça, acabaram por serem nosso *punctum.*

Um ano depois de feita esta fotografia, conhecemos pessoas de profissão "contrabandista". Todos eram uruguaios, *bagayeros* de Mercedes, uma cidade

Terra-Livre-40.indd 49 23/07/2014 18:04:03

perto da fronteira entre o Uruguai e a Argentina. Eles viajavam até dez horas para chegar a Livramento, onde compravam suas mercadorias: bastante bebida alcoólica brasileira, cigarros paraguaios, comestíveis baratos, lingerie.

Sentando-se num banco do armazém, pode-se ficar horas vendo-os "empacotar", o que quer dizer ver um deles vertendo vários litros de uísque em garrafas pet de guaraná, outro arrumando e rearrumando suas compras em caixas pequenas de uma marca barata de biscoitos, e muitos maços de cigarro sendo disfarçados em embalagens de erva-mate. Trata-se também de distribuir, sem muitas explicações, parte das compras entre as colegas que dispunham de mais espaço em suas sacolas.

Várias horas das excursões dos *bagayeros* são dedicadas à organização do "volume" (ou *bulto*). São gestos em busca do volume e da aparência: compactar a quantidade ou disfarçar os produtos mais controlados. Parece ser melhor contrabandear guaraná e erva-mate, produtos autorizados pelas tradições, que bebida e cigarros, também tradicionais, mas menos inocentes. Que mal pode haver numa caixa de biscoitos recheados? Imagem inocente, associada à infância, pouco criminaliza quem a portar, legalmente ou não.

Estas escolhas fazem parte da lógica que harmoniza aduaneiro-*bagayero*: convém mostrar respeito à patrulha. Elas representam o compromisso em jogar o jogo do *bulto*, do volume, do disfarce, não desacatando ostensivamente a ordem. A organização das mercadorias constitui, de certa forma, uma prática ritual necessária à passagem da fronteira: ao ordenar os produtos, com gestos conhecidos e repetidos, reafirmam-se os valores culturais, reproduzem-se modelos, adquire-se controle sobre o processo, assegura-se a ordem. Este momento mostra ainda que uma das vantagens do bando coeso é compartilhar a tarefa e a responsabilidade de carregar a mercadoria. E cabe lembrar que "arrumar" é um termo êmico, também usado como "subornar" (Dorfman, 2009). Tudo isto já estava naquela imagem ou foi a experiência de quem a viu?

Um espaço, da mesma forma que uma imagem, se produz pela composição de seus elementos, de forma que lê-lo passa por perceber aquilo que está nele, mas que só é visível ou importante na medida em que ecoa aquilo que é possível dentro de nossas linguagens. Mas não se trata – principalmente aqui – de estabelecer qualquer linearidade; o espaço, por aquilo que ele significa, é uma composição de descontínuos, uma rede de fragmentos e detalhes que só tem este sentido se em conjunto, em territorialidades que se alternam e sobrepõem. Assim como qualquer texto, o espaço faz transparecer um sentido pelos elementos que congrega, pelos efeitos que se manifestam pela rede de suas conexões, não pela mera linearidade de causalidades e de suas decorrências.

Terra-Livre-40.indd 50 23/07/2014 18:04:03

Figura 5: Santana do Livramento-Rivera, 2006.



Fotografia de A. Dorfman.

Observe a imagem acima. Ache o marco de fronteira. O limite está ali, correndo paralelo à rua. Compare-a com a Figura 1, em que o limite está claramente visível, no centro da imagem. O *punctum* que escolhemos é o marco, quase desaparecido, e não a tábua em primeiro plano, porém irrelevante para nós. O nosso *studium* permite estas escolhas e as subsidia, permite compreendê-las.

Na fronteira Brasil-Uruguai, pode-se falar de uma paisagem marcada, que incorpora as materializações do limite estatal como marca distintiva do lugar. A concretização mais conspícua do limite são os mais de 500 marcos de fronteira plantados na cidade e no campo a ela adjacente: pirâmides pintadas de cal, numeradas, indicando em suas faces a coexistência de Brasil e Uruguai. Os marcos fronteiriços saem da paisagem e são reproduzidos em logotipos comerciais e institucionais, alternando-se à representação das bandeiras nacionais entrelaçadas e ao recurso às palavras "fronteira", "divisa", "internacional".

As imagens que construímos, até aqui, mostram uma região em que a passagem é corriqueira e pouco problemática. Esta fronteira tem sido analisada, nos últimos trinta anos, como um espaço de integração, como uma "fronteira da paz", símbolo cultural do Mercosul. O cotidiano, na fronteira Brasil-Uruguai, desmente um estigma de violência que tem sido reforçado pela reprodu-

Terra-Livre-40.indd 51 23/07/2014 18:04:03

ção da imagem do crime nos noticiários nacionais recentes (Grimberg; Dorfman, 2013).

A região fronteiriça aqui estudada é frequentemente retratada, na mídia nacional, como um lugar de contaminação, onde a moral e a identidade nacionais sofrem influência dos valores externos. Esta influência é explicada pela mudança territorial e legal e pela situação periférica da região, o que, supostamente, levaria a um contato/contágio com o "outro" estrangeiro (Dorfman, 2009). Representações atuais mostram as fronteiras como lugares do crime, onde a presença do Estado se faz mandatória para recolonizar permanentemente o espaço e sua sociedade. Em um tema prenhe de valores políticos, criminalizam-se alguns trânsitos e não se detectam outros.

SEGUNDO MOVIMENTO – *da imagem expansiva à imagem repressiva*

O artista, o fotógrafo, o arquiteto, o jornalista ou o pesquisador – ou qualquer pessoa que tome por tarefa criar algum tipo de imagem – trabalham em um ato essencialmente comunicativo. Este processo se dá com representações, por certo, mas também por meio de materializações de um imaginário, um registro, cenas ou cenografias que pretendem transmitir um efeito ou uma sensação. Para isto, os meios podem ser vários. Até aqui, afirmamos que não existem procedimentos ou imagens corretos, ou leituras corretas, nada disso. Cada escolha, cada procedimento ou cada recorte tem por efeito algo diferente, e cabe às intenções desta comunicação eleger o que lhes parecer mais apropriado – "apropriado" nos leva ao entendimento de que possui intencionalidade, campo de sujeitos e poderes que recortam e deturpam em benefício daquilo que lhes é interessante.

As câmeras de segurança, que são instaladas de modo a mostrar, a identificar e a controlar sujeitos e espaços específicos, introduzem o segundo movimento. A ideia de que qualquer imagem é fruto de um recorte e de uma série de escolhas mais ou menos conscientes, mais ou menos intencionais (que, sabemos, pode ou não ser representativa de uma totalidade), se evola. As imagens das câmeras de segurança têm sempre um estatuto de verdade, posto que mostram algo que, de alguma maneira, "estava lá": desta forma, os discursos que se fazem sobre elas, não importa o quão distorcidos sejam, terão sempre o respaldo "realista" de seu retrato.

Se a imagem comunica por meio do *studium* do interlocutor, como a imagem da vigilância comunica a fronteira, para ela mesma e para os grandes

Terra-Livre-40.indd 52 23/07/2014 18:04:03

centros? Noutro escrito, Roland Barthes (2004) se referiu ao "efeito do real", à verossimilhança. Conforme Paola Leblanc, este efeito é o propósito das câmeras de segurança, pois

> com seus quadros fixos em baixa resolução, seus videogramas saltados, seus pontos de vista panorâmicos e seus caracteres de hora e data inscritos na tela, o circuito de vídeo-vigilância produz imagens "autênticas" que suprem uma demanda por imagens da "realidade" (Leblanc, 2009: 367-8).

O monitoramento eletrônico, na fronteira gaúcha, não é uma novidade. Há alguns anos, a Receita Federal do Brasil emprega câmeras em seus postos aduaneiros (Figura 6). A Polícia Rodoviária Federal possui *scanners* embarcados a fim de coibir o contrabando. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA) emprega *scanners* de alta tecnologia, no Vigiagro, para a fiscalização de produtos ou insumos agropecuários, em locais de trânsito internacional. Cabe notar que todas as agências de governo citadas funcionam numa lógica nacional, em que os espaços fronteiriços devem operar como lugares de controle do território.

Figura 6: Barra do Quaraí, BR, 2013.



Fotografia de Daniela Grimberg (usada com permissão).

Terra-Livre-40.indd 53 23/07/2014 18:04:03

Na fotografia acima, veem-se os limites da fronteira: barreira e câmera no posto da Receita Federal do Brasil, antes da ponte que liga ao Uruguai (nas cidades-gêmeas de Barra do Quaraí/BR, Bella Unión/UR e Monte Caseros/AR), usada cotidianamente pelos habitantes do lugar em seus percursos de trabalho, de estudo e de abastecimento. A cuia, no primeiro plano, é um símbolo regional, e representa o recipiente do mate, bebida característica dos hábitos dos gaúchos, sejam eles brasileiros, uruguaios, paraguaios ou argentinos. O que se destaca mais na fotografia: a integração ou a barreira de controle? No nosso caso, o *punctum* é justamente a sobreposição destes dois conceitos.

Mesmo o emprego de câmeras pelos poderes municipais, na escala intraurbana, não é inédito. Em Bagé, cidade que pode ser entendida como um "nó" na rede de transportes e serviços da parte mais ao sul da fronteira do Rio Grande do Sul, há uma central de videomonitoramento. Com um processo de instalação iniciado em 2008, as câmeras desta central são, hoje, monitoradas por um agente municipal de trânsito e um soldado da Brigada Militar. Há 25 câmeras, em Bagé, que abrangem o centro urbano do município, e funcionam na lógica do controle do crime urbano. Quando ocorrências são ali identificadas, a Brigada Militar é mandada ao local. Dada a possibilidade de gravação das imagens, a cena do crime é arquivada e, frequentemente, distribuída à imprensa, que a reproduz nas páginas policiais do jornal e nos noticiários televisivos locais.

Os funcionários da central de videomonitoramento de Bagé asseguram que a área monitorada (o centro da cidade) "ficou mais segura", ou seja, teve seus índices de violência rebaixados (entrevista, 2013). As principais ocorrências, segundo estes profissionais, eram o furto e o uso e a venda de drogas. A prostituição (uma questão paralela), no entanto, também foi afetada. As ruas do centro abrigavam prostituição, e, com a vigilância e a possibilidade de publicização das imagens, trabalhadoras e trabalhadores do sexo deixaram o centro e migraram para áreas mais periféricas na cidade. Ainda que o videomonitoramento pudesse trazer mais segurança para estes trabalhadores, seus clientes demandavam um ambiente discreto, incompatível com câmeras de vigilância. Com isto, agora são as lideranças dos bairros periféricos que pedem a instalação de câmeras, para que a prostituição seja afastada de suas regiões. Alguns, inclusive, instalaram suas próprias câmeras, e as monitoram de forma independente, afirmando que estas ações ampliam a segurança de suas comunidades (entrevista, 2013; grupo focal, 2013) (Figura 7).

Terra-Livre-40.indd 54 23/07/2014 18:04:03

Figura 7: Bagé, 2012.



Fonte: webpage do jornal *Folha do Sul Gaúcho* (uso autorizado).

Na fotografia acima, um flagrante de uso de drogas que levou os policiais a agirem. Esta imagem poderia representar uma cidade insegura, uma fronteira desguardada, com carência social, ou questionamentos pela proibição de determinadas substâncias. É a interação *punctum-studium* que vai determinar a leitura destas imagens, amplamente divulgadas. A publicização de imagens e a perda de privacidade, fatores comuns nos modernos sistemas de vigilância, não são vistas como um problema, para as autoridades, sendo entendidas, pela sociedade em geral, como um custo razoável a se pagar pela ampliação da segurança (Melgaço, 2010). No caso acima, observa-se que, mais do que ampliar a segurança, tem-se um realocamento dos comportamentos controlados.

Cercamento eletrônico na fronteira gaúcha

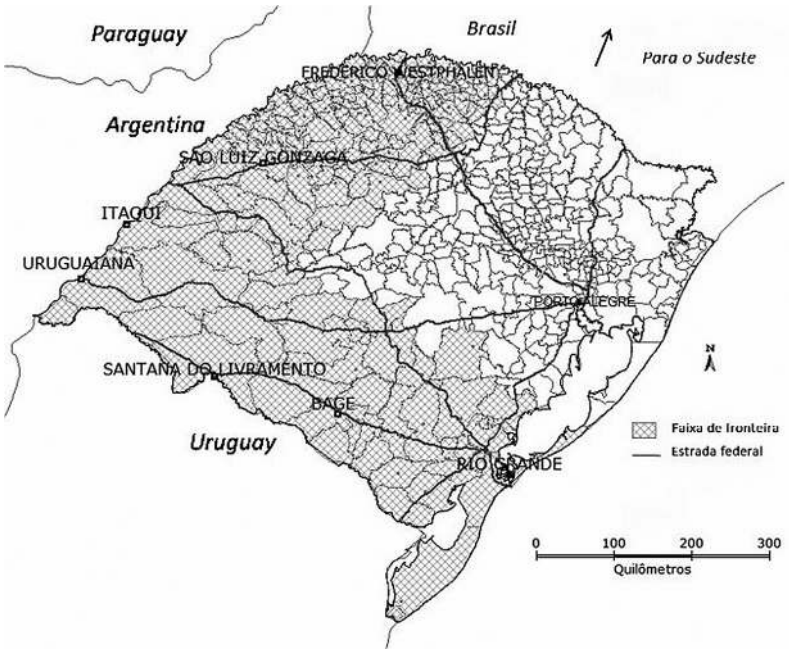
Recentemente, uma portaria da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP-MJ) estabeleceu a instalação de câmeras em seis cidades gaúchas, inclusive em Bagé (Brazil, 2013). Esta iniciativa visava ao cercamento eletrônico da fronteira entre o Brasil e o Uruguai e inseria-se na chamada ENAFRON, (Estratégia Nacional de Fronteiras), do governo federal brasileiro. Criada em 2011, por meio do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF),

Terra-Livre-40.indd 55 23/07/2014 18:04:03

a ENAFRON abrange todas as unidades da federação que são fronteiriças, e tem como objetivo combater os ilícitos transfronteiriços e aumentar a segurança da região (Brasil, 2011).

Para o videomonitoramento do Rio Grande do Sul, são destinados 39 milhões de reais, que incluem a implementação de sistemas de vigilância em Rio Grande, Bagé, Santana do Livramento, Uruguaiana, São Luiz Gonzaga e Itaqui (Figura 8).

Figura 8: Cercamento eletrônico da fronteira gaúcha: cidades que receberão câmeras por meio da ENAFRON. 2013.



Fonte: elaboração de Dorfman, França e Corseuil. Cartografia de Erika Collischonn.

Como se pode observar por meio do exame do mapa, trata-se de instalar câmeras em intervalos mais ou menos regulares, em cidades da fronteira que estejam nas vias que dão acesso a Porto Alegre, capital estadual, e às regiões do sudeste populoso e industrializado.

Em trabalho de campo financiado pelo ENAFRON, percorremos a fronteira gaúcha e aplicamos questionários a todas as autoridades municipais e estaduais de segurança pública presentes nos municípios (Brigada Militar, Polícia Civil e secretarias municipais de segurança e trânsito), bem como algumas federais

Terra-Livre-40.indd 56 23/07/2014 18:04:03

(Receita Federal, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, em alguns casos). Também por conta desta vinculação, participamos de reunião do GGI-F (Grupos Gestores Integrados de Fronteira) sobre o videomonitoramento, e tivemos acesso às normativas técnicas e legais no processo de instalação do sistema.

Poderíamos dizer que existe um processo de securitização na fronteira gaúcha, em um sentido mais amplo do que a problemática usualmente associada ao controle dos limites, aquela da invasão do território nacional, uma questão estritamente militar (Buzan, Waever & Wilde, 1998; Dorfman & França, 2013). A ENAFRON está sendo implementada em um contexto de *state building* do Brasil, e preocupa-se em controlar os fluxos que entram no território brasileiro, especialmente os de drogas e armas que têm origem no Paraguai e no Uruguai e por destino as metrópoles do sul e sudeste brasileiros. Recorre-se ao clichê da fronteira como lugar do crime (Figura 9). O processo de securitização nas fronteiras, que é a mobilização extraordinária de recursos para enfrentar ameaças, é apresentado, nesses planos, não como repressão, portanto, mas como prevenção da violência urbana.

Figura 9: Fronteira do Brasil: eventos criminosos.



Fonte: Brasil, Ministério da Justiça. http://portal.mj.gov.br/data/documments/storedDocumments/%7B334203AD-A534-4BDE-AD1D-36342782BAB4%7D%7B85480D21-9314-478B-BB80-E9BDA7E2CD19%7D/mapa_crimes.gif

Terra-Livre-40.indd 57 23/07/2014 18:04:04

O que chama atenção, na Figura 9? A fronteira, como uma linha grossa vermelha, impenetrável? Os crimes, representados na região fronteiriça, dentro do território nacional? A estigmatização fica ainda mais evidente quando nos recordamos do *studium* desta imagem, no portal do Ministério da Justiça do Brasil.

A partir da redemocratização, a fronteira gaúcha vinha sendo representada como precursora da integração regional, e, em 2009, Santana do Livramento foi declarada, pelo governo brasileiro, cidade-símbolo da integração brasileira com os países-membros do Mercosul. Chama a atenção que, hoje, as polícias e forças armadas presentes nos municípios fronteiriços, dialogando com a mídia nacional, transformaram a imagem da "fronteira da paz" em "fronteira do controle". Estão, na verdade, combatendo violências que se materializam distantes de seus lugares de ação, nos centros econômicos e financeiros do sudeste brasileiro.

Existem problemas de violência, na escala local, nas cidades da fronteira? Um indicador clássico de violência (a taxa de homicídios) nos leva a uma resposta negativa. A média global de homicídios por 100 mil habitantes, em 2010, foi de 6,9, e a média brasileira, acima de 20 (UNODC, 2011). A média, no Rio Grande do Sul, é de 15,4 por 100 mil habitantes, enquanto a média da região das principais cidades fronteiriças é de 9,5 homicídios por 100 mil habitantes. Analisando os municípios caso a caso, o argumento fica ainda mais claro (Tabela 1). Apesar de o índice de violência das menores cidades parecer alarmante, são distorções relacionadas à baixa população, e não parecem sustentar a implementação de pelo menos dez câmeras. Por que, então, mobilizar tantos recursos que se baseiam em uma imagem que não corresponde à realidade? Justamente porque o discurso da violência urbana comunica isto, de forma imperativa, aos grandes centros, que não questionam, em momento algum, sua relevância ou o estigma que criminaliza a fronteira.

Em contextos outros, já se construiu a noção de que há uma aceitação tácita da câmera como solução para a violência urbana (Melgaço, 2010). Neste caso, pretende-se, inclusive, integrar as câmeras na fronteira com as câmeras da capital do estado (Porto Alegre), criando uma verdadeira rede de vigilância. Precisamos nos perguntar, porém, o que efetivamente se quer vigiar, o que a imagem do videomonitoramento quer captar, transmitir e reproduzir, já que a violência urbana não parece ser o caso. A própria localização das câmeras evidencia isto (nos pontos de entrada, no território brasileiro), de modo que esta estratégia opera baseada em duas imagens: a da violência urbana e a da fronteira como lugar do crime.

Terra-Livre-40.indd 58 23/07/2014 18:04:04

Tabela 1: Municípios, população, taxa de homicídios e câmeras a serem instaladas.

	Homicídios por 100 mil habitantes em 2011	Mínimo de câmeras a serem instaladas	População em 2011
Rio Grande	10,6	15	196 mil
Bagé	8,5	15	117 mil
Santana do Livramento	7,3	13	82 mil
Uruguaiana	5,6	15	125 mil
Itaqui	10,5	10	38 mil
São Luiz Gonzaga	14,5	10	34 mil
Média dos municípios	9,5		
Média do Brasil	21		

Fonte: elaborado por Dorfman, França e Corseuil, com dados da SSP-RS (2011) e Brasil (2012).

Precisamos também atentar para o fato de que esse processo de cercamento mobiliza grandes somas e diversas instituições plenamente legitimadas no contexto de segurança contemporâneo. A ENAFRON estabeleceu os chamados GGI-F(Grupos Gestores Integrados de Fronteira). O GGI-F é o espaço de diálogo entre os governos executivos federal, das unidades da federação, dos municípios, dos líderes locais e das instituições de controle e repressão (Decreto ENAFRON, 2011). O processo de cercamento foi pauta de reuniões do GGI-F e, portanto, debatido com os representantes democráticos pertinentes. Construí-lo como completamente autoritário seria um erro que, no máximo, criticaria as deficiências do sistema representativo. Cercar a fronteira com câmeras não é um projeto empurrado de cima pra baixo, na esfera política, mas debatido da forma mais horizontal possível, nas práticas de governo de participação limitada. A demanda por segurança é generalizada, na sociedade contemporânea, por meio de campanhas midiáticas, e o recurso às câmeras é aclamado, inclusive pela população da fronteira, que pouco associa estas medidas à sua própria estigmatização no contexto nacional.

As violências na fronteira

Houve quase unanimidade, entre as autoridades dos órgãos de segurança entrevistadas durante a pesquisa na fronteira gaúcha, em apontar a falta de efetivo

Terra-Livre-40.indd 59 23/07/2014 18:04:04

como principal carência no combate ao crime. Quanto aos problemas de segurança da população, a violência doméstica e os furtos relacionados ao mercado de drogas foram as principais preocupações. As câmeras de vigilância ampliariam os olhos do policial, reduzindo, em teoria, a carência de efetivo.

Esta ampliação do olhar, no entanto, não é indiscriminada. O local de instalação das câmeras precisa ser cartografado, detalhado e justificado. Os argumentos para a escolha dos pontos incluem "locais de passagem", "locais de aglomeração" e "locais de muito movimento". Não há câmeras na zona rural. Apesar das justificativas para a vigilância, um índice de criminalidade zero seria uma meta impossível de se alcançar, bem como o de comércio transfronteiriço ilegal nulo.

Podemos entender o videomonitoramento atuando nos três tempos do crime. No passado, servia de material investigativo que poderia levar aos criminosos; no presente, permite que as ocorrências possam ser identificadas em tempo real e os órgãos de repressão possam ser acionados; no futuro, previnirá crimes pela possibilidade de haver imagens gravadas (Melgaço, 2010). Nesse sentido, o videomonitoramento pode ser eficaz apenas para as ocorrências envolvendo drogas, mas é de absoluta ineficácia no combate à violência doméstica. Afirmamos, em verdade, que os dois problemas nas cidades da fronteira estão ligados à drogadição, dada a relação entre alcoolismo e violência doméstica que se verifica nas fronteiras do Brasil com o Uruguai e Argentina (Elaine, 2007). Se, por um lado, estes problemas são amenizados fechando-se a fronteira para as drogas ilícitas e sobretaxando as drogas lícitas, também se resolvem ampliando-se os centros de tratamento, as campanhas educativas e as assistências jurídica e psicológica às vítimas das drogas e da violência.

Reconhece-se que os governos federais e estaduais estão, simultaneamente, tomando medidas preventivas e repressivas. Campanhas como a "RS Lilás", para a prevenção da violência doméstica no Rio Grande do Sul, e o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), para a conscientização infantil quanto à drogadição, estavam presentes nas localidades pesquisadas. Reconhece-se, enfim, a concomitância "do tempo curto dos sistemas de vigilância e defesa e do tempo longo da arquitetura da cidadania e da integração dos povos fronteiriços" (Machado, 2005).

Reconhece-se também que as medidas repressivas são mais midiáticas e noticiáveis que as preventivas. A vigilância, ironicamente, invisibiliza as ações sociais dos próprios agentes públicos, já que a violência da espionagem passa por cima de medidas socioeducativas, patrimônios culturais e naturais,

Terra-Livre-40.indd 60 23/07/2014 18:04:04

e chega primeiro ao noticiário. A fronteira, já estigmatizada, é ainda mais estereotipada.

O lugar seguro passa a ser aquele de ruas seguras, em que carro algum transita sem ter sido escaneado, e mercadoria nenhuma circula sem o pagamento dos devidos impostos. Este lugar seguro, no entanto, pode ser tudo isto e ainda ser um lugar com índices de violência doméstica alarmantes, drogadição de jovens em patamares inaceitáveis e de profissionais do sexo expostos à violência da marginalização. As câmeras são observadas pela rede local, que sempre vai visibilizar e invisibilizar o que lhe convém. No fim, a violência e a segurança que importam são aquelas que apetecem às redes de poder que possibilitam a construção desse sistema de vigilância.

Claude Raffestin (1993) afirmou que a produção dos territórios se faz pela intenção de um ator em avançar seu projeto, selecionando nós e conexões favoráveis à sua consecução. A construção de um território também se baseia na construção de sua representação, elencando centralidades e periferias, lugares a valorizar e a criminalizar. Por fim, a multidimensionalidade dos territórios é construída, afirmou ele, pela relação – conflitiva ou coincidente – entre os diferentes atores neles presentes. O Estado é um ator com grande capacidade sintagmática – de comunicar seu projeto (Raffestin, 1993). A instalação de câmeras é mais um lance na produção do território. O conteúdo do projeto é a ampliação do controle na circulação de pessoas e mercadorias. O empoderamento de grupos já no poder é intrínseco a este projeto, ignorando necessidades de grupos mais afastados do poder: mulheres, jovens, fronteiriços. A representação do espaço subjacente a este projeto lança mão de imagens que reforçam a marginalidade da fronteira e o perigo nos espaços públicos.

Cabe discutir, ainda, como a construção dos sistemas territoriais se faz nas escalas regional e local. As câmeras de segurança partem de investimento federal, que se destina à compra de equipamentos de agentes privados, que serão manipulados por agentes municipais para acionar forças de repressão estaduais (Brigada Militar e Polícia Civil) e federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal). Há um jogo de escalas que leva à superação dos limites tradicionais entre segurança interna e segurança externa, daí advindo a necessidade de consolidação de uma concepção mais dinâmica de fronteiras internacionais, entre a soberania de cada Estado, agentes privados e um sistema mundial de segurança (Bigo, 1996; Machado, 2012).

Terra-Livre-40.indd 61 23/07/2014 18:04:04

CONSIDERAÇÕES FINAIS – *A expansão e a repressão por imagens: uma discussão situada na fronteira Brasil-Uruguai*

Instaladas em meio urbano (mais por limitações técnicas), as câmeras de segurança são destinadas a conter os fluxos transnacionais ilícitos. Mas quem assiste às imagens das câmeras são agentes municipais. Aquilo que chama atenção numa imagem, o que se torna objeto de investigação ou de repressão não é algo que está dado. O velho argumento de que, por ser produzida por um aparato técnico, a imagem não é mais do que um retrato da realidade – portanto, um *studium* puro – se esvazia ao pensarmos que não só as câmeras são operadas por pessoas, como elas só estão em um lugar por terem sido postas lá *por alguém, sob algum argumento*. A imagem da vigilância também é política na mão daqueles que as gerenciam – a política, afinal de contas, é a arte de eleger prioridades. Cabe à rede local, portanto, decidir qual imagem levará ao acionamento de forças de repressão e investigativas e qual não vai, onde vai instalar câmeras e onde não vai. No fim, cabe às redes de poder local a visibilidade do crime, mesmo que o aparato técnico que permite esta visibilidade não seja local. Nenhuma imagem é mais situada que a do videomonitoramento em seu fluxo pelos canais da segurança.

A intencionalidade das câmeras recorta espaços, sujeitos e interesses: para que e para quem, afinal, serve esta vigilância? Quais os sujeitos que decidem, e sobre quais sujeitos incidem suas decisões? Esse estado de permanente visibilidade, o jogo ininterrupto dos olhares direcionados e calculados, como nos falou Michel Foucault (2008), compara, diferencia, homogeniza e exclui – em suma: *normaliza*. E a normalidade, novamente, não é algo dado: ela é fruto do exercício de um poder, de códigos explícitos e implícitos que estabelecem as fronteiras de uma uniformidade da qual é desejável suprimirem-se as texturas do diferente. Ou, antes disso, estabelecem quais diferentes são possíveis, quais os tipos e as intensidades das variações toleráveis sob uma determinada cultura. Aquilo que o excede é excluído, marginalizado, criminalizado. E, se localizar e controlar comportamentos indesejáveis é o objetivo das imagens de vigilância, então, eles são seus *puncta*: aquilo que "salta" em meio a uma multidão que passa. A multidão, assim como a fronteira, um local de multiplicidades e trocas, de efeitos coletivos, de identidades que se fundem e que, no âmbito da vigilância, são abolidas em prol de um conjunto de individualidades enumeráveis e controláveis, em favor daquilo que separa, mais do que daquilo que une.

Terra-Livre-40.indd 62 23/07/2014 18:04:04

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, C. F. *As frangas*. Porto Alegre, Brasil: Globo, 2002.

BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2012.

_____. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BIGO, Didier. "Guerres, conflits, transnational et territoire" (Partie 1). In : *Cultures & Conflits* 21, 211, 1996.

BRASIL. Decreto nº 7.496, 8 de junho de 2011. Disponível em http://www.tinyurl.com/b32rdfc.

BRASIL. Portaria 38, 10 de maio de 2013, da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Diário Oficial da União de 14 de maio de 2013, Brasília: Imprensa Nacional, 2013.

BUZAN, B., WAEVER, O.; WILDE, J. *Security: a new framework for analysis*. Colorado: Lynne Rienner, 1998.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. "El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas." In: *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, 8, Madrid, p. 1-39, 2008.

DORFMAN, Adriana. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. Tese de doutorado. Florianópolis, 2009. Disponível em http://www.tede.ufsc.br/teses/PGCN0367-T.pdf.

_____. "A cultura do contrabando e a fronteira como um lugar de memória." In: *Estudios Historicos*, 1, 2009.

_____. "Representações, normas e lugares: contos de contrabando da fronteira gaúcha." In: *Para Onde!?* (UFRGS), v. 6, p. 102-113, 2012. Disponível em http://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/36487 Acesso em 16 setembro 2013.

DORFMAN, A.; FRANÇA, A. B. C. "Espaço e segurança pública na fronteira gaúcha."In: *Revista Geonorte*, 3(7), 1105-1115, 2013.

ELAINE, M. S. *O uso do álcool e a violência doméstica*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2007.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Brasil: Vozes, 2008.

Terra-Livre-40.indd 63 23/07/2014 18:04:04

GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

GRIMBERG, Daniela; DORFMAN, Adriana. "Alcances e limites do acompanhamento de notícias na pesquisa sobre o contrabando de agrotóxicos na Região Sul do Brasil." In: COSTA, G. V. L. da; BIVAR, V. dos S. B.; ANDRADE, F. A. M. de (orgs.). In: *Fronteira em questão: múltiplos olhares*. Corumbá: EdUFMS, 2013.

HARAWAY, Donna. "Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective." In: *Feminist Studies*, Vol. 14, n. 3, pp. 575-599, 1988. Disponível em http://www.jstor.org/stable/3178066. Acesso em 07 agosto 2012.

LEBLANC, P. B. "Composição para circuito de videovigilância." In: FIRMINO, R.; BRUNO, F.; KANASHIRO, M. (orgs.). *Vigilância, segurança e controle social na América Latina* (pp. 466-486). Curitiba: PUCPR, 2009.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, Lia O. "Ciência, tecnologia e desenvolvimento na faixa de fronteira do Brasil." In: *Parcerias Estratégicas*, n. 20, pp. 747-766, 2005.

_____. "Espaços transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança." In: *Geopolítica das Drogas* (Textos Acadêmicos); Fundação Alexandre de Gusmão/MRE, 2011.

MANGUEL, A. *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MELGAÇO, L. *Securitização urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SSP-RS. Indicadores Abertos – Por município – 2011. 2011. Disponível em http://tinyurl.com/m4ptce6. Acesso em 13 junho 2013.

UNODC. Global Study on Homicide 2011, Viena: UNODC, 2011. Disponível http://tinyurl.com/72blpzw.

Terra-Livre-40.indd 64 23/07/2014 18:04:04

QUEM TEM MEDO DAS FRONTEIRAS NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO?

WHO'S AFRAID OF THE BORDERS IN THE PERIOD OF GLOBALIZATION?

¿QUIÉN TIENE MIEDO DE LAS FRONTERAS EN EL PERIODO DE LA GLOBALIZACIÓN?

MÁRCIO CATAIA[1]

> Uma ideia besta encanta o Ocidente: a humanidade, que vai mal, irá melhor sem fronteiras.
> (Régis Debray. *Éloge des fronteires*)

Resumo: As fronteiras constituem-se em um tema central para a geografia política, tanto as fronteiras externas, chamadas "nacionais", quanto as fronteiras internas, também interpretadas como limites político-administrativos. Este artigo busca refletir sobre a geografia das fronteiras no período atual, pois a ideologia de seu fim sofre, neste momento, uma inflexão. Grupos sociais que, historicamente, pregaram o seu fim lutam pela constituição de limites à livre ação dos agentes hegemônicos da globalização. Ameaçadas, as autonomias locais e a soberania nacional têm, nas fronteiras e limites, instrumentos fundamentais para o estabelecimento de novas solidariedades. Analiticamente, entendemos as fronteiras como uma forma-conteúdo que se reafirma em novos usos do território.

Palavras-chaves: fronteiras, limites, ilimitações, território, agentes hegemônicos.

Abstract: The borders are constituted like a central theme to the political geography, both the external boundaries, called "nationals" as the internal boundaries, also interpreted like political administration limits. This text proposes to think about that geography of borders today, for the ideology about its ending have in this moment an inflection. Social groups which historically publish its ending struggle for the constitution of limits to the free action of hegemonic agents of globalization. Threatened, the local autonomies and the national sovereignty have

1 AGB – Seção local Campinas / Departamento de Geografia, Instituto de Geociências (Unicamp) / Pesquisador do CNPq. E-mail: cataia@ige.unicamp.br

Terra-Livre-40.indd 65 23/07/2014 18:04:04

on borders and limits fundamental instruments for the establishment of news solidarities. Analytically we understand the borders like a content form that reaffirm themselves in the news uses of territory.

Keywords: borders, limits, limitlessness, territory, hegemonic agents.

Resumen: Las fronteras se constituyen en un tema central a la geografía política, tanto las fronteras externas, llamadas "nacionales", como las fronteras internas, también interpretadas como limites político-administrativos. Este texto busca reflejar sobre esta geografía de las fronteras en el periodo actual, pues la ideología de su fin sufre en este momento una inflexión. Grupos sociales que históricamente predican su fin luchan por la constitución de limites la libre acción de los agente hegemónicos de la globalización. Amenazadas, las autonomías locales y la soberanía nacional tienen en las fronteras y limites instrumentos fundamentales para el establecimiento de nuevas solidaridades. Analíticamente, entendemos las fronteras como una forma-contenido que se reafirma en nuevos usos del territorio.

Palabras clave: fronteras, limites, ilimitaciones, territorio, agentes hegemónicos.

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1980, a ascensão da globalização como paradigma explicativo de um mundo sem fronteiras ganhou proporções tais que, mesmo entre as fileiras da esquerda, surgiram aqueles que aderiram à "cidade planetária" como metáfora de um mundo que se abria à livre circulação de ideias, homens e mercadorias. Aliada a esta vertigem da mobilidade e fluidez, a emergência de uma divisão do trabalho "sem fronteiras" (como os médicos, os repórteres ou os arquitetos) fez Debray (2010) ironizar tal situação, afirmando que, no futuro, talvez surjam os "policiais aduaneiros sem fronteiras", tal a falácia do fim das fronteiras.

No centro de múltiplos conflitos territoriais, as fronteiras nacionais, desde o fim da URSS, conheceram uma expansão em suas demarcações. Em razão de conflitos que ocorrem em boa parte do mundo, muitas fronteiras são fortificadas, inclusive com a construção de muros e barreiras. Contudo, muros e barreiras são destinados às populações "intrusas", pois os agentes hegemônicos da globalização continuam exigindo, sobretudo dos países pobres, a abertura de suas fronteiras à livre circulação de mercadorias e capitais, especialmente estes últimos. É muito claro: as grandes corporações e o mercado financeiro internacional desejam um mundo sem fronteiras.

Internamente aos territórios nacionais, novos compartimentos do espaço são delimitados para viabilizar a vida da sociedade e da economia nacionais.

Terra-Livre-40.indd 66 23/07/2014 18:04:04

Porém, o dado novo deste começo de século, na América Latina, é que não apenas o Estado tem as fronteiras como elemento da política nacional – muitas vezes, para enfraquecê-lo sob o signo do neoliberalismo –, mas também grupos sociais sem voz, historicamente tornados subalternos, compreendem a necessidade de lidar com compartimentações, que envolvem delimitações territoriais, para garantir usos autônomos e dignos do território. O uso social do território está no centro do debate político sobre as necessárias limitações que devem ser colocadas aos agentes hegemônicos da globalização econômica e financeira.

Assim, dividido em duas partes, este artigo reflete, num primeiro momento, sobre o fenômeno das fronteiras a partir de seus elementos constituintes, para interpretá-las como uma forma-conteúdo, ou seja, como uma cristalização de limites no território – mas limites construídos socialmente, por isso, não entendemos as fronteiras como objetos naturais, e, sim, como uma das formas (conteúdos) assumidas pelos limites. Na segunda parte, este artigo busca refletir sobre aqueles que, até hoje, têm sofrido com a atual compartimentação do espaço e, também, sobre outras formas de limitar o espaço e ações mercantis hegemônicas, que podem ser pensadas e gestadas pelas vozes dissonantes da globalização.

CONSTITUIÇÃO DAS FRONTEIRAS

Raffestin (1993) argumentou que a condição humana era permeada por limites. Alguns deles referiam-se à situação dos grupos sociais no mundo, ou seja, eram contingentes, enquanto outros eram inerentes à natureza humana. Para Latouche (2012), a vida supunha um bom funcionamento das organizações sociais em harmonia com o meio geográfico, ou, dito de outra maneira, a consciência da existência de limites protegia a sociedade de desmesuras e de ilimitações. O problema é que todo limite é arbitrário, e, consequentemente, toda fronteira é incerta, contingente, com sua história em aberto à espera de forças sociais que a preencham de conteúdo. De fato, as fronteiras são formas arbitrárias – por isso, são contingentes –, mas também resultam de intencionalidades que as preenchem com um conteúdo social, daí serem as fronteiras formas-conteúdos.

As fronteiras políticas, que circunscrevem os territórios, são as formas que os limites tomam quando os territórios são social e intencionalmente usados. Basicamente, existem quatro formas pelas quais os limites são cristalizados no território. Legalmente, no Brasil, os limites tomam a forma de uma faixa (a

Terra-Livre-40.indd 67 23/07/2014 18:04:04

"faixa de fronteira") de 150 quilômetros de largura, que bordeja todo o território nacional, excetuando-se as águas territoriais (a chamada "Amazônia Azul"), onde esta normatização do espaço nacional deixa de existir em favor das 12 milhas náuticas do mar territorial e das 188 milhas náuticas da Zona Econômica Exclusiva, contadas a partir do limite exterior do mar territorial, que perfaz 200 milhas a partir da linha de base do litoral.

Antropologicamente, reconhecemos a existência de limites em zonas, as "zonas de fronteira", que são as áreas de contato entre duas ou mais fronteiras, onde é constituída uma vida de relações estruturadas em torno da circulação entre duas diferentes culturas, dando origem a uma certa forma de imbricação, e não exatamente de hibridez (ou seja, onde é possível identificar a presença de um terceiro, sem que os dois que deram origem a ele desapareçam, pois, pelo contrário, quanto maior é a influência de um sobre o outro, mais a circulação é reforçada). É uma zona incerta, de mapeamentos difíceis, porque são manchas precárias que se expandem e se retraem com uma rapidez que surpreende, especialmente com a globalização econômica e cultural. Há ainda uma forma militar e diplomática, eminentemente estatal, mas que não se confunde com a faixa de fronteira, ainda que tenha sua linha como fonte de referência, e pela qual podemos reconhecer os limites em linhas: a "linha de fronteira" – a mais desejada das fronteiras políticas, pois pretende que os territórios nacionais sejam exatamente delimitados por linhas as mais precisas possíveis. Estas linhas têm função internacional na medida em que são referências para o estabelecimento das relações diplomáticas e servem de base para o reconhecimento da faixa de fronteira, que é constitucional, e da zona de fronteira, que é vivida. E, por fim, há limites que se cristalizam economicamente nas fronteiras: são os "pasos de frontera" (aduanas), que podem ser denominados como nódulos nas linhas de fronteira. É uma arquitetura material aduaneira por onde mercadorias e pessoas que nela circulam são reconhecidas como "legais" por ambos os Estados que exercem seu poder em cada lado da fronteira. Como nem tudo que passa pelas fronteiras é reconhecido pelos Estados como "legal", boa parte das linhas de fronteira são "vazadas" por uma economia ilegal (Machado, 2000), que pode ser, em muitos casos, muito maior que a circulação da economia legal. Assim, em seu aspecto econômico, há nódulos de redes legais – materializados nas aduanas – e uma infinidade de trocas e circulações que se realizam de fato, apesar das leis e normas dos Estados nacionais, condenando as fronteiras a serem constantemente erodidas. Não só pela sua extensão, mas também por isto, num país como o Brasil (com mais de 16 mil quilômetros de fronteiras), dificilmente o Estado teria controle sobre as trocas e circulações fronteiriças.

Terra-Livre-40.indd 68 23/07/2014 18:04:04

Essa estrutura analítica das fronteiras é classicamente centrada sobre três esferas: a política, a cultural e a econômica. As três, desde a culminância do processo de globalização, no final do século XX, sofreram grandes transformações, apesar de não haver paralelismo entre elas. Na esfera política, costuma-se afirmar que as linhas fronteiriças tornaram-se mais porosas, não em razão das relações interestatais, que permanecem centradas no quadro territorial nacional, com suas fronteiras claramente demarcadas nos mapas, mas em razão da "guerra econômica" representada pela globalização, que forçosamente aumentou a importância das redes transnacionais e dos fluxos de capitais que não são controlados pelos Estados nacionais. Contudo, também é forçoso reconhecer que o território nacional é, em parte, um "recurso" (Santos, 1994) onde os capitais hegemônicos se refugiam nos momentos de crise (Smith, 1988), e que o tema da segurança nacional, sobretudo para os países do centro do sistema que mantém exércitos no exterior, permanece como uma questão sensível. Portanto, se, por um lado, demanda-se porosidade às fronteiras para um funcionamento "racional" da globalização econômica, por outro lado, elas precisam ser inflexíveis para garantir a segurança nacional. A metáfora da porosidade, em justa medida, remete ao papel das fronteiras como um filtro, por reter certos elementos e deixar passar outros.

Segundo uma perspectiva antropológica, a mundialização colocou em causa o território nacional como sendo a unidade de realização das diversas culturas nacionais. O modelo difusionista (Gazagnadou, 2008), segundo o qual se acreditava na possibilidade de homogeneização espacial de uma cultura dominante, recusando toda a historicidade dos mais diversos grupos presentes em um território nacional, é refutado pelos mais diferentes grupos étnicos que vivem em zonas de fronteira.

A esfera econômica talvez tenha sido aquela em que as mudanças foram as mais profundas e tenha trazido, para as fronteiras, as maiores consequências. Neste sentido, pelo menos três alterações geográficas podem ser enunciadas: a primeira é a gestação de uma nova "geografia econômica", ou seja, o surgimento de novas lógicas de localização de empresas segundo estruturas reticulares que dispersam a produção *lato senso* em inúmeros territórios, exigindo, para isso, complementaridades territoriais. A segunda mudança é a constituição de novos *regionalismos*, com a criação de blocos econômicos continentais que se destinam a aumentar as solidariedades entre as economias nacionais, e, por fim, a terceira mudança é o *globalismo*, que se refere à livre troca entre as nações, hoje bastante criticado por representar um véu para a adoção de políticas neoliberais. Por estas razões, as fronteiras se tornam mais porosas.

Terra-Livre-40.indd 69 23/07/2014 18:04:04

Cada uma dessas três aproximações engendra conhecimentos úteis sobre as incertezas que cercam as fronteiras, no período atual, mas cada uma tem os seus limites, e os nexos entre estas esferas frequentemente tomam a forma de uma redução àquela que é escolhida como foco. Para Lévy (2008), a caricatura mais popular deste fato é encontrada no *Choque das civilizações*, de Samuel Huntington, no qual toda *démarche* visa a obnubilar a complexidade do mundo (e notadamente a diversidade das sociedades) sob um único plano de relações de forças geopolíticas.

A fronteira é uma forma jurídica que impõe ao território um desenho. Este desenho nunca é natural – ainda que uma fronteira possa, por exemplo, tomar a forma física de um rio (pois a escolha de um rio, e não de outro, para demarcar a fronteira é uma escolha social) –, mas histórico, porque as normas resultam das contradições sociais. Para desenhar os territórios, buscam-se marcos para que se possa saber onde termina um território e começa outro, onde termina um regime jurídico e começa outro, portanto, a fronteira é um elemento técnico da configuração territorial. Contudo, esta configuração é condição e produto das interações sociais, por isso, é uma forma-conteúdo. Santos (1994) afirmou que não é ao território em si, base física e material, que se aplicam as fronteiras, mas o território usado socialmente.

As fronteiras não são naturais, nunca o foram. Elas são construções políticas e culturais. Desde o aparecimento do *homo*, os grupos humanos têm vivido no interior de territórios e em lugares marcados por limites. Porém, até o aparecimento das sociedades sedentárias, os territórios flutuavam na exata medida de seu uso – assim, se a caça era nômade, os homens também o eram (Raffestin; Bresso, 1979). Como sublinhou Berque (2006), cada espécie viva tem limites no seu habitat; as espécies são adaptadas a certo meio e não podem ultrapassá-lo, pois, até que se adaptem a um novo ambiente, leva muito tempo, e assim os ecossistemas limitam as espécies que sofrem com a adaptação. Já os homens não sofrem com este sistema adaptativo, mas são limitados em seus movimentos pelas fronteiras políticas, que são estruturas formais do sistema de limites. Espécies vegetais ignoram as estruturas formais políticas e ultrapassam seus limites, se estes estiverem contidos em um mesmo ecossistema. No entanto, a espécie humana ignorou os ecossistemas e povoou todo o planeta, porém, limitando-o politicamente, ou seja, colocando limites aos deslocamentos humanos – esta talvez seja a função mais fantástica das fronteiras políticas.

Assim, já nas primeiras décadas do século XX, todos os espaços do planeta passaram a ter uma bandeira, todas as terras foram divididas entre as nações

Terra-Livre-40.indd 70 23/07/2014 18:04:04

(ainda que politicamente isto representasse a expansão do imperialismo). A era dos espaços "desconhecidos" teve fim, e a livre circulação dos homens passou a ser condicionada pelas bandeiras de cada território nacional. A partir deste momento, abriu-se uma era de recenseamento geral dos recursos territoriais. Não foi por outro motivo que, nos anos 1930, com a "marcha para o Oeste", o Brasil começou a abrir suas fronteiras internas, buscando inventariar e catalogar áreas já apropriadas nos mapas que ainda não eram usadas pelo Estado e pela economia que se queria "nacional", não mais regional. O arquipélago começa a ser trilhado, por isso, foram extintas as aduanas internas, verdadeiras barreiras à conquista do território nacional.

Esse foi o momento em que Valéry (1931) asseverou que "o tempo do mundo finito começou". Com isso, ele afirmou que toda superfície habitada já foi conhecida e dividida entre as nações, e que cada parte do globo terrestre passou a ser objeto de cobiça, ainda que fosse para ser pilhada pelas nações imperialistas. Mas uma solidariedade nova surgiu entre as regiões e os eventos em escala planetária. Em razão de o mundo todo ser conhecido, todos os fenômenos políticos ganharam uma nova condição universal, e cada um deles representava submissão ou resistência aos efeitos da planetarização dos eventos. Os hábitos e a vida de relações anteriores não deixaram de existir, mas passaram a ser insensivelmente transportados em um meio geográfico de estruturas muito diferentes. Até então, cada perturbação produzida num ponto do globo terrestre se desenvolvia como em um meio ilimitado, seus efeitos eram nulos a grandes distâncias – tudo se passava, em Tóquio, como se Berlim estivesse no infinito. Toda política, até então, especulava sobre o isolamento dos eventos, porque a história era feita de eventos que se podiam "localizar".

O que viria a se dar de maneira muito clara, após a Segunda Guerra Mundial, de certa maneira, foi previsto por Valéry (1931, p. 10): "As ações num meio finito, bem determinado, claramente delimitado, rica e potentemente conectado, não tem os mesmos caracteres nem as mesmas consequências que as ações tinham num mundo indefinido". Esse planeta limitado, no qual o número de conexões que vincula as partes não para de crescer, é o mundo que se tecnifica cada vez mais, tornando o planeta menor num mundo que se agiganta. Toda ação faz aparecer uma quantidade de interesses imprevistos, vindos de todas as partes, engendrando eventos imediatos, constituindo uma nova ordem de ressonâncias nos espaços delimitados pelas fronteiras. Os *efeitos dos efeitos*, que antes eram insensíveis ou negligenciáveis relativamente à duração de uma geração e ao lugar de ação do poder humano, se fazem sentir quase de modo instantâneo em todas as distâncias, e retornam agora às suas causas.

Terra-Livre-40.indd 71 23/07/2014 18:04:04

Ou seja, ao mesmo tempo em que o mundo começa a se constituir em um só mundo e em que uma só história é autorizada pelo estreitamento dos nexos entre os lugares, também as fronteiras políticas estão sendo modernamente erguidas. De fato, as fronteiras nacionais já nascem porosas. Isto não é um fenômeno dos dias atuais. Desde que o mundo todo foi delimitado por fronteiras (final do século XIX, início do século XX), há uma dialética entre a fixidez das fronteiras e a fluidez das informações. As políticas de fechamento de fronteiras sempre foram relativas – especialmente num país como o Brasil e seus mais de 16 mil quilômetros de fronteiras – às pessoas e mercadorias que podiam ser monitoradas em razão de seu volume e de seu número. Como afirmou Gottmann (1952), circulação e iconografia, ou sistemas de movimento e sistemas de resistência ao movimento, se encontram no cerne do processo de "cercamento" político do espaço habitado. Quando as fronteiras nacionais serviam efetivamente para isolar interiores, normalmente isto resultava em fragmentação interior. Não é por outro motivo que se multiplicaram os territórios nacionais: no começo do século XX, existiam por volta de cinquenta nações, hoje, existem aproximadamente duzentos países reconhecidos no mundo.

Após a segunda Guerra Mundial, o mapa político do mundo sofreu intensas transformações, com mudanças e demarcações de fronteiras em todos os continentes, exceto na América, que é o continente mais estável do ponto de vista da manutenção das linhas de fronteiras em pequenas escalas (o que não significou estabilidade política no uso destas fronteiras nas grandes escalas). Depois de 1989/1990, quando teve fim a URSS e o mapa político europeu sofreu significativa mudança, apenas uma fronteira, no continente americano, foi objeto de acordo (a fronteira entre Honduras e Nicarágua). Na África e em toda a Ásia, as fronteiras se moveram, umas no sentido da porosidade, outras foram endurecidas, inclusive com a construção de barreiras e muros (como nos notórios casos das fronteiras entre EUA-México e Israel-Cisjordânia, entre outros). De fato, os limites são arbitrários e as fronteiras demarcadas permanecem incertas.

Contudo, na América (especialmente na América Latina), onde estão localizadas as maiores extensões de fronteiras demarcadas, há uma estabilidade não encontrada em outras partes do mundo. Quando ocorreram conflitos em razão da penetração desta ou daquela fronteira por forças não autorizadas, as tensões não levaram à proposição de demarcação de novas fronteiras, mas foram "resolvidas" pela via da soberania, ou seja, buscando reafirmar o respeito pelas fronteiras demarcadas. Apesar de haver tensões latentes (como é o caso das reiteradas afirmações bolivianas sobre sua antiga saída para o oceano Pa-

Terra-Livre-40.indd 72 23/07/2014 18:04:04

cífico), estas estão encerradas numa proposição de "unidade sul-americana", especialmente após a consolidação da UNASUL, que tem certo poder de constrangimento sobre partições dos seus Estados territoriais membros. Mas este constrangimento formal, institucional, não decorreu da vontade hegemônica de qualquer país sul-americano impondo a todos os outros sua visão de mundo, e, sim, da compreensão de que a unidade não significa homogeneidade, o que quer dizer que é possível uma convivência política harmônica sob a perspectiva de territórios nacionais soberanos com fronteiras herdadas arbitrárias. Porém, desde que elas foram instituídas e os territórios redesenhados, novos usos dos respectivos espaços nacionais os dotaram de significados nacionais. Como afirmou Kayser (1966), no Velho Mundo, os Estados nacionais sucederam as regiões, mas, no Novo Mundo, as regiões decorreram dos territórios nacionais, e, portanto, as regiões foram forjadas territorialmente por mais de um século sem guerras, na América do Sul, o que as dotou de um caráter nacional e cultural que dificilmente poderia ser modificado sem grandes traumas.

ELABORAÇÃO DE LIMITES A PARTIR DE BAIXO

Sem dúvida, os limites políticos têm relação estreita com os limites culturais, e são as culturas, hoje, que resistem para afirmar as fronteiras. Como observou Ribeiro (2005), houve uma inversão de discursos, pois, até os anos 1960/70, os movimentos revolucionários e de resistência lutavam pelo fim das fronteiras e pela unidade dos povos oprimidos; hoje, a resistência é construída pela afirmação dos lugares e reconhecimento dos limites onde vivem diferentes culturas. Esta inversão foi possível em razão da ascensão da globalização, com a *mercantilização* de todos os aspectos da vida, em que certos limites foram rapidamente abolidos pela decisão de grandes organismos internacionais como FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio) e Banco Mundial, a partir dos anos 1980. A desregulamentação dos mercados financeiros (pois muitas instituições financeiras agem na sombra, ou seja, livres de qualquer normatização nacional, como nos casos dos *shadow banks*), a abertura de mercados de mercadorias (o que parece redundância) e o desmonte dos direitos sociais indicaram que o domínio político foi, em certa medida, submetido ao domínio econômico.

Mesmo no centro do sistema financeiro (EUA, Europa Ocidental e Japão), o espaço nacional, que se impunha como o lugar por excelência das regulamentações que deveriam ser obedecidas pelas empresas (embora não sem atritos)

Terra-Livre-40.indd 73 23/07/2014 18:04:04

em nome de uma convivência social mais harmônica, hoje, atua em consonância com uma "oligarquia mundializada sem fronteiras" (Latouche, 2012). Nos países latino-americanos, em que o Estado social não foi plenamente construído, os processos de *redemocratização* (termo talvez inapropriado, porque muitos países nunca foram verdadeiramente democráticos) são concomitantes com a abertura dos territórios nacionais para a globalização, ou seja, ali não se construiu o Estado de direito (que deve atuar entre a igualdade constitucional e a desigualdade fática) que o Norte construiu para proteger seus povos, conforme o que Gottmann (1952) chamou de "território como abrigo", aquele que serve como abrigo para todos. A redemocratização era a promessa de pôr fim aos "territórios como recursos" (quer dizer, como recursos para a livre ação das grandes empresas), tal como eles foram construídos em toda a história de exploração latino-americana, e propor uma outra convivência interna (entre regiões, pobres e ricas, e classes sociais) e externa (procurando outra forma de inserção na divisão internacional do trabalho). Em muitos territórios, esta promessa foi frustrada, no todo ou em parte, e é por isto que muitos grupos sociais, extremamente territorializados, como afirmou Sousa Santos (2006), lutam pelo reconhecimento de seu "direito ao território", que, evidentemente, só pode ser reconhecido se fronteiras ou mesmo limites político-administrativos forem estabelecidos, pois permitem um uso do território mais afeito aos lugares e menos alienado ao mundo da globalização hegemônica (Cataia, 2008).

Há um claro movimento interno nos territórios nacionais, em toda a América Latina, de busca de reconhecimento cultural e legal por parte de grupos subalternizados. Estes grupos solicitam mais fronteiras e mais limitações como forma de se contrapor à globalização ilimitada de grandes empresas transnacionais, que não respeitam limites e fronteiras representativos de culturas. Estes grupos historicamente subalternizados não têm no separatismo sua bandeira de luta; eles reafirmam suas identidades locais dentro dos territórios nacionais. São duas tendências opostas e contraditórias, numa dialética que está em seu início histórico, e que precisam ser consideradas quando analisamos as fronteiras, no período atual: a globalização é uma força de unificação que submete os territórios nacionais, esvaziando-os de estruturas sociais herdadas – são territórios nacionais da economia internacional, conforme ressaltou Santos (1996) –, mas as estruturas territoriais subnacionais (locais e regionais), em revanche, são revalorizadas. Onde os Estados sucederam as regiões, houve afirmação das antigas identidades facilmente reconhecíveis pelo rendilhado regional, mas onde os Estados precederam as regiões, esta geografia ganhou outra complexidade, porque os limites não foram demarcados no território, o que envolveu

Terra-Livre-40.indd 74 23/07/2014 18:04:04

negociações e pactos dificilmente estabelecidos fora do círculo de identidade dos grupos. Em um caso muito claro, os grandes proprietários de terra, no Brasil, não pactuam com indígenas e quilombolas a defesa de espaços de cultura, e é por isto que, na América Latina, a instituição de novos sistemas de limites territoriais está sendo proposta e resulta das lutas dos pobres, e não dos grandes grupos empresariais.

As divisões político-administrativas, no Brasil, assim como em toda a América Latina,[2] decorreram da constituição de "territórios como recursos", em que as compartimentações resultaram da vontade do Estado de "dividir para reinar", primeiro, para uma economia da colonização, depois, para uma economia da opressão, e, hoje, para uma economia da globalização, na qual imensos espaços são produzidos para a ação das grandes empresas. Espaços estes extremamente racionais e voltados para uma produção globalizada, como no caso do cerrado brasileiro e seu agronegócio a serviço das grandes *tradings* globais. Os municípios instalados nesses espaços racionais são verdadeiros "mini-Estados" a serviço das grandes empresas (Becker, 1990), e seus orçamentos são alienados para a produtividade espacial requerida por elas. Como resolver esta questão dos limites dentro de um país – e um caso emblemático de *região-país* vem da Espanha (Santos, 2000) –, quando o passado não ofereceu como herança a existência de culturas regionais solidamente construídas e com poderes políticos já constituídos?

A constituição de uma outra federação, uma "federação dos lugares" (Santos, 2000), requer considerar o território a partir de seu uso. Requer considerar o território como ele vem sendo usado e como elemento de mais justiça social, porque o território não é usado apenas pelos agentes hegemônicos da economia e da política, as grandes empresas e o Estado. Ele é resultante e condicionante, ao mesmo tempo, de todos os agentes sociais, todas as instituições. É por isso que uma outra federação, que constitua uma nova solidariedade entre as partes, deverá incorporar os limites territoriais propostos por aqueles que historicamente não têm tido voz.

Existem outras formas de uso do território que não só as hegemônicas. Estas formas de uso e compartimentação do território, referidas ao "direito à diferença", são a *personalidade das horizontalidades* (Santos, 2000), obtidas mediante solidariedades sociais, econômicas e culturais, que fazem com que os grupos

2 Recentemente, a Venezuela alterou sua divisão político-administrativa sem, no entanto, suprimir totalmente a anterior. Este caso de *guerrymandering* deve merecer pesquisas futuras para avaliar as implicações sociopolíticas de tal medida.

Terra-Livre-40.indd 75 23/07/2014 18:04:04

sobrevivam em conjunto. Em territórios de "modernização periférica" (Sousa Santos, 2006), como é o caso do Brasil, as forças centrípetas não são *determinantes* para a construção dos compartimentos, pois estes espaços também recebem os influxos da globalização hegemônica. Porém, as temporalidades internas, ou as contrarracionalidades criadas a partir do repertório de estratégias que os grupos desenvolvem ao usar seus espaços, definem formas diversas de convivência com o meio geográfico. As forças de circulação e as forças de resistência definem-se como forças de agrupamento que fazem o papel de cimento entre os membros de um grupo e destes com seu meio.

As forças de permanência de um grupo, em *coalescência* com seu meio, continuam resultando de ordens internas, mas, hoje, em face às interdependências globais, também são externas. Parte da força política das resistências indígenas e afro-latinas tem origem nas mobilizações internacionais e nas ideias de que, apesar de serem realizadas localmente, compartilham de fundamentos mundiais do "direito à diferença". Nunca é demais repetir, as forças de circulação (Gottmann, 1952) têm um caráter de dissolução de hábitos, costumes e tradições que desorganizam a vida dos lugares, mas também são fontes de proposição de novas formas de convivência. Como afirmou Ribeiro (2000), a dialética construção/destruição (de bases culturais, de modos de vida, de hábitos e comportamentos, de formas de acesso a meios de subsistência, de recursos naturais) constitui, atualmente, um irrecusável compromisso analítico.

Para Gottmann (1952), o sistema de movimento, que propõe mudanças, divide-se em duas ordens. Uma é a ordem política, representada pelo deslocamento de homens, exércitos e ideias, e outra é a ordem econômica, representada pelo deslocamento de mercadorias, técnicas, capitais e mercados. Este recorte analítico nos orienta a distinguir as forças do mercado global, desorganizadoras da vida de relações, e a força das ideias veiculadas pela "altermundialização", que pode contribuir para uma construção "progressista dos lugares" (Massey, 2000). Nesta *aceleração contemporânea*, parte substancial do edifício das *horizontalidades* deriva das *verticalidades* da globalização hegemônica, mas parte também é proveniente da globalização alternativa. Para Santos (1996), uma das razões da diferenciação entre os lugares veio do fato de eles serem diversamente alcançados, qualitativa e quantitativamente, pelos tempos do mundo.

Um único espaço, o *espaço banal,* cindido por duas ordens provenientes de diferentes atores e distintas escalas, admite dois recortes analíticos: as *verticalidades* e as *horizontalidades* (Santos, 1996). De um lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da economia. Estas são as verticalidades, que tendencialmente buscam se independentizar

Terra-Livre-40.indd 76 23/07/2014 18:04:05

das fronteiras. Elas referem-se às variáveis exógenas, sem referência direta com o cotidiano daqueles que vivem no lugar. Sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, as verticalidades são os vetores da modernização entrópica, trazendo desordem aos lugares onde se instalam, pois a ordem que criam é setorial e seletiva. De outro lado, arranjos espaciais formados por pontos que se agregam sem descontinuidade, a partir de parâmetros internos de organização, tendo como referência o próprio meio apropriado a partir da cooperação entre os atores, criando um "cotidiano da contiguidade", estas são as horizontalidades. Verticalidades e horizontalidades nos dão a conhecer o território em toda sua complexidade, incorporando todos os agentes em todas as escalas de existência de um território. Este compromisso analítico pode representar uma ferramenta teórica adequada para o reconhecimento de todos os agentes que constroem os espaços das nações.

As ordens globais, provenientes dos agentes hegemônicos, não podem atingir os lugares impunemente, pois são vetores de desorganização, portanto, é necessária a construção de um sistema de limites que possa assegurar aos lugares sua autonomia. A ilimitação da globalização hegemônica é fonte de desordens locais e nacionais, por isso, pergunta-se: quem tem medo das fronteiras?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Latouche (2012), a questão central colocada à humanidade, hoje, é se ela saberá limitar as ilimitações que povoam o mundo da globalização financeira. Tornadas *faustianas*, as demandas dos agentes da globalização (especialmente as transnacionais) não querem mais conhecer nenhum limite, nem ao enriquecimento material, nem às invenções técnicas, nem à desvalorização das normas morais herdadas. Apenas valoriza-se o movimento de transgressão ininterrupto de todos os limites imagináveis.

Contudo, se a realização da história, a partir dos vetores verticais, hierárquicos, é ainda dominante, a realização de outra história, a partir das horizontalidades e das solidariedades domésticas, é tornada possível, no período atual (Santos, 2005), especialmente em razão das demandas locais de reinvenção da justiça. As fronteiras podem ser pensadas para o estabelecimento de uma outra justiça social, na medida em que elas são uma forma-conteúdo, ou seja, a mesma forma que, hoje, tem certas funções indesejadas pode ter outros conteúdos sociais.

Em sociedades cindidas por imensas desigualdades, a partir de condições "positivas" (como o desenvolvimento tecnológico e o aumento da produti-

Terra-Livre-40.indd 77 23/07/2014 18:04:05

vidade do trabalho), são produzidas consequências extremamente negativas (como o aumento da pobreza, da exclusão e do desemprego). Esta complexidade do *prático-inerte* (Santos, 1996) é acionada para designar a necessária hibridez entre os grupos sociais subalternizados e o território usado. Uma compartimentação do espaço mais justa, considerando os grupos que têm sido subalternizados, é uma *contrafinalidade* (Sartre, 2002[1960]) à globalização hegemônica, assim como uma *finalidade* para culturas alternativas ao mercado e às imposições do Estado.

Quem não tem medo das fronteiras, no sentido geográfico de imposição de limites às desmesuras da globalização, são os povos lugarizados e territorializados que buscam ressignificar o sentido dos limites. Em face aos imperativos da circulação hegemônica, que tornam as fronteiras cada vez mais porosas, as autonomias só podem ser construídas pelos grupos sociais que assumem suas autonomias e constroem fronteiras para si e entre si, dividindo, assim, um mundo comum para todos. Paradoxalmente, como afirmou Latouche (2012), recriar os limites, neste período, é necessário não somente para exorcizar as violências do período, mas também para reencontrar um mundo comum. Como os homens e as coletividades são diferentes, é possível fazer destas diferenças a riqueza que permitirá construir projetos comuns. As fronteiras – ainda necessárias, hoje, para transformar os *territórios como recurso* em *territórios como abrigo* (Santos, 1994) – entre as culturas, entre os povos, entre as economias ou entre os homens, poderão, entretanto, ser deslocadas ou destituídas pelas gerações sucessivas, que terão avaliado as arbitrariedades e injustiças que, porventura, tenham sido cometidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEBRAY, Régis. *Éloge des frontiers*. Paris: Gallimard, 2010.

BECKER, Bertha. "Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia". In: *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 51, nº 4, out/dez., Rio de Janeiro, FIBGE, 1990.

BERQUE, Augustin. "Les limites de l'écoumène." In : REEVES, Hubert et alii. *De la limite*. Marseille: Éditions Parenthèses, 2006.

CATAIA, Márcio. "Territorialidade estatal e outras territorialidades: novas formas de uso dos territórios na América Latina. Conflitos, desafios e alternativas." In: *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barce-

Terra-Livre-40.indd 78 23/07/2014 18:04:05

lona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (99). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-99.htm>

GAZAGNADOU, Didier. *La diffusion des techniques et les cultures*. Paris: Éditions Kimé, 2008.

GOTTMANN, Jean. *La politique des États et leur géographie*. Paris: Armand Colin, 1952.

KAYSER, Bernard. "Les divisions d'espaces géographiques dans les pays sous-devellopés". In: *Annales de Geographie*, ano LXXV, n. 412 (nov./dez. de 1966).

LATOUCHE, Serge. *L'âge des limites*. Clamecy: Mille et une nuits, 2012.

LÉVY, J. (sous la direction de). *L'Invention du monde. Une géographie de la mondialisation*. Paris: Presses de Science Po, 2008.

MACHADO, Lia Osório. "Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade". In: *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, nº 8, p. 7-23, jan.- jun. 2000.

MASSEY, D. "Um sentido global do lugar". In ARANTES, A. A. (org.), *O espaço da diferença*. Campinas: Papipus, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*: *o território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Annablume, (2ª ed.) 2011.

RAFFESTIN, Claude ; BRESSO, Mercedes. *Travail, espace, pouvoir*. Lausanne: L'Age d'homme, 1979.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismo". In: RIBEIRO, A. C. T. (org.). *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

_____. *"Outros territórios, outros mapas."* In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6, nº 16, jun., Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Mílton. "O retorno do território." In SANTOS, Mílton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, María Laura (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec / Anpur, p. 15-20, 1994.

_____ . *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

Terra-Livre-40.indd 79 23/07/2014 18:04:05

SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da razão dialética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002[1960].

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

VALÉRY, Paul. *Regards sur le monde actuel*. Paris: Librairie Stcock, Delamain et Boutelleau, Paris, 1931.

Terra-Livre-40.indd 80 23/07/2014 18:04:05

A METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO EM MARCHA: O PODER DAS METRÓPOLES NA GEOPOLÍTICA MUNDIAL E TERRITÓRIO BRASILEIRO

THE METROPOLIZATION OF SPACE ON THE MARCH: THE POWER OF METROPOLIS IN WORLD GEOPOLITICS AND BRAZILIAN TERRITORY

LA METROPOLIZACIÓN DEL ESPACIO EN MARCHA: EL PODER DE LAS METRÓPOLIS EN LA GEOPOLÍTICA MUNDIAL Y TERRITORIO BRASILEÑO

EUDES LEOPOLDO DE SOUZA[1]

Resumo: A metropolização do espaço apresenta-se como um processo decisivo na orientação e na base do capitalismo global, na medida em que mantém o controle e a gestão do capital em determinados pontos do mundo e continua a dispersão necessária das relações de produção e forças produtivas. No compasso desta hipótese, analisamos a constituição desigual da metropolização brasileira como produto e condição da política do espaço, desde o controverso "milagre econômico", passando pela redemocratização neoliberal, até o novo período desenvolvimentista em curso. Para tanto, partimos do pressuposto de que o fundamento da metropolização brasileira não está em si mesmo, mas em um processo global de multiplicação das aglomerações urbanas e crescimento do poder das metrópoles. Nesse sentido, discorremos sobre a metropolização na escala mundial para, então, adentrarmos na formação socioespacial brasileira, em particular. Desta feita, lançando mão do passado, traçamos as dinâmicas recentes da metropolização brasileira.

Palavras-chaves: metropolização, espaço, metrópole, modernização, Brasil.

Abstract: The metropolization of space presents itself as a decisive process in the guidance and basis of global capitalism, according as it retains control and management of capital in certain spots of the world and continues the necessary dispersion of relations of production and productive forces. In the compass of this hypothesis, we analyze the unequal constitution

1 AGB - Seção Fortaleza / Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: eudesleopoldos@gmail.com

Terra-Livre-40.indd 81 23/07/2014 18:04:05

of Brazilian metropolization as product and condition of the policy of space, since the controversial economic miracle, passing by neoliberal redemocratization, until the new developmental period in progress. Therefore, we assume that the basis of the Brazilian metropolization is not in itself, but in a global process of multiplication of urban agglomerations and increasing power of metropolis. In this sense, we discuss about the global metropolization and then we enter in the Brazilian socioespacial formation in particular. Thus, making use of the past, we trace the recent dynamics of the Brazilian metropolization.

Keywords: metropolization, space, metropolis, modernization, Brazil.

Resumen: La metropolización del espacio se presenta como un proceso decisivo en la orientación y base del capitalismo global, en la medida en que mantiene el control y la gestión del capital en ciertos lugares del mundo y se sigue la necesaria difusión de las relaciones de producción y fuerzas productivas. En el compás de esta hipótesis, se analiza la constitución de la metropolización brasileña desigual como producto y condición de la política del espacio, desde el controvertido milagro económico, pasando por la redemocratización neoliberal, hasta el nuevo período de desarrollo en curso. Por lo tanto, se supone que la base de la metropolización brasileña no es en sí misma, sino en un proceso global de multiplicación de las aglomeraciones urbanas y aumento del poder de la metrópolis. En este sentido, pensamos la metropolización en una escala global y, en seguida, entramos en la formación socioespacial brasileña en particular. Así, haciendo uso del pasado, trazamos las dinámicas recientes de la metropolización brasileña.

Palabras-clave: metropolización, espacio, metrópolis, modernización, Brasil.

INTRODUÇÃO

A metropolização – esta "metamorfose do processo de urbanização" (Lencioni, 2006a, p. 72) – alcançou, no terceiro milênio, um novo patamar de expansão mundial, com a reprodução ampliada da metrópole para além da metrópole. A "urbanização da sociedade" (Lefébvre, [1968] 2001) se tornou, em seu novo estágio, a metropolização da sociedade. Este processo está estreitamente vinculado ao de modernização. Modernização e metropolização participam de um mesmo movimento, uma acelera e amplia a outra, e vice-versa. É nesta direção que vamos pensar o fenômeno metropolitano, na mediação com um espaço cada vez mais mundial, posto que a urbanização e a modernização também se mundializam, expandindo a metropolização da sociedade e, mais ainda, a metropolização do espaço.

Neste contexto, onde se situa a urbanização brasileira, seus recuos e avanços? Como a metropolização do território brasileiro impacta a rede urbana

Terra-Livre-40.indd 82 23/07/2014 18:04:05

e a hierarquia entre as cidades? Estas questões e possíveis considerações só fazem sentido a partir de uma leitura da geopolítica mundial e da totalidade da produção capitalista do espaço. Assim, por meio de uma imersão na dinâmica metropolitana e econômica mundial (primeiro tópico), captamos suas manifestações na metropolização brasileira e suas especificidades e articulações com o mundo (segundo tópico).

Sabemos que, ao ampliarmos a escala de análise, temos que renunciar ao tratamento de uma série de fenômenos mais localistas, no entanto, abre-se a possibilidade da construção de um panorama multifacetado, uma visão mais totalizante dos processos estudados. Assim, escolhemos metodologicamente nos aprofundar, de forma mais ampla, na metropolização brasileira, o que, todavia, não impede uma penetração em variáveis específicas. O método dialético marxista, aqui adotado, permite o diálogo entre as diversas dimensões geográficas e o "mergulho" simultâneo entre elas.

O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL DA METROPOLIZAÇÃO MUNDIAL

Se, neste chamado "mundo líquido", é dada como certa a inexistência da totalidade, como pensar a expansão metropolitana global? Diante disto, é necessário, então, desobstruirmos a passagem por meio de uma crítica à tese do fim da totalidade. Tese que se une a duas outras: a do "fim da história" e a do "fim da geografia". Estas verdades inconsequentes se sustentam nas seguintes ideias-forças: as distâncias e os percursos são insignificantes, as latitudes e longitudes são paralelas e em tempo real, assistimos aos acontecimentos do mundo como um todo. Esta nova experiência com o espaço e o tempo aponta para uma "compressão espaço-tempo", no dizer de Harvey (1990), largamente ovacionada pelo pensamento pós-moderno (corrente ideológico-científica contemporânea do processo de metropolização, quando este atinge um novo estágio na escala mundial, nos idos dos anos 1970). Assim, com a mundialização do espaço, da urbanização e da metropolização, o mundo, parece, está em toda parte.

O adágio de Pascal – de que "o centro está em toda parte" – parece ter atingido sua potência máxima, em nosso tempo. O mundo se revela nos lugares, onde as promessas de liberdade humana são alimentadas. Contudo, o centro não se refere somente às centralidades hegemônicas: é também a "ordem distante" concretizando-se em determinados espaços de modo contínuo ou descontínuo, permanente ou momentâneo. Portanto, o centro (o mundo) está

Terra-Livre-40.indd 83 23/07/2014 18:04:05

nos lugares, mas nem todos os lugares são os centros do mundo. O planeta ainda possui "centros de decisão", cuja função, hoje, é delegar e impor ordens, técnicas modernas, modas e mensagens, que são produtos e condições da manutenção de seus próprios interesses capitalistas.

O "oligopólio mundial", a "tríade" formada por Estados Unidos, Europa e Japão continua a mostrar força, sobretudo, a partir de suas grandes cidades, como Nova York, Los Angeles, Londres, Berlim, Paris e Tóquio. Chesnais (1996) explanou sobre os novos corolários da mundialização financeira, da produção, circulação e distribuição globalizadas, e a persistência da centralidade da "tríade", nestes tempos, acompanhada de formas de subordinação das nações emergentes e de marginalização produtiva dos países em desenvolvimento, embora pareça que assistamos ao inverso disto, com a crise econômica acentuando-se nos países centrais. Eis o desenvolvimento desigual do capitalismo, que, em sua transparência fantasmagórica, eclipsa a essência contraditória de sua história e de sua geografia.

Assim, se a totalidade estiver ligada *in stricto sensu* à existência de centros de controle, como quis Bauman (1999),[2] a possibilidade de captarmos sua efetividade concreta é mais presente do que nunca, pois as forças econômicas e políticas do modo de produção capitalista, que habitam nos países ricos, continuam a dar as cartas, apesar da insurgência dos países emergentes. Contudo, a totalidade não diz respeito apenas a uma relação entre um bloco de países ricos e um bloco (da maioria esmagadora) do restante dos países, mas às amplas relações políticas, econômicas e culturais, e, em seu conjunto, socioespaciais, que são determinantes na constituição do todo.

Se pensarmos a geopolítica econômica global na perspectiva do oligopólio mundial,[3] segundo a teoria da mundialização do capital de Chesnais (1996), as formações socioespaciais estão orientadas nesse sentido, com repercussões di-

.....

2 Bauman (1999, p. 66) sustentou que "com o Grande Cisma [a Guerra Fria] fora do caminho, o mundo não parece mais uma *totalidade* e, sim, um *campo de forças dispersas e díspares*, que se reúnem em pontos difíceis de prever e ganham impulso sem que ninguém saiba realmente como pará-las" [grifos nossos]. Acreditamos que a totalidade vai para além de um jogo político, militar e econômico entre duas grandes potências. No momento da Guerra Fria, o mundo se dividiu em dois grandes blocos. Hoje, o planeta se fragmenta em diversas parcelas regionais, o que complexifica o entendimento da totalidade, porque as teias de relações se densificaram. Contudo, a totalidade é que mediatiza e articula as relações sociais de produção existentes sobre a superfície terrestre e seus diversos territórios, como um imperativo político e econômico, mas também que anuncia a possibilidade de uma totalidade humana plena.

3 O termo oligopólio mundial diz respeito à hegemonia e à concentração da produção e circulação capitalista entre a Europa, Estados Unidos e Japão, e "refere-se igualmente ao atual modo principal de organização das relações entre as maiores firmas mundiais. (...). Esse espaço é um lugar de concorrência escarniçada, mas também de colaboração entre os grupos" (Chesnais, 1996, p. 36-37).

Terra-Livre-40.indd 84 23/07/2014 18:04:05

retas nas formas de acumulação do mundo. Estas formações forjam, ao mesmo tempo, a centralização do capital e a dispersão produtiva relativa dos países centrais, com os países emergentes e pobres sendo sincronizados na esfera da produção e comércio mundial, que não diz respeito à desregulamentação e democratização econômica entre os lugares de um determinado país e entre eles. A urbanização incorpora esta dinâmica e se reproduz a partir das esferas de poder internacionais, nacionais e regionais, que interferem, de maneira mais contundente, nas cidades e nas redes de cidades.

Neste contexto, o capital financeiro, que ganha cada vez mais primazia em relação ao capital industrial (em termos não somente quantitativo, mas, acima de tudo, qualitativo), tem, na cidade e na urbanização, e especialmente na metropolização, sua sede e sua realização mais eficaz. Talvez se alimente mais da circulação do que da produção, mais da reprodução da sociedade urbana do que do processo de trabalho direto. Isto não está muito claro. Há uma fumaça que paira sobre esses processos, sustentada, consciente ou inconscientemente, pelos pensadores pós-modernos e pela "aceleração contemporânea" (Santos, 2000a, p. 280), e que precisa ser desmistificada. Contudo, neste momento, podemos dizer que dos "domínios dos grandes grupos monopolistas – chamados comumente entre os norte-americanos de grande *business* – sobre o Estado", concomitantes à "anarquia engendrada pela competição dentro do grande *business*" (movimento lembrado por Dobb (1967, p. 10)), passamos ao domínio do grande *business* sobre as cidades, à urbanização da sociedade e à metropolização do espaço, com a condescendência do Estado. E, em passos largos, assistimos a prefiguração da acumulação do capital na urbanização, que, em vista dos interesses em jogo, corroborou com a metropolização, isto é, a modernização e a concentração produtiva e urbana do/no espaço.

Nesta perspectiva, Damiani (2009, p. 47) asseverou que "o espaço como um todo move-se, economicamente, segundo as necessidades da economia urbana, voraz, inteiramente baseada na urbanização como negócio". Nestes termos se processam a produção do espaço urbano e, de forma mais extremada, a produção do espaço metropolitano.

No tocante à metropolização como necessidade capitalista, ela se tornou imperativa como política centralizadora da produção e do mercado, a substituta da política expansionista que se destacou desde as origens do capitalismo, sobretudo, no apogeu do capitalismo mercantil e no período entre e durante as duas grandes guerras mundiais. Ou melhor, seria uma política expansionista da metrópole com um novo conteúdo, uma incorporação dos lugares de reserva próximos ao seu tecido urbano. Deste modo, a história não acabou; a metropo-

Terra-Livre-40.indd 85 23/07/2014 18:04:05

lização associada à globalização é mais uma forma histórica de reprodução do capital. Portanto, a história, como um amplo processo sincrônico e diacrônico de produção do homem, está longe de encerrar sua jornada e permanecer a mesma coisa; as revoluções sociais sacodem o espaço a cada nova (re)tomada do tempo, com as rupturas e permanências da totalidade.

Com relação à geografia, sem dúvida nenhuma, o seu fim não aconteceu, e nem se anuncia, pois ela continua como um processo de produção do espaço ligado ao conhecimento tanto estratégico quanto tático do mundo, para sua mudança radical ou para sua manipulação a serviço das grandes empresas. Aliás, se levarmos em consideração apenas as distâncias e as localizações como objetos de estudo da geografia, assim como fazem os profetas e anunciadores de seu fim como ciência, a metropolização não seria senão uma requalificação das localizações e um redimensionamento das distâncias!

Portanto, se a totalidade, a geografia e a história estão mais do que vivas, a metropolização e a chamada globalização (ou mundialização) não são irreversíveis, outro espaço urbano mundializado é possível. A pertinência da utopia, mais uma vez, se anuncia. Os labirintos das amplas conexões espaço-tempo e suas espirais de permanências e rupturas evidenciam, pela e na metropolização, uma nova totalidade, uma nova geografia e uma nova história.

Neste sentido, hoje, as centralidades político-econômicas são as grandes cidades e seus espaços metropolitanos, que passam a contar com novos mecanismos de intervenção em todas as escalas dos espaços nacional e internacional, graças às possibilidades ampliadas pela informação e pela tecnologia, ao mesmo tempo em que vê suas unidades fabris migrarem para as suas bordas e outros territórios. Isto porque as metrópoles assumem uma posição de comando na subordinação de vastos territórios, como consequência do aumento do alcance dos conteúdos metropolitanos e modernos, do reino das inovações, e não pela quantidade de estabelecimentos industriais em seus territórios – processo que se alonga com a modernização do espaço.

A modernização está ligada à ampliação da divisão internacional do trabalho (Harvey, 1990; Santos, 2000a), e se desenvolveu pela histórica conquista e organização racional do espaço (Bauman, 1999). Desse modo, a modernização está incontestavelmente associada à produção e reprodução do sistema capitalista, que, hoje, de modo incomensurável, aposta na metropolização dos lugares. Berman (1986) definiu a modernização como os processos sociais que dão vida ao turbilhão do moderno num perpétuo vir-a-ser. Este filósofo americano sinalizou que uma das fontes deste turbilhão que embala a vida moderna é o "rápido e, muitas vezes, catastrófico crescimento urbano" (Berman, 1986, p.

Terra-Livre-40.indd 86 23/07/2014 18:04:05

16). Este crescimento se reveste, cada vez mais, dos conteúdos metropolitanos, e, associado à chamada mundialização (ou globalização), tende a crescer em grandes proporções, mesmo com o arrefecimento do crescimento das populações relativas das grandes metrópoles mundiais que apresentaram, no passado recente, um desenvolvimento demográfico acentuado.

Historicamente, nos países ocidentais, houve uma urbanização secular de suas principais cidades, o que proporcionou, ainda no segundo quartel do século passado, a emergência das primeiras metrópoles capitalistas, sustentada pela expansão metropolitana, com algumas de suas características contemporâneas mais marcantes. Assim, embora tenha afirmado antes que "etimologicamente, a metrópole é a antiga cidade, "mãe" das suas colônias, que "exporta" os seus guerreiros, comerciantes e deuses", Ascher observou que, nos Estados Unidos,

> a acentuada dinâmica metropolitana, subvertendo as estruturas urbanas, esteve na origem, desde o fim dos anos 40, de uma definição oficial da metrópole que transbordava o quadro espacial clássico, compreendendo o perímetro das actividades urbanas quotidianas nas grandes cidades e nas suas vizinhanças (Ascher, 1998: 3).

Ele quis dizer, com isso, que a metrópole tem suas raízes pouco desenvolvidas nas civilizações antigas, porém, em sua forma mais concreta, ela emerge no período contemporâneo. Portanto, a metrópole e a metropolização, em sua assunção capitalista industrial, financeira e informacional, nasceram nos interstícios da urbanização americana da década de 1940 para 1950, ainda que pouco desenvolvida, vindo a fulgurar nos anos 1970, na escala internacional.

No entanto, Lipietz (1989, p. 303-304) negou esta perspectiva, e, fundamentado nos pressupostos da escola da regulação e em estatísticas populacionais das décadas de 1960 e 1970, alegou, num discurso antimetropolitano, que o crescimento das grandes cidades e o desenvolvimento metropolitano tinham chegado a uma etapa de declínio ou estagnação. Exemplificando, citou os casos da França, da Itália e das duas megalópoles americanas (Nova Iorque-Filadélfia e Los Angeles-São Diego), que "não chegaram verdadeiramente a se concretizar", pois "os mais urbanizados países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) conseguiram manter o domínio sobre o crescimento de seus centros urbanos". Na verdade, Lipietz (1989) não compreendeu a natureza e as formas que podiam assumir a metropolização, como se apenas a concentração populacional falasse por si só e pelo fenômeno metropolitano. Mais tarde, Ascher (1998, pg. 5) detectaria a ampliação da me-

Terra-Livre-40.indd 87 23/07/2014 18:04:05

tropolização no mundo, afirmando que "em todo o lado, as grandes cidades concentram uma quota crescente das populações, das actividades e das riquezas" (idem, p. 6-7).

Destarte, a redução relativa do crescimento da população urbana das grandes cidades, no final dos anos 1960, nos países ricos, instigada pelas crises, pela dispersão da produção e pelo enraizamento de parte da população rural em seus lugares de origem – fato possibilitado pelas políticas públicas e, em alguns casos, pela reforma agrária ulterior, segundo Lipietz (1989) –, não significou o fim da metropolização, mas um momento de reestruturação urbana no "Primeiro Mundo" e de incorporação de novos espaços urbanos do "Terceiro Mundo" na difusão metropolitana. Os limites da explicação de Lipietz (1989, p. 304) se deram pela sua busca obstinada de "bloquear a explosão metropolitana" nos países do Terceiro Mundo, por meio da explicação do fordismo periférico e sua crise, eclipsando a revelação de seus fundamentos, como se este fosse o problema, desviando-se da própria problemática metropolitana.

Nos anos 60 e 70 do século XX, nos países ricos, a urbanização se reestruturou em função do pós-guerra, das crises do fordismo e do keynesianismo e do novo arranjo do capitalismo emergente.[4] Citando algumas das transformações correspondentes a este período, Harvey (1990, p. 141) comentou que, nos anos 1960, "a recuperação da Europa Ocidental e do Japão estava completa, seu mercado interno saturado e o impulso para criar mercados de exportação para os seus capitais excedentes haveria de começar". Ascher (1998, p. 13-15) expôs que "os centros das grandes cidades americanas foram objetos de reabilitações maciças nos anos 70", e, na coroa de subúrbios de Paris, "nos anos 60, se construíram os grandes conjuntos de habitação social, e depois, na década de 70, a primeira geração de hipermercados". No caso específico da cidade de Los Angeles – vista por Soja (1994, p. 341) como a "precursora e sintomática de mudanças no processo de urbanização que provavelmente afetarão toda grande região metropolitana do mundo, em épocas diferentes e com intensidades diferentes" –, tem-se, nos anos 1970, a sua transformação metropolitana mais decisiva, possibilitada pela formação de uma "vasta zona industrial", na década anterior (1960), e seis reestruturações produtivas.

4 Harvey (1990, p. 145) observou que "a profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da "estagflação" (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em marcha um conjunto de processos que minou o compromisso fordista". Assim, "as décadas de 60 e 70 foram, conseqüentemente, um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político".

Terra-Livre-40.indd 88 23/07/2014 18:04:05

Portanto, acreditamos que foi na década de 1970 que o processo de metropolização ganhou novas proporções mundiais e se manifestou na urbanização de modo mais predominante e enigmático, com a metropolização avançada das metrópoles americanas, o fim da reconstrução das cidades arrasadas pela Segunda Guerra Mundial (e suas expansões metropolitanas) e a metropolização intensa e desigual de países periféricos, como Brasil, Coreia do Sul e México.

A respeito da metropolização de países periféricos, podemos afirmar, a partir de Lipietz (1989) e Santos (1993), que ela foi marcada por certa macrocefalia e concentração produtiva, em regiões metropolitanas do território nacional, e que atingiu uma dispersão relativa, nas décadas posteriores, sobretudo nos países ditos emergentes. Este movimento se referia ao próprio modo de ser do desenvolvimento desigual do capitalismo, que expandia dialeticamente para outras paragens as contradições sistêmicas emanadas do "centro", donde tais relações regressavam e vice-versa.

METROPOLIZAÇÃO BRASILEIRA: AS AVENTURAS DA URBANIZAÇÃO

Adentrando um caso específico, essas transformações ganham novas tonalidades e as contradições do espaço se tornam mais palpáveis. No âmbito da formação socioeconômica brasileira, os novos nexos urbanos e metropolitanos transformaram o país. No passado, "a 'cidade' era bem mais uma emanação do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante" (Santos, 1993, p. 17), que sobrevivia por meio de uma economia agrário-exportadora. Com a industrialização brasileira incrementada pela "política de substituição de importações" (fruto da crise de 1929), elas se transformaram em verdadeiras cidades capitalistas, fundadas na economia urbano-industrial. Entretanto, esta transição não foi tão unilateral e tranquila quanto parece: as contradições da reprodução das relações sociais de produção e os embates políticos e ideológicos explodiram em conflitos territoriais. Aliás, o processo de derrocada da querela controlada entre paulistas e mineiros, bem anterior a 1930, e suas respectivas economias fundadas no café e no leite, sinalizou o primeiro passo para a constituição de uma economia urbano-industrial. Economia esta que, com a crise das exportações brasileiras de café e a necessidade de se forjar uma estrutura industrial que cultivasse a demanda interna, tornou-se mais ou menos efetiva, pois, no conflito, se abrira espaço para o novo.

Terra-Livre-40.indd 89 23/07/2014 18:04:05

Não obstante, a industrialização brasileira não partiu da conhecida "Revolução de 30", que "tinha muito pouco de revolucionária" (Löwy, 2010, p. 10), mas antes dela, como lembrou Furtado (1968, p. 9): "a partir da Primeira Guerra Mundial, tivera início, ainda que lentamente, um processo de industrialização, consequência em parte da urbanização, mas que iria acelerar essa urbanização e modificar o seu conteúdo". No entanto, não somente a urbanização foi dinamizada e modificada pela industrialização, visto que, na perspectiva de Lefébvre ([1972] 1999, p. 144), "as forças produtivas da indústria que tende a se concentrar nas cidades agem poderosamente sobre os campos". Portanto, a industrialização ainda incompleta, que começava a aparecer no horizonte de forma mais nítida, na economia periférica brasileira, na década de 1930, mudou paulatinamente os contornos e os conteúdos da relação cidade-campo e seus termos, e mesmo as relações espaço-sociedade e cultura-natureza, produzindo, pela modernização do território, a plataforma da transição urbana e da vindoura experiência metropolitana.

Todavia, não podemos ignorar, como advertiu Furtado (1982, p. 135), que essa "integração de economias de distintos níveis de desenvolvimento – como ocorreu entre nós a partir dos anos 30 – é concentradora de riqueza no espaço". A própria industrialização brasileira ensejou este processo, porque ela se caracterizou por "intensa concentração regional", assinalou Kowarick (1979, p. 108). Assim, com a concentração de investimentos produtivos, políticas públicas e da própria modernização no Sudeste, a urbanização também se processou de maneira concentrada. De um ponto de vista mais amplo, a urbanização também continuou concentrada nas proximidades da costa atlântica, com cidades que historicamente já contavam com certo grau de urbanização, como Recife e Salvador, além de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, sendo que as regiões Norte e Centro-Oeste permaneceram pouco exploradas pelos novos ares de modernidade que afloravam dia após dia.

"A ideologia desenvolvimentista dos anos 50 e a posterior ideologia do crescimento e do Brasil potência" (Santos, 1993, p. 102), associadas ao "milagre brasileiro" – este "santo perverso que, com uma mão, dá a alguns o que, com a outra, retira de muitos" (Kowarick, 1979, p. 42) –, fizeram com que a industrialização e a modernização deslanchassem nacionalmente, o que não significava o fim da centralização no Sudeste, mas uma desconcentração relativa, uma necessidade de a economia política do espaço (gestada em São Paulo) se fazer presente, com mais intensidade, em todo o território brasileiro. Assim, "a conversão da 'região' do café em 'região' da indústria começa a redefinir a própria divisão regional do trabalho em todo o conjunto nacional" (Oliveira, 1977, p. 37). Ainda

Terra-Livre-40.indd 90 23/07/2014 18:04:05

nos anos 1960, mais de 40% da população se concentravam nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (Anuário Estatístico do Brasil, 1960), com suas cidades (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) aparecendo como as grandes centralidades da hierarquia urbana, e alcançando níveis demográficos elevados e destoantes. Com a construção de uma nova centralidade político-administrativa (Brasília), no centro do território nacional, e as políticas regionais planejadas pelas superintendências criadas, abriram-se as possibilidades da integração nacional e da centralidade econômica. São Paulo continuou a reinar absoluta, se fazendo presente em diferentes lugares e impondo sua força.

Nessa época, embora a industrialização ascendesse com tamanho desempenho, com o chamado setor secundário da economia alcançando 18% de participação na população ativa brasileira e o terciário 37,4%, em 1970 (sendo que registraram, respectivamente, 10% e 26%, em 1940), o setor primário, mesmo demonstrando uma diminuição histórica nos percentuais, ainda atingia a marca de 44,6%, neste período (Santos, 1993). Um dos setores que ajudaram a alavancar o setor secundário foi a construção civil, que, com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e sua injeção de crédito imobiliário nos bancos, bem como com a expansão da política das companhias habitacionais (COHAB's), dinamizou e fortaleceu a urbanização das cidades brasileiras.

Ainda assim, com a industrialização em pleno vapor, o Brasil iniciou um processo de metropolização da sociedade incipiente e concentrado, que, na década de 1970, alcançou um novo patamar na urbanização brasileira, a partir da crescente dispersão industrial. Geiger (1972, p. 109) apontou os principais eixos destas mudanças, no período mencionado: a integração nacional, a criação das regiões metropolitanas e a expansão das redes de fluxos.

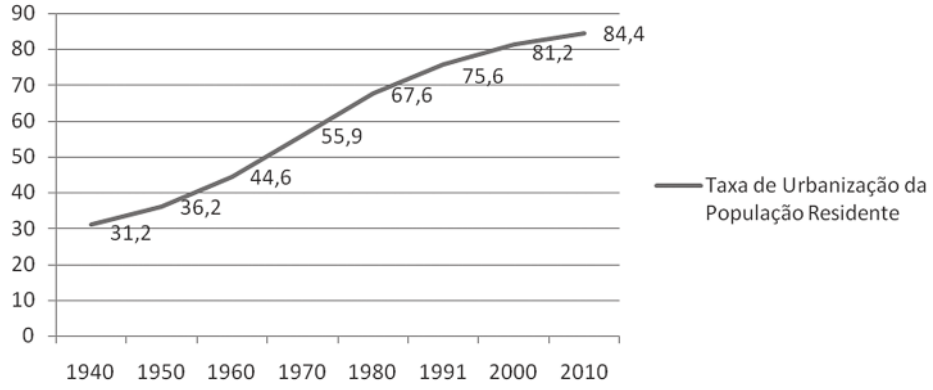
Os processos identificados até aqui estavam atrelados ao desenvolvimento do fordismo em uma outra lógica ("o fordismo periférico"), e "possibilitaram uma real transformação social, com o desenvolvimento de uma classe operária, de camadas médias e de um capital industrial modernos", associados a "uma tentativa de industrialização segundo a tecnologia e o modelo de consumo fordianos, ainda que sem as condições sociais, seja no referente ao processo de trabalho, seja no referente à norma de consumo das massas" (Lipietz, 1989, p. 310). Estas mudanças fundaram os alicerces, primeiro, da "urbanização concentrada" (Santos, 1993) ou "concentração urbana" (Martine, 1987), e, segundo, da "metropolização periférica" brasileira (Bernal, 2004). Indicativo disto foi que, no ápice do fordismo e de sua crise em nível mundial, foram criadas institucionalmente as primeiras regiões metropolitanas brasileiras, como uma forma de habilitá-las com mais modernização e mais concentração. Em 1973,

Terra-Livre-40.indd 91 23/07/2014 18:04:05

foram criadas as regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, e, em 1974, a do Rio de Janeiro também foi incorporada.

Deste modo, a metropolização aconteceu e foi reconhecida, de maneira mais acentuada, no momento da própria revolução urbana brasileira. Em 1970, a taxa de urbanização da população brasileira residente passa de 50% e atinge 55,9% – quase que dobrando a proporção percentual ante os 31,2% de 1940 –, e, num intervalo de mais quatro décadas (1970-2000), mais um quarto de crescimento proporcional é acrescido, chegando a alcançar 80%, na virada do século. Contudo, com uma acentuação da urbanização, nos últimos anos, vemos uma inclinação menos ascendente da curva de crescimento da população urbana brasileira (ver Gráfico 1). Taxas que não indicam necessariamente a urbanização, mas que nos fornecem alguma base para entendê-la ou tateá-la.

Gráfico 1: Taxa de urbanização da população residente brasileira (1940-2010)



Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1979 e 1995. Censos demográficos 2000 e 2010.

O movimento de urbanização brasileiro ganhou saltos qualitativos a partir do final de 1970, quando da difusão da chamada "acumulação flexível" (Harvey, 1990) e da metropolização, que o gráfico da urbanização, acima, não pôde apresentar. "O 'desconcertante' mundo das altas finanças", de que tratou Harvey (1990, p. 161), marcou profundamente este novo momento, com "o dinheiro como, simplesmente, dinheiro, recriando seu fetichismo pela ideologia" (Santos, 2000b, p. 44) – tudo isto possível graças às comunicações que "se aceleram até a quase-instantaneidade" (Lefébvre, [1968] 2001, p. 91) e à velocidade dos transportes.

Terra-Livre-40.indd 92 23/07/2014 18:04:05

Na passagem da década de 1970 para a de 1980, a economia brasileira convulsionava. Com a financeirização da economia e a metropolização dilacerando e ampliando a urbanização no mundo (e, em particular, no Brasil), as aporias do capitalismo como último estágio civilizatório, do *welfare state* generalizado e do *laissez-faire* sem fronteiras acabaram sendo postas à prova, e as contradições intrínsecas ao sistema tornaram-se gritantes. Com a crise da dívida de 1981, a reprodução das relações sociais de produção foi empurrada para uma hiperinflação, e os deslocamentos espaço-temporais se viram no fio da navalha, pois esta dinâmica crítica atingiu, sobretudo, a metropolização brasileira (processo que absorvia a superacumulação). Argumentou Fernandes e Negreiros (2004, p. 38) que "o impacto negativo da crise atingiu mais as regiões metropolitanas, especialmente São Paulo, onde o crescimento do emprego industrial havia começado a diminuir". Em 1987, a dívida corrente do Brasil atingiu 114,5 bilhões de dólares, com desvalorização estimada em 63,2 bilhões de dólares, sendo que a medida de desvalorização total de cinco países (Argentina, Brasil, Chile, México e Peru) alcançou 174 bilhões de dólares (Harvey, 1990, p. 196). Com relação às mudanças específicas na economia brasileira, Fernandes e Negreiros apontaram que

> as oportunidades que o extenso território brasileiro ofereceu para o crescimento econômico, empurrando a fronteira agrícola sempre mais à frente e mantendo o crescimento do mercado interno travado por meio de concentração de terra e renda, eventualmente minaram o desenvolvimento do país, jogando-o numa crise política de grandes proporções e na hiperinflação. Reverso da mesma moeda, foram o "modelo" de concentração, o elevado endividamento externo, a queda da taxa de investimento e os precários indicadores de educação e de P&D, o que apenas acrescenta mais inconsistência ao desenvolvimento do país (Fernandes e Negreiros, 2004: 40-41).

Concomitante a essas dinâmicas, a redemocratização brasileira começou a ser possível, e o fim da ditadura militar aconteceu. Enquanto a economia estava em bancarrota, a política anunciava certa inversão ou uma reformulação do capitalismo à moda brasileira, pois o poder continuava onde sempre esteve, nas mãos de uma pequena minoria abastada, composta de capitalistas industriais e a velha aristocracia que tinha se readaptado. A contradição entre economia e política mostrava sua intensidade, e a economia política do espaço reencontrava, na urbanização e na metropolização brasileiras, a recuperação das ati-

Terra-Livre-40.indd 93 23/07/2014 18:04:05

vidades produtivas do país. Um indicador disto foi que, na chamada "década perdida" (1980), o Brasil não criou, institucionalmente, nenhuma região metropolitana, pois grande parte dos extintores estava voltada para apagar a crise da dívida. Porém, vendo na metropolização uma possibilidade de superação, na década seguinte, catorze regiões metropolitanas foram criadas (ver Tabela 1).

Tabela 1: Evolução histórica da criação das RMs e RIDEs (1970-2010)

Período	Quantidade de RM's e RIDE's	RM's e RIDE's
1970-1979	9	RM Belém (AM); RM Fortaleza (CE); RM Recife (PE); RM Salvador (BA); RM Belo Horizonte (MG); RM São Paulo (SP); RM Curitiba (PR); RM Porto Alegre (RS); RM Rio de Janeiro (RJ).
1980-1989	-	-
1990-1999	14	RM Natal (RN); RM Grande São Luís (MA); RM Maceió (AL); RM Grande Vitória (ES); RM Baixada Santista (SP); RM Vale do Aço (MG); RM Florianópolis (SC); RM Londrina (PR); RM Maringá (PR); RM Norte/Nordeste Catarinense (SC); RM Vale do Itajaí (SC); RM Goiânia (GO); RM Aracaju (SE); RIDE Distrito Federal (DF)
2000-2010	17	RM Campinas (SP); RM Carbonífera (SC); RM Foz do Rio Itajaí (SC); RM Tubarão (SC); RIDE Distrito Federal e Entorno (DF); RM João Pessoa (PB); RM Vale do Rio Cuiabá (MT); RM Campina Grande (PB); RM Feira de Santana (BA); RM Agreste (AL); RM Cariri (CE); RM Macapá (AP); RM Chapecó (SC); RM Lages (SC); RIDE Petrolina/Juazeiro (BA/PE); RIDE Teresina (PI/MA); RM Sudoeste Maranhense (MA).
Total	40	-

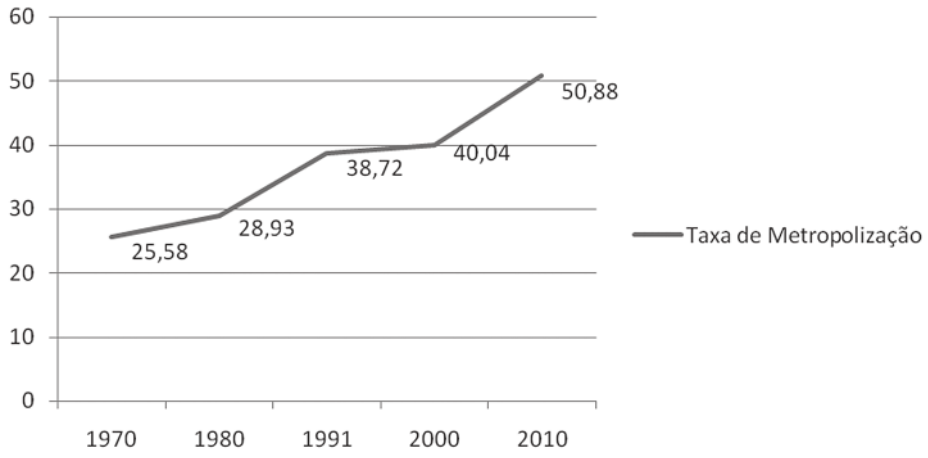
Fonte: EMPLASA, 2012; Observatório das Metrópoles, 2011.

Com a Constituição Federal de 1988, a criação das regiões metropolitanas passou para a jurisprudência dos estados, produzindo uma dissonância entre a metropolização e a institucionalização, na década de 1990. Assim, "a institucionalização dessas regiões consiste numa vontade política, tendo passado ao largo da discussão sobre metropolização dos espaços" (Lencioni, 2006b, p. 55). Entretanto, é indubitável que, na década de 1990, a rede urbana brasileira passou por mudanças. Com a desconcentração demográfica, industrial e terciária em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, metrópoles do Centro-Oeste

Terra-Livre-40.indd 94 23/07/2014 18:04:06

e do Norte cresceram e multiplicaram seus tentáculos no território brasileiro; as do Sul e do Nordeste também continuaram suas expansões metropolitanas. A taxa de metropolização, que atingiu 39%, em 1991, sugeriu este caminho, o que é bastante controverso, pois em seu cálculo foi lançada, num mesmo denominador, a população residente das regiões metropolitanas, das regiões integradas de desenvolvimento e das aglomerações urbanas com relação ao total da população brasileira, algumas das quais estavam longe de atingir um processo de metropolização (ver Gráfico 2). Todavia, não podemos negar que a metropolização era um processo cada vez mais concreto, no território brasileiro.

Gráfico 2: Taxa de metropolização da população residente brasileira (1970-2010)



Fonte: Censos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010; Santos (1993); EMPLASA (2011).

Nos anos 2000, os paliativos neoliberais forjaram uma estrutura de planos financeiros, assegurando o crescimento do consumo e a sustentação do câmbio, e, em seguida, novos episódios de políticas desenvolvimentistas, com projetos faraônicos associados ao aquecimento do mercado imobiliário por meio de crédito imobiliário, em volume nunca antes visto. Com os Planos de Aceleração do Crescimento (PAC's) e o programa "Minha Casa, Minha Vida" (MCMV's) superando as marcas históricas do Banco Nacional de Habitação (BNH), e os programas Pró-Moradia e Habitar-Brasil, de 1995/1998, a economia política do espaço urbano brasileiro alcançou seu ápice. A urbanização atingiu novos patamares (taxa de urbanização de 85%, em 2010, conforme o Gráfico 1) e a metropolização apareceu como a grande "política do espaço" (taxa de metro-

Terra-Livre-40.indd 95 23/07/2014 18:04:06

polização de 51%, em 2010, conforme o Gráfico 2), com a criação fictícia de regiões metropolitanas e a elevação institucional de cidades médias a metrópoles sendo apenas a "ponta do *iceberg*".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização e a formação de espaços metropolitanos – em parte, fictícias – apresentaram uma requalificação dos centros urbanos, a difusão das desigualdades, a destruição criativa das metrópoles e das cidades médias, cada vez mais incrementadas pela monetarização do cotidiano, pelas técnicas informacionais e pela revolução dos meios de transporte. "O deslizamento generalizado do ter para o parecer" na vida social, a que se referiu Debord ([1967] 1997, p. 18), tomou de assalto o espaço, a serviço da economia política do espaço, com a institucionalização fazendo com que espaços urbanos *pareçam* metropolitanos. Assim, a metropolização, este "estágio mais avançado" da urbanização (Firkowski, 2009, p. 391), evidencia suas contradições: produção fictícia de metrópoles e espaços metropolitanos, fetiche da aglomeração urbana como metropolização, enfim, uma aparente urbanização desgovernada, controlada especialmente pelos capitais financeiros, imobiliários e industriais. Assim, as aventuras da urbanização brasileira atingiram a metropolização, no terceiro milênio, de maneira mais profunda e concreta, e, concomitantemente, ampliaram a segregação espacial e as contradições do espaço (urbano).

No mundo como um todo, a metropolização também alcança níveis críticos. Na virada do século, os espaços metropolitanos aparecem, cada vez mais, como grandes âncoras de uma economia globalizada e como centros de irradiação dos poderosos vetores da modernização. Neles, são produzidas as informações todo-poderosas (que veiculam poucos eventos e muitos ruídos) e as ordens diligentes da produção e circulação de mercadorias e serviços. Deste modo, o prenúncio de Lefébvre ([1968] 2001, p. 26) sobre uma ampla política dominadora do espaço aponta no horizonte. E, como vimos, os espaços metropolitanos, lamentavelmente, são os instrumentos da economia política do espaço, nesta dinâmica seletiva e tirânica, que acumula riquezas e distribui migalhas, gerando, de um lado, o contentamento de parcelas da população mundial e, de outro, o despertar de movimentos sociais e teorias revolucionárias.

Terra-Livre-40.indd 96 23/07/2014 18:04:06

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCHER, François. "Metropolização e metápoles." In: ASCHER, François. *Metapolis: acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta, p. 3-21, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNAL, Cleide. *A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza*. Fortaleza: Editora UFC/BNB, 2004.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DAMIANI, Amélia. "Urbanização crítica na metrópole de São Paulo a partir de fundamentos da geografia urbana." In: *Revista da ANPEGE*, v. 5, p. 39-53, 2009.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo* (seguido do prefácio à 4ª edição italiana e dos Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo). [1ª ed., 1967]. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOBB, Maurice. "Alguns traços do capitalismo europeu atual." In: DOBB, Maurice (org.). *Tendências do capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

FERNANDES, Ana; NEGREIROS, Rovena. "Desenvolvimento econômico, divisão do trabalho e mudanças na rede urbana brasileira: do desenvolvimento ao plano real." In: FERNANDES, Edesio; VALENÇA, Márcio (orgs.). *Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 25-56, 2004.

FIRKOWSKY, Olga. "Urbanização e cidades: os vários desafios à investigação geográfica." In: MENDONÇA, Francisco; SAHR, Cicilian; SILVA, Márcia (orgs.). *Espaço e tempo: complexidades e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ADEMADAN, p. 387-405, 2009..

FURTADO, Celso. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. "Brasil: da república oligárquica ao Estado militar." In: FURTADO, Celso (org.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 1-23, 1968.

Terra-Livre-40.indd 97 23/07/2014 18:04:06

GEIGER, Pedro. "O espaço mais desenvolvido do Brasil." In: *Boletim Geográfico*, n° 231, ano 31, p. 109-124, 1972.

HARVEY, David. *The condition of postmodernity*. New York: Blackwell, 1990.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFÉBVRE, Henri. *O direito à cidade*. [1ª ed., 1968]. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *A cidade do capital*. [1ª ed., 1972]. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LENCIONI, Sandra. "Da cidade e sua região à cidade-região." In: SILVA, José Bozarcchiello; LIMA, Luiz; ELIAS, Denise (orgs.). *Panorama da geografia brasileira I*. São Paulo: Annablume, p. 65-76, 2006a.

_____. "Reconhecendo metrópoles: território e sociedade." In: SILVA, Cátia; FREIRE, Désirée; OLIVEIRA, Floriano. *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b.

LIPIETZ, Alain. "Fordismo, fordismo periférico e metropolização." In: *Ensaios FEE*, vol. 10, p. 303-335, 1989.

LÖWY, Michel. *Caderno de textos tópicos utópicos – revoluções*. Fortaleza: PMF, 2010.

MARTINE, George. "Migração e metropolização." In: *Revista São Paulo em Perspectiva*, n° 1 (2), p. 28-31, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SANTOS, Mílton. *La naturaleza del espacio: técnica y tiempo, razón y emoción*. [1ª ed., 1996]. Barcelona: Ariel, 2000a.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000b.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SOJA, Edward. "O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso." In: SANTOS, Mílton; SOUZA, Maria; SILVEIRA, Maria (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, p. 154-168, 1994.

Terra-Livre-40.indd 98 23/07/2014 18:04:06

A INTEGRAÇÃO REGIONAL E HEMISFÉRICA EM SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL, A PARTIR DA GUERRA FRIA, E O PROTAGONISMO BRASILEIRO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

REGIONAL AND HEMISPHERIC INTEGRATION IN SECURITY AND DEFENSE IN SOUTH AMERICA, SINCE THE COLD WAR, AND THE BRAZILIAN LEADERSHIP: SOME CONSIDERATIONS

INTEGRACIÓN REGIONAL Y HEMISFÉRICA EN SEGURIDAD Y DEFENSA EN AMERICA DEL SUR, DESPUÉS DE LA GUERRA FRÍA, Y EL LIDERAZGO DE BRASIL: ALGUNAS CONSIDERACIONES

CLAUDETE DE CASTRO SILVA VITTE[1*]

Resumo: Os principais objetivos deste artigo foram investigar algumas políticas e planos de segurança e defesa (S&D) adotados na América do Sul, após a Segunda Guerra Mundial, e fazer uma breve reflexão sobre o TIAR (Tratado Interamericano e Assistência Recíproca), a Segurança Hemisférica da OEA (Organização dos Estados Americanos), a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), a fim de observar seus objetivos e os temas da agenda de S&D. Discutiram-se a institucionalização e as transformações das principais políticas de cooperação: seus conteúdos, áreas priorizadas e atores hegemônicos. Este estudo teve caráter exploratório, e foi feita uma revisão bibliográfica em diversas fontes.

Palavras-chaves: integração regional, América do Sul, segurança e defesa, Brasil, Conselho de Defesa Sul-Americano.

Abstract: The main objectives of this study were to verify some policies and plans of security and defense (S&D) adopted in South America after the last World War, with a brief reflection on the "Rio Treaty" (Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance), the Hemispheric Security of OAS (Organization of American States), ACTO (Amazon Cooperation Treaty Organization**)** and the South American Defense Council (CDS**)** of UNASUR (Union of South American Nations), observing its objectives and agenda topics of S&D. In this paper was discussed the institutionalization and the transformation of the main cooperation policies: its

1 Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) / Pesquisadora CNPq.
E-mail: clavitte@ige.unicamp.br

Terra-Livre-40.indd 99 23/07/2014 18:04:06

contents, priority areas and hegemonic actors. The study was exploratory and on it was made a literature review from various sources.

Key words: regional integration, South America, security and defense, Brazil, South American Defense Council.

Resumen: Los principales objetivos de este trabajo fueron verificar algunas de las políticas y planes de defensa y seguridad (D&S) adoptadas en América del Sur después de la Segunda Guerra Mundial, con una breve reflexión sobre el TIAR (Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca), la Seguridad Hemisférica de la OEA (Organización de los Estados Americanos), la OTCA (Organización del Tratado de Cooperación Amazónica) y el Consejo de Defensa Suramericano (CDS) de la UNASUR, observando sus objetivos y los puntos de la agenda de S&D. Se discutió la institucionalización y la transformación de las principales políticas de cooperación: su contenido, las áreas prioritarias y los actores hegemónicos. El estudio fue de carácter exploratorio y se realizó una revisión bibliográfica de diferentes fuentes.

Palabras clave: integración regional, América del Sur, seguridad y defensa, Brasil, Consejo de Defensa Suramericano.

INTRODUÇÃO

Os países sul-americanos vêm se esforçando para reformular suas políticas nacionais de defesa e o sistema interamericano de defesa, num contexto de transformações geopolíticas e geoeconômicas derivadas da globalização e da integração regional. Estas transformações afetam as relações entre os Estados, permitindo oportunidades de cooperação internacional em diversos assuntos, inclusive em segurança e defesa,[2] uma novidade em relação ao século XX, quando estes eram assuntos primordialmente de política interna.

2 Cabe buscar a diferenciação entre segurança e defesa. Segundo Mathias e Matijascic (2011), "no âmbito continental, os termos defesa e segurança ganharam, entre a segunda metade do século XX e a primeira década do XXI, quatro significados, quando considerados um em relação ao outro. Um primeiro tratamento os diferencia por âmbito geográfico. Nesse caso, segurança diz respeito a uma ação interna ao Estado, enquanto defesa refere-se a uma ação externa. Um segundo significado associa defesa à determinada ação, enquanto segurança é uma percepção que, na maioria dos casos, antecede e embasa a ação de defesa. Uma terceira forma, bastante próxima da anterior, assume que a defesa é o meio pelo qual se atinge a segurança. Um exemplo seria a presença de bases policiais (meio) em locais de grande circulação, que inibiria crimes e contravenções (segurança). Por último, está aquela definição que busca a interação entre as três anteriores, muitas vezes chamada funcionalista. Para esta, segurança e defesa são fenômenos diferentes, porque estão em âmbitos geográficos diferentes, representam atores e meios distintos, bem como são produtos de percepções diversas. (...) Um fator deve ser considerado quando se utiliza os agentes da defesa em questões entendidas como de segurança: sempre que isso acontece, explicita-se a demonstração de uma fraqueza ou incompetência do Estado para fazer frente àquilo que o ameaça" (Mathias e Matijascic, 2011, p. 225-226).

Terra-Livre-40.indd 100 23/07/2014 18:04:06

A funcionalidade das políticas de desenvolvimento alicerçadas na integração regional da América do Sul permitiu o aumento da visibilidade do potencial político da região na balança internacional de poderes, melhorou a capacidade econômica dos Estados e permitiu a incorporação das Forças Armadas no debate da cooperação sul-americana. Com isso, criou-se uma relação causal lógica entre as *políticas de desenvolvimento* do período democrático e as *políticas de segurança e defesa*, sendo o Brasil uma liderança fundamental na América Latina.

Os principais objetivos deste estudo foram: 1) verificar as principais políticas e planos de segurança e defesa adotados em período recente, na América do Sul e na América Latina; 2) fazer um breve balanço do TIAR (Tratado Interamericano e Assistência Recíproca), da agenda de segurança hemisférica da OEA (Organização dos Estados Americanos), da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) e do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), observando seus desdobramentos e os subtemas que assumem o topo da agenda de discussão, e abarcando, desta forma, *organizações de cooperação funcional* (como o TIAR, OTCA e CDS) e *organizações de integração regional* e hemisférica (como a UNASUL e a OEA);[3] 3) discutir os antecedentes das principais políticas de cooperação, considerando seus conteúdos, áreas priorizadas e atores hegemônicos, e assim delinear a evolução do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

Este estudo teve caráter exploratório, sendo que se trata de uma temática complexa. Nele, foi feita uma revisão bibliográfica, com levantamentos em periódicos especializados, na imprensa e em páginas eletrônicas de diversas fontes, cuja pretensão foi a de contribuir com a interlocução da geografia com as relações internacionais, com a apresentação de uma revisão de literatura que ajude a esclarecer o papel hegemônico dos EUA no subcontinente e o ideário bolivariano, que vem ganhando repercussão no discurso político da integração regional sul-americana.

3 Baseado em Mônica Herz e Andrea Hoffmann, Piedra-Calderón (2007) definiu as *organizações de cooperação funcional* como aquelas que têm um alcance temático específico, enquanto que uma *organização de integração regional* atua em vários temas de cooperação. Uma organização de cooperação funcional "produz normas consideradas de *soft law,* o que significa que as normas produzidas não têm caráter obrigatório, em outras palavras, essas normas não têm consequências no âmbito jurídico, somente no político". Outro ponto importante para a compreensão desta temática é entender que "as organizações regionais de integração, as organizações funcionais e os acordos de integração econômicos constituem o regionalismo". Assim, estes termos envolvem os resultados institucionais no contexto de uma região geográfica específica (Piedra-Calderón, 2007, p. 48).

Terra-Livre-40.indd 101 23/07/2014 18:04:06

O DISCURSO DE SEGURANÇA NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO DA GUERRA FRIA

Primeiramente, cabe contextualizar o tema segurança e defesa.[4] Segundo Amaral (2008), no período entreguerras, o conceito de segurança adquiriu dupla função, operando em dois diferentes níveis: no plano de ação coletiva interestatal e no âmbito intraestatal de cada país. Para o autor acima citado, baseado em Ole Waever, esta era uma forma de discurso que pregava que somente o grupo político estabelecido no poder estaria autorizado a definir os interesses nacionais, de forma que qualquer discordância era entendida como ameaça à segurança da comunidade política. Deste duplo movimento, se construíram as noções de "segurança coletiva internacional" e de "segurança nacional", tão caras à América do Sul e ao Brasil.

No âmbito da segurança coletiva, entendia-se que instituições internacionais regulariam a interação entre Estados, garantindo paz e estabilidade, promovendo a cooperação entre Estados e o bem-estar mútuo. Tal visão certamente influenciou a institucionalização do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) e da OEA (Organização dos Estados Americanos), como será visto adiante. A noção de segurança coletiva internacional pressupunha a criação de arranjos institucionais que tratassem a ameaça à segurança de um membro como uma ameaça à segurança de todos, exigindo respostas coletivas articuladas (Amaral, 2008, p. 54-60).

O sistema hemisférico de segurança coletiva (o Sistema Interamericano de Segurança)[5] começou a ser estruturado pelos Estados Unidos, em meados dos anos 1930, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, para o engajamento dos Aliados. Depois, na Guerra Fria, houve uma rearticulação do sistema, segundo a lógica de confrontação bipolar que caracterizou o cenário geopolítico desta época, cujo principal objetivo era afastar a ameaça comunista da região e evitar subversões internas (Pagliai, 2006). O resultado disto foi a assinatura, em 1947, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a criação

4 Machado colocou, de forma apropriada, que "o Estado nacional foi, não raro, construído e mantido mediante aceitação comunitária da lógica de segurança (...) [e por isso] a lógica de segurança fez-se preocupação central no estudo de relações internacionais" (Machado, 2011, p. 4-5).

5 "O Sistema Interamericano, mais do que o conjunto de instituições (órgãos e instrumentos) que visam assegurar os princípios conveniados, os propostos e as obrigações convencionadas, bem como auxiliar os Estados americanos no alcance de metas estabelecidas nos mais diversos temas (...) deve ser visto como uma experiência de regionalismo continental". Ele foi iniciado no século XIX e se configurou mais claramente na Guerra Fria, sendo dele tributário o Sistema Interamericano de Defesa (Xavier, 2010, p. 10).

Terra-Livre-40.indd 102 23/07/2014 18:04:06

da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. Geopoliticamente, segundo Machado,

> com o fim do conflito mundial, os EUA ampliaram geograficamente seu espaço estratégico de atuação para o nível planetário, passando a negligenciar o americanismo e a isolar-se dos problemas da América Latina. Até 1952, no entanto, o Brasil sustentaria, unilateralmente, um mito de aliança especial com os EUA, cumprindo seu papel no regionalismo hemisférico. Com as conferências do Rio de Janeiro (1947), que institucionalizou a doutrina de defesa hemisférica por meio do TIAR [Tratado Interamericano de Assistência Recíproca], e a de Bogotá (1948), que criou a OEA, o sistema interamericano idealizado em Washington estaria completo e, com isso, assentavam-se as bases do pan-americanismo em categorias típicas de preocupações de segurança (Machado, 2011: 11).

Sob a perspectiva econômica, Machado (2011) apontou que a conjuntura, após a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, foi campo fértil para o relançamento do regionalismo latino-americano sob impulsão das ideias econômicas pensadas na CEPAL. Uma primeira "onda regionalista" de caráter econômico permeou os Estados latino-americanos a partir da década de 1950, num ambiente que propunha a industrialização como ideia e força e o projeto cepalino de criação de um grande mercado regional unificado a ser explorado por produtos latino-americanos.

O TIAR (TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA)

O TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca ou Tratado do Rio) foi o primeiro acordo regional inspirado no artigo 51 da Carta das Nações Unidas. A sua tônica era regulamentar o exercício da legítima defesa de cada país, individualmente e de forma coletiva, em caso de ataque armado. Assim, este tratado definiu as formas de agressão e estabeleceu como princípio básico a premissa de que um ataque armado contra um Estado americano seria considerado uma agressão contra todos os demais contratantes (Itamaraty, 2001).

Pagliai (2006, p. 26) asseverou que "durante a bipolaridade, os problemas de segurança internacional estavam, sobretudo, vinculados às questões militares estratégicas, em função da temática desta confrontação". Para Medeiros

Terra-Livre-40.indd 103 23/07/2014 18:04:06

e Pinto (2009, p. 3), o TIAR possibilitou o projeto da OEA (de 1948), "um passo adiante no processo de integralização da proposta de segurança, criando elementos do direito internacional que poderiam ser capazes de estabelecer e regular princípios de segurança coletiva".

Medeiros e Pinto (2009, p. 3-4) afirmaram que, neste contexto, "como recurso de emergência à Segunda Guerra Mundial e por conta da recomendação da Reunião de Ministros de Assuntos Exteriores", foi criada, em 1942, a Junta Interamericana de Defesa (Inter American Defense Board – IADB), que, desde 1962, passou a ser subordinada ao Colégio Interamericano de Defesa. Esta junta é composta de militares que prestam assessoria jurídica em segurança e defesa à OEA. Mas, segundo os autores acima, esta junta não foi citada na ocasião da criação do TIAR. Somente em 1948 é que foi considerada a criação do Conselho Interamericano de Defesa (IADC), que seria uma ação coordenada ao Tratado do Rio. Ao IADC caberia atuar no que diz respeito à segurança hemisférica, sendo que as suas decisões teriam caráter recomendatório. No entanto, recorrentemente, ele foi acusado de ser utilizado em benefício de interesses dos Estados Unidos junto às ações bilaterais na América Latina.[6]

Destarte, o TIAR adequou-se ao modelo de defesa coletiva hemisférica delineada pelos Estados americanos, sendo, de fato, um sistema de segurança coletiva, sem a constituição de um corpo permanente de exércitos integrados. Sua base é a solidariedade continental para a contraposição a ataques armados e a atos de agressão contra seus membros, ou a fatos que ameacem a paz e a segurança no continente, de acordo com os interesses de cada um dos Estados participantes (Medeiros e Pinto, 2009, p. 8).

Ao avaliar os resultados do TIAR no controle da segurança hemisférica, Pagliai afirmou que

> o TIAR representou muito mais um instrumento formal de defesa contra o avanço do comunismo do que propriamente um mecanismo que servisse para dissuadir agressões externas. Ao longo do período de sua vigência, o mesmo foi invocado dezenove vezes, a maioria delas para casos na América Central e Caribe. Porém, foi aplicado efetivamente em oito ocasiões, sendo que muitas outras intervenções ocorreram na América

6 Medeiros e Pinto (2009, p. 4) lembraram que, assim como o IADC, também sofre a mesma acusação a Aliança para o Progresso, um programa de cooperação econômica proposto durante o governo de John Kennedy (entre 1961-1963), que deu início a outras instituições, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Terra-Livre-40.indd 104 23/07/2014 18:04:06

> Latina, no decorrer deste período, sem que, no entanto, se efetivassem sob o seu amparo (Pagliai, 2006: 29).

Medeiros e Pinto (2009, p.8) contribuem a esta reflexão questionando sobre a eficácia do TIAR, no que se refere à "sua função primária de servir como instrumento de prevenção e defesa do continente americano, consoante à aplicação dos princípios da segurança coletiva estabelecidos na Carta das Nações Unidas". Entendendo eficácia como "as capacidades do TIAR, no âmbito do sistema de defesa interamericano, para produzir os efeitos almejados quando o mesmo for invocado", os citados autores consideraram que há diversos críticos que apontam para a sua ineficácia. Eles destacaram, em consonância com Pagliai (2006), uma destas mais incisivas críticas, a que entendia que "o TIAR se transformou em uma aliança política destinada a preservar o capitalismo no continente americano, em face do 'monroísmo ideológico'[7] consagrado na Conferência Internacional Americana de 1954, realizada em Caracas" (Medeiros e Pinto, 2009, p. 8).

Os autores acima citados argumentaram que foi muito relevante o fato de haver dificuldades na construção e consolidação de grandes interesses hemisféricos comuns nas Américas. Para Medeiros e Pinto (2009, p. 10), "isso afeta as relações multilaterais interamericanas desde que esta experimentou seu processo de descolonização da Europa", ou seja, é uma constante na realidade continental. O TIAR, como bloco de mútua assistência de defesa de países do continente americano, lida com poderes nacionais díspares (econômicos, tecnológicos e militares), bem como com países que se expressam, nas políticas internacionais, de formas diferenciadas. Esta realidade torna compreensíveis muitas das dificuldades do TIAR e de outras organizações regionais da América Latina e América do Sul (Medeiros e Pinto, 2009, p. 10).

.....

7 Segundo Souto Maior, "em 1823, ao enviar sua famosa mensagem ao Congresso Americano, o presidente James Monroe assumiu unilateralmente a posição de patrono das Américas. Surgia assim o pan-americanismo, uma forma de regionalismo paternalista que, na época, oferecia vantagens circunstanciais àqueles países do continente que ainda lutavam por afirmar sua independência recente em relação às metrópoles europeias. Evidentemente, faltava-lhe, porém, o elemento de consenso ou sequer de consulta. Em suma, era uma iniciativa de política externa de Washington – que, por sua vez, se escudava no apoio, tido como certo, embora não declarado, da esquadra britânica – que afetava todo o continente". Este mesmo autor complementou que "a essa visão monroísta, que via no Hemisfério Ocidental uma vasta área de influência dos EUA, veio a contrapor-se uma percepção bolivariana, que buscava aproximar as nações americanas de colonização espanhola". No entanto, o autor advertiu: "na visão de Bolívar, ficariam, porém, de fora tanto os Estados Unidos, anglo-saxônico e dominador, como o Brasil, lusitano e imperial" (Souto Maior, 2006, p. 51-52).

Terra-Livre-40.indd 105 23/07/2014 18:04:06

Cabe ainda assinalar outro importante aspecto. Em abordagem historiográfica, Costa (1997) apontou que alguns estudiosos entendiam a institucionalização do TIAR e o seu significado adquirido na política regional no contexto da Guerra Fria. Mas, levando-se em conta a visão clássica da Teoria Realista, no que se refere ao uso da força nas relações internacionais, este tratado deve ser considerado como parte do regime histórico da segurança no Hemisfério Ocidental, e não como um aspecto peculiar da Guerra Fria.

Na ótica histórica de continuidade e de operacionalidade da diplomacia clássica, o valor potencial do TIAR encontra-se nas disputas ainda existentes e não resolvidas de soberania territorial, em temores nacionalistas pelo controle de bens e recursos naturais, nas variadas e pouco controladas regiões fronteiriças das Américas e na defesa, no caso de uma ameaça hipotética extracontinental, que poderia se tornar realidade num futuro incerto (Costa, 1997, p. 2). Eram o discurso e a visão de mundo hegemônicos, no após Segunda Guerra Mundial.

A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA) E SUA AGENDA DE SEGURANÇA HEMISFÉRICA

Para Medeiros e Pinto (2009, p. 5), "desde a sua criação, a OEA concretizou a intenção de ser a única organização regional de segurança, fundamentalmente depois do TIAR". Estes autores imputaram ao fato de a OEA ser "a organização" de segurança à efetivação de dois de seus princípios: a manutenção da segurança hemisférica e a tarefa de banir qualquer intervenção externa aos países- membros. Eles também lembraram que a invocação do TIAR e da Carta da OEA aconteceu, coordenadamente ou não, de acordo com a necessidade de resolução de conflitos. Pelo levantamento destes autores, na Guerra Fria, o TIAR foi convocado em vinte e três casos de litígio, sendo que somente um deles não foi solucionado por intermédio da OEA (em 1984, num episódio que envolveu a navegação no Canal de Beagle, disputado por Argentina e Chile).

Bertazzo (2007) esclareceu que a Organização dos Estados Americanos (OEA) "mantém diretrizes mais gerais para a condução dos assuntos de segurança no continente, por meio de sua Comissão de Segurança Hemisférica, das Conferências Ministeriais de Defesa, da Cúpula das Américas e da Junta Interamericana da Defesa". Segundo a autora acima,

Terra-Livre-40.indd 106 23/07/2014 18:04:06

> a Junta Interamericana de Defesa (JID) participa do programa de retirada de minas terrestres e controle de armamentos (armas de pequeno porte), de auxílio a membros em casos de catástrofes, elabora inventários das medidas de caráter militar adotadas na região para construção de confiança entre os países e colabora com os *curricula* do Colégio Interamericano de Defesa. A participação na junta é aberta a todos os países-membros da OEA. Os participantes da OEA mantêm o compromisso da submissão do poder civil ao militar, como afirmação dos princípios democráticos. Os países-membros também discutem qual o limite da participação das Forças Armadas no combate ao crime organizado e o narcotráfico. Entretanto, mantém a prerrogativa de cada Estado decidir sobre os meios mais adequados ao seu ordenamento interno a serem aplicados no combate às chamadas "novas ameaças" (Bertazzo, 2007: 28).

Em âmbito geopolítico global, segundo Saint-Pierre (2011), com o fim da Guerra Fria e a desarticulação da bipolaridade, diversos organismos internacionais, particularmente as comissões ocupadas pela segurança internacional, começaram a discutir os conceitos tradicionais de segurança, procurando focalizar a nova fisionomia que assumiria as ameaças. Na geopolítica hemisférica, para este autor, tal redirecionamento foi evidente na Organização dos Estados Americanos (OEA), que começou a se preocupar com estes assuntos, sendo que alguns países passaram a questionar a insuficiência do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), desenhado para as exigências da Guerra Fria (Saint-Pierre, 2011, p. 411-412).

Villa (2003) reforçou tal visão. Para este autor, "durante a Guerra Fria foi limitada a possibilidade de os Estados Unidos utilizarem o Conselho de Segurança da ONU como uma instância punitiva global devido à frequente utilização do poder de veto soviético" (Villa, 2003, p. 56). Por isso, os EUA precisaram reordenar sua estratégia, no sentido de melhor aproveitar a institucionalidade de algumas organizações multilaterais regionais, tanto aquelas de natureza diplomática como as de segurança.

Este reordenamento foi bem-sucedido, no contexto da OEA, pois esta organização, em várias oportunidades, segundo Villa, funcionou "como instância de legitimação dos embates ideológicos, das invasões e da capacidade punitiva (militar ou econômica) desenvolvida pelos EUA contra alguns países da região", tais como na Guatemala, em 1954, em Cuba, em 1962, na República Dominicana, em 1965, em Granada, em 1983, e no Panamá, em 1989 (Villa, 2003, p. 56). Mas, nos anos 1980, a visão de interesses compartilhados em se-

Terra-Livre-40.indd 107 23/07/2014 18:04:06

gurança pelos países americanos começou a esgarçar-se por causa da atuação dos EUA na Guerra das Malvinas, em 1982, e com as invasões de Granada, em 1983, e do Panamá, em 1989 (Xavier, 2010, p. 23).

Para Saint-Pierre (2011), um incômodo com a inadequação da ideia e das políticas de segurança vigentes ficou claramente manifesto na assembleia geral, realizada em Santiago do Chile, em 1991, com a criação de um grupo de trabalho específico para iniciar as consultas sobre a questão da segurança hemisférica. "Posteriormente, em 1992, a assembleia geral substituiu esse grupo pela Comissão Especial de Segurança Hemisférica, que finalmente se tornaria permanente em 1995 com o nome de Comissão de Segurança Hemisférica" (Saint-Pierre, 2011, p. 412).

Na Assembleia Geral de 1991, em Santiago, os Estados-membros assumiram o compromisso de "iniciar um processo de consulta sobre segurança hemisférica, à luz de novas circunstâncias regionais e mundiais, desde uma perspectiva atualizada e integral da segurança e o desarme".

Segundo Saint-Pierre (2011), baseado no documento feito pelo embaixador Hernán Patiño Mayer na instalação da Comissão de Segurança Hemisférica, em 1995, delinearam-se críticas às visões "militarizada" e "estática" que caracterizavam, até então, os conceitos de segurança. Desta forma, a noção de segurança começou a se redefinir, com a recusa da limitação do conceito de segurança ao fator militar e a incorporação de novas ameaças (como as questões da extrema pobreza, do crescimento desenfreado da população, da desigual distribuição da riqueza, das barreiras ao livre comércio e da proliferação de armas de destruição em massa), mantendo "o emprego do componente militar àquelas áreas que, por sua natureza, possam exigir o uso da força ou o aproveitamento das suas capacidades técnicas e logísticas". Assim, naquela ocasião, a ideia central da comissão não foi a segurança multidimensional, mas a segurança cooperativa, de compartilhamento de interesses, de confiança mútua (Saint-Pierre, 2011, p. 412-413).

Após décadas de convivência entre o TIAR e a OEA, em 2000, ocorreu uma conferência especial acerca dos novos conceitos e enfoques sobre a segurança no hemisfério, promovida pela Comissão de Segurança Hemisférica da Organização. Nela, foram debatidas as opções apresentadas aos Estados, em termos de tratados e instituições, na área de segurança. Segundo Bertazzo (2007), não se chegou a uma resolução definitiva sobre o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), "mas decidiu-se apenas que ele não mais seria aplicável nas novas circunstâncias do continente e no plano atual da segurança hemisférica", e, "em um esforço de renovação dos mecanismos de

Terra-Livre-40.indd 108 23/07/2014 18:04:06

segurança, os Estados chegam à constatação de que o TIAR não havia sido muito utilizado, nas décadas passadas, e não previam uma maior utilização desse instrumento no futuro" (Bertazzo, 2007, p. 28).

Para Villa, um constrangimento à atuação da OEA decorreu do fato de ela ser

> constituída por países com dimensões de poder das mais variadas, dado que é composta de países com objetivos de política internacional marginais, de alcance médio e aqueles de objetivos estruturais. No primeiro caso, estariam localizados a maior parte dos países integrantes da OEA. Um segundo grupo de países corresponde àquilo que Huntington chamaria de potências regionais principais (Brasil) e secundárias (Canadá, México e Argentina). [Assim] a OEA apresenta na sua composição não só uma potência, mas uma superpotência multidimensional. Evidentemente, os conflitos mais sérios acabam dando-se entre a superpotência e a potência regional principal. Esses conflitos têm, na sua origem, o desejo de afirmação de autonomia local por parte da potência regional principal visando à afirmação de seu interesse nacional face a região (Villa, 2003: 60).

Okado (2009), por sua vez, reforçou esta interpretação, assinalando que pelo menos dois fatores trazem desafios à atuação da OEA e apresentam algumas implicações para a cooperação: a presença hegemônica dos Estados Unidos e a heterogeneidade característica do continente.

Em suma, em âmbito hemisférico, segundo Pagliai (2006), os mecanismos institucionais de segurança hemisférica, criados na década de 1940, no continente americano, "passaram a ter sua efetividade questionada pelos países-membros [do TIAR e OEA], na medida em que consideravam a perda de sua eficácia e utilidade, em decorrência das alterações pelas quais passou o sistema internacional nas últimas décadas". Esta autora observou que estes mecanismos se tornaram crescentemente disfuncionais para diversos atores, inclusive o Brasil. Tornava-se cada vez mais evidente a necessidade de considerar que havia uma grande disparidade de "situações de segurança" nas sub-regiões da América Latina. Assim, o término da Guerra Fria não trouxe o fim dos conflitos entre os Estados, mas certa relativização no seu dimensionamento, pois muitos destes conflitos deixaram de ser vistos como parte do conflito ideológico da Guerra Fria. Neste contexto de mudanças, emergiram novos temas na agenda de segurança, com novos riscos e ameaças. Mas não foram eliminadas da agenda previamente existente as ameaças à segurança que persistiam historicamente, nos países latino-americanos (Pagliai, 2006, p. 26-27).

Terra-Livre-40.indd 109 23/07/2014 18:04:06

Pereira (2004) argumentou, por sua vez, que essas mudanças no cenário internacional reavivaram as discussões sobre os conceitos de segurança internacional, sobre o papel das forças de segurança e sobre a alteração da agenda de ameaças do continente americano. Na Organização dos Estados Americanos (OEA), essas modificações influenciaram o conteúdo da Declaração de Bridgetown, de 2002. Nela, a noção de "ameaça" foi ampliada em relação da qual, anteriormente, a organização se valia. Pereira (2004) resgatou, nesta declaração, um trecho ilustrativo, em que se afirmava que "ameaças, preocupações e outros desafios no contexto hemisférico são de natureza diversa e alcance multidimensional, e (...) o conceito e a abordagem tradicionais devem ampliar-se para englobar ameaças novas e não tradicionais" (Pereira, 2004, p. 1).

Pagliai (2006) considerou que, no geral, a América Latina é tida como uma região desnuclearizada, estável e com baixo nível de conflito. Mas é uma região que "ainda enfrenta problemas tradicionais de segurança, tais como problemas de caráter fronteiriço, múltiplos conflitos de natureza diversificada e distintas vulnerabilidades", o que, no seu entender, favorece a chamada segurança coletiva. Ressaltou ainda que a realidade regional apresenta instituições débeis, com ausência de mecanismos e foros multilaterais efetivos para agirem de maneira eficiente perante os conflitos, bem como a ausência de convergência de respostas comuns às ameaças e conflitos surgidos na região. Assim, o surgimento de uma nova agenda de segurança, com novos tópicos de riscos e ameaças, "não exclui a agenda histórica de ameaça à segurança que enfrentam os países latino-americanos" e, por sua vez, os sul-americanos (Pagliai, 2006, p. 26-27).

No contexto sub-regional do Cone Sul, segundo Pereira,

> tanto a superação dos marcos característicos da Guerra Fria quando a democratização, que acabou com as ditaduras militares na América do Sul, possibilitaram a distensão nas relações dos países desta região. No caso de Brasil e Argentina, a aproximação resultou de uma iniciativa fundamentalmente política e anterior ao fim do conflito bipolar. O entendimento entre os dois países teve como consequência a superação de uma rivalidade antiga, responsável pelo fato dos dois maiores vizinhos da região se considerarem com prioridade em suas formulação de hipóteses de conflito (Pereira, 2004: 2).

A aproximação de Brasil e Argentina derivou para o campo da segurança, com a adoção de algumas posições comuns em alguns temas (como na questão de armamentos nucleares), e, gradativamente, ampliou-se ao entendimento de

Terra-Livre-40.indd 110 23/07/2014 18:04:06

seus corpos militares. Assim, segundo Pereira (2004), a parceria brasileiro-argentina impactou positivamente o Cone Sul. Com o Mercosul, a Argentina, o Brasil, o Chile, o Uruguai e o Paraguai passaram a interagir com arranjos comuns na área de segurança, com a adesão parcial da Bolívia e do Chile. Antigas inimizades foram amainadas e se intensificou a cooperação em diversas áreas, como educação e comércio. No entanto, a agenda de segurança e defesa teve evolução mais lenta "devido às dificuldades de se reverter a cooperação neste campo, uma vez que ela esteja estabelecida", mas menos sujeita a oscilações do que os arranjos econômicos do Mercosul (Pereira, 2004, p. 3).

TRANSFORMAÇÕES GEOPOLÍTICAS E NO REGIONALISMO,[8] NA AMÉRICA DO SUL, EM SEGURANÇA E DEFESA

Destarte, com o fim da Guerra Fria, o contexto internacional mudou. Segundo Pereira,

> as mudanças arquitetadas no sistema internacional, após o período de Guerra Fria, alteraram a agenda de Segurança Internacional. Anteriormente utilizado para designar preocupações ligadas à salvaguarda de soberania e conflitos territoriais, o termo 'ameaça' sofreu uma dilatação ao incorporar questões como o tráfico de drogas, crime organizado, tráfico ilegal de armas, degradação do meio ambiente, fundamentalismo religioso, miséria e ondas migratórias internacionais. A difusão da ideia de que há um novo arranjo de forças no sistema internacional e que dele resulta o surgimento de 'novas ameaças' demanda dos Estados soluções criativas para problemas antigos, mas que passam a ser encarados de maneira diferente (Pereira, 2004: 1).

Segundo Okado (2009, s/p), os complexos regionais de segurança "são entendidos enquanto categorias analíticas e mapeados a partir das dinâmicas de segurança que se desenrolam em determinadas regiões". Assim, o continente

8 Baseada em Souto Maior (2006), Xavier (2010) apresentou uma definição de regionalismo que embasou boa parte das discussões em relações internacionais, e que é peculiar em relação à geografia. Assim, nas relações internacionais, regionalismo é entendido "como sendo toda a política tendente à criação de vínculos particulares entre grupos de países situados em determinada área geográfica, a qual confere um caráter especial a esses vínculos ao diferenciá-los daqueles estabelecidos com nações situadas fora dos limites geográficos da região" (Xavier, 2010: 10).

Terra-Livre-40.indd 111 23/07/2014 18:04:07

americano está subdividido em dois complexos: o primeiro deles abarca as Américas do Norte e Central, sendo que o outro, a América do Sul, é dividida em dois subcomplexos, o Cone Sul e a América Andina. Pagliai (2011, p. 4) reforçou esta noção, admitindo que "a região sul-americana apresenta dinâmicas próprias de segurança constituindo-se, assim, em uma região de segurança". As interdependências são intensas, conformando um padrão regional. Como região de segurança, ela apresenta a formação de dois subcomplexos (ou duas subáreas) "que têm como ponto de interconexão a participação brasileira em ambas".

No final dos anos 1980, foram reduzidas as tensões no Cone Sul, e Brasil e Argentina iniciaram o estabelecimento da integração econômica regional, que, posteriormente, foi ampliado com o Uruguai e o Paraguai, constituindo-se o Mercosul. Segundo Flemes (2005), com o Mercosul,

> o entrelaçamento econômico entre os membros plenos – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai –, assim como o Chile e a Bolívia, membros associados, não exclui contraposições de interesses políticos e econômicos, mas reduz o risco de tensões em termos de política de segurança, dado que as elites econômicas nos países em questão e as empresas transnacionais consideram tais tensões como um fator de custos e desvantagens locacionais. Consequentemente, com a continuação do processo de integração durante os anos 1990, assistiu-se a uma redução das tensões, intensificando-se igualmente os esforços para resolver os conflitos no que tange à política comercial e para institucionalizar o pacto de integração. (...) As considerações geopolíticas e os cenários de ameaça tradicionais entre os Estados do Sul da América Latina perderam significado, e deram-se os primeiros passos em direção a um entendimento quanto a uma política de segurança comum. Entre eles, cabe mencionar a resolução de conhecidos conflitos fronteiriços, a ratificação dos acordos sobre o controle de armas atômicas, biológicas e químicas, a publicação de livros brancos militares, orçamentos de defesa mais transparentes, assim como uma nova qualidade na cooperação em política de segurança entre as Forças Armadas sul-americanas, parcialmente conduzidas por civis (Flemes, 2005: 218).

Assim, foram feitos diversos esforços de cooperação nesta sub-região, buscando-se respeitar o contexto estratégico de cada subárea, como forma de facilitar o diálogo. Com este objetivo,

Terra-Livre-40.indd 112 23/07/2014 18:04:07

> foram adotadas resoluções de cooperação relativas a diferentes dimensões da segurança regional como a Resolução de Confiança Mútua nas Américas, em 1997; a limitação e ao controle de armamentos (Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, 1999); Compromisso de Mendonça entre Argentina, Chile e Brasil (1991); Acordo Quadripartite entre Brasil, Argentina, Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); a Declaração Política do Mercosul, Chile e Bolívia como Zona de Paz (Declaração de Ushuaia, 1999); o Estudo Metodologia Estandardizada Comum para a medição dos gastos de defesa; a Carta Andina para a Paz e Segurança, Limitação e Controle dos Gastos destinados à Defesa Externa (2002) e a Declaração sobre a Zona de Paz Sul-Americana (2002) (Pagliai, 2011: 7).

No entanto, assim como o fez Pagliai, é preciso reconhecer que se, por um lado, com o retorno da democracia na região e a aproximação iniciada entre alguns países, foi possível avançar em compromissos regionais de cooperação, por outro lado, fatores de insegurança passaram a incomodar, na fronteira norte do Brasil, próxima à sub-região andina (reconhecida pela militarização de conflitos sociais), enquanto no Cone Sul, diferentemente, ocorriam aproximações e fortalecimento de relações. Assim, conflitos perduram e novos enfrentamentos surgem, como assinalou Pagliai:

> a maior parte das novas ameaças não se restringe às fronteiras nacionais, de forma que se espalham em redes com rotas próprias de expansão, sendo que, em muitos casos, o controle das autoridades governamentais é ineficaz ou inexiste. Essas ameaças não se limitam pelas fronteiras físicas dos Estados, dessa forma, a cooperação faz-se necessária na resolução das questões transnacionais (Pagliai, 2011: 13).

Alsina Jr. (2009) questionou visões idílicas sobre a segurança, na América do Sul. Ele estava de acordo com a afirmação de que este subcontinente encontrava-se entre as regiões menos violentas do planeta, quando se considerava a ocorrência de conflitos interestatais, mesmo porque, ao longo do século XX, especialmente a partir de 1950, "as guerras têm sido esporádicas, curtas e pouco mortíferas". Mas, se este quadro poderia sugerir que estava em marcha a consolidação de uma comunidade pluralista de segurança na região, diferentemente disto, o autor entendeu que predominava, na América Latina (e na

Terra-Livre-40.indd 113 23/07/2014 18:04:07

América do Sul), uma "paz violenta" (Alsina Jr., 2009, p. 179). Para justificar sua argumentação, o autor enumerou que, entre 1884 e 1993, ocorreram 237 episódios de disputas interestatais militarizadas na região, sendo 110 na América Central e 127 na América do Sul. No período de 1980 a 1997, fase da consolidação da democracia na região, ocorreram 52 disputas interestatais militarizadas, sendo que 16 delas se deram depois de 1990. Por isso, considerou que

> o subcontinente sul-americano não é tão pacífico quanto a resultante de uma análise baseada na dicotomia guerra/paz quer fazer crer. Na verdade, os dados (...) indicam que a América Latina, em geral, e a América do Sul, em particular, possuem nível de conflitividade interestatal intermediário (Alsina Jr., 2009: 180).

Mesmo quando se consideram as demais tentativas de integração, na América do Sul (em especial, no âmbito econômico), há uma componente da agenda de segurança envolvida, conforme refletiu argutamente Machado (2011) ao colocar que

> o chamado projeto de América do Sul resguarda espaço prioritário para o viés de concertação na área de segurança. Em primeiro lugar, a integração dos recursos energéticos, no âmbito da iniciativa IIRSA, é iniciativa tipicamente sugerida pelas *teorias de segurança*, na medida em que prevê aproveitamento regional e coordenação da gestão de recursos naturais geoestratégicos. Segundo, ao absorver o conceito de ameaças à segurança regional, a UNASUL estabelece o entendimento do entorno regional como condomínio comum, cujo ordenamento deve ser benéfico aos países lindeiros (Machado, 2011: 15). [grifo meu]

Ainda segundo Machado (2011, p. 14), no final dos anos 1980, "ficava mais evidente o peso do desenho da América do Sul em políticas regionais, o que dava corpo à ideia de institucionalizar um regionalismo subamericano". Este autor enumerou alguns marcos da renovação no regionalismo do subcontinente:

> 1) Em 1993, durante a VII Cúpula do Grupo do Rio (Santiago), o então presidente Itamar Franco propôs a criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA);
> 2) Em 2000 e 2002, nas reuniões de cúpula dos presidentes sul-americanos, formularam-se as bases da iniciativa IIRSA, pautadas na integração física e energética do subcontinente;

Terra-Livre-40.indd 114 23/07/2014 18:04:07

> 3) Em 2004, durante a III Cúpula de Presidentes da América do Sul, em Cuzco (Peru), impulsionados pelo Tratado de Livre-Comércio entre Mercosul e Comunidade Andina, do ano anterior, os líderes da região lançaram as bases para a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA); e
> 4) Em 2007, diante de impasse político observado nas cúpulas da CASA de 2005 e 2006, o presidente Hugo Chávez propôs a criação de um organismo alternativo – a UNASUL (Machado, 2011: 14-15).

Seguem, abaixo, breves considerações sobre o papel das Forças Armadas no subcontinente, e, para tanto, nos valeremos das reflexões de Santos (2004). Não há dúvidas de que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o papel das Forças Armadas na América Latina (e do Sul) "tem sido definido pelo *hegemon* ocidental e seu bloco militar aliado, a OTAN" (Santos, 2004, p. 115-116). Assim, durante a Guerra Fria, aos países do subcontinente cabia lutar contra o comunismo dentro de suas fronteiras, enquanto aos Estados Unidos estava reservada a tarefa de defender o hemisfério ocidental contra possíveis agressões externas do bloco soviético. De fato, os militares da América assimilaram esta tarefa e também desenvolveram uma doutrina anticomunista: a Doutrina da Segurança Nacional, base ideológica dos regimes militares, e que foi replicada nas Forças Armadas dos países da região, ao longo de três décadas, a partir dos anos de 1960.

Com o fim da Guerra Fria, as chamadas "novas ameaças" (o terrorismo, o tráfico de drogas, a pobreza extrema, o crescimento populacional desordenado, a gritante desigualdade de renda, a questão ambiental e a proliferação de armas de destruição em massa) substituíram "o perigo comunista" da Guerra Fria. Segundo Santos,

> para os países latino-americanos, isso implicou, dentro das fronteiras nacionais, numa mudança no papel atribuído às Forças Armadas – para o assim chamado 'papel de polícia', de forma que elas ficaram incumbidas de lutar contra o narcotráfico e o crime organizado e de, eventualmente, controlar a violência e os distúrbios urbanos (Santos, 2004: 116).

No campo externo, por sua vez, as Forças Armadas deveriam juntar-se às forças de paz das Nações Unidas, quando solicitadas. Mas, conforme percebeu Santos (2004, p. 116), "esse papel limitado no *front* externo, contudo, não foi motivo de grande preocupação dos países latino-americanos, nem durante,

Terra-Livre-40.indd 115 23/07/2014 18:04:07

nem tampouco depois da Guerra Fria". Foi, portanto, no campo interno que os militares reagiram ao papel de polícia a eles atribuído, considerado inferior àquele desempenhado durante a Guerra Fria.

Assim, na sub-região "deixada sem inimigos externos claros", em grupos da sociedade civil, cresceu a ideia de que os países da América do Sul deveriam manter suas Forças Armadas, mas como suporte para ações policiais, com a transferência dos recursos orçamentários para áreas de infraestrutura, saúde pública e educação. Mas, nas instituições militares, o discurso sempre foi mais cauteloso, na defesa do argumento de que "nenhum Estado que possua um patrimônio territorial e material apreciável renuncia a defendê-lo com Forças Armadas proporcionais à sua capacidade econômica de sustentá-las" (Santos, 2004, p. 120), em evidente tentativa de reverter o desprestígio que as Forças Armadas de diversos países sul-americanos passaram a ter.

A OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) são organizações funcionais paradigmáticas deste novo contexto de integração regional na América do Sul.

A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA)

Com o agravamento da crise ecológica mundial e o desafio de harmonizar desenvolvimento econômico com proteção ambiental, postulou-se a necessidade de fundar as bases de um desenvolvimento regional integrado, com crescimento econômico e preservação ambiental e tratamento conjunto de problemas comuns dos países da bacia amazônica (Silva, 2009).[9]

Segundo o Itamaraty (2010), o foro regional dos países amazônicos é a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Sua origem remonta ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), que foi assinado em 1978, numa iniciativa da diplomacia brasileira para envolver os demais países amazônicos em um mecanismo de cooperação e coordenação de políticas comuns para a região, e entrou em vigor em 1980.

Segundo a visão da chancelaria brasileira, é manifesto, no texto deste tratado, o interesse em defender a soberania do território e o manejo dos recursos

9 A Pan-Amazônia, ou Amazônia Sul-Americana, é composta de parte do território dos seguintes países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Equador, Suriname, Guiana, Venezuela e o território ultramar da Guiana Francesa. São países signatários da OTCA: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Terra-Livre-40.indd 116 23/07/2014 18:04:07

naturais das ameaças de internacionalização da Amazônia, conforme o artigo IV, que estabelece: "as partes contratantes proclamam que o uso e o aproveitamento exclusivo dos recursos naturais, em seus respectivos territórios, são direitos inerentes à soberania do Estado, e seu exercício não sofrerá restrições, exceto as que resultam do direito internacional".

Em dezembro de 1998, os países-membros firmaram o Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica, que criou a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), e, em dezembro de 2002, no Palácio do Planalto, assinaram o Acordo de Sede entre o governo brasileiro e a OTCA, estabelecendo sua secretaria permanente em Brasília.

A agenda regional vem sendo construída pelos países-membros, sendo os seus principais temas: assuntos indígenas; meio ambiente; infraestrutura, turismo, transportes e comunicações; saúde; educação, ciência e tecnologia (MRE. *Balanço de Política Externa 2003-2010*, 2010). No *Plano Estratégico 2004-2012*, constou que

> a OTCA observará os compromissos resultantes das convenções multilaterais relevantes, tais como a Convenção sobre a Diversidade Biológica, o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas, a Convenção sobre a Proteção ao Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, a Mudança Climática, a Luta contra a Desertificação, a Convenção de Ramsar sobre Pântanos, entre outras. Do ponto de vista regional, a SP/OTCA surge em meio a outros organismos que, embora dotados de missões diferentes, são importantes interlocutores e representam dimensões complementares para alcançar os propósitos de desenvolvimento dos países-membros: CAN, Mercosul e Caricom (OTCA, 2004, s/p).

Neste documento, foi ressaltado o papel dos países amazônicos na integração regional, e colocou-se a OTCA como um instrumento de viabilização dos projetos da IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana). Ele tem por proposta estimular a construção de sinergias com outros países, organismos multilaterais, agências internacionais de fomento, movimentos sociais, comunidade científica e setores produtivos, na defesa soberana da Amazônia e na busca por seu desenvolvimento sustentável.

No *Plano Estratégico 2004-2012*, foram considerados quatro eixos estratégicos: a) conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis; b) gestão do conhecimento e intercâmbio tecnológico; c) integração e competitividade regional; e d) fortalecimento institucional. Por sua vez, os elementos transver-

Terra-Livre-40.indd 117 23/07/2014 18:04:07

sais foram: florestas/solos e áreas naturais protegidas; diversidade biológica, biotecnologia e biocomércio; ordenamento territorial, assentamentos humanos e assuntos indígenas; infraestrutura social: saúde e educação e infraestrutura de transporte, energia e comunicações (OTCA, 2004,s/p).[10]

Se a iniciativa de institucionalização da OTCA foi louvável pela importância que a Amazônia assumia, nos cenários regional e internacional, cabe considerar alguns constrangimentos. Segundo Souza e Cañete (2009), na consolidação deste tratado, entre 1980-1989, foram enfatizados como setores prioritários para a cooperação "a ocupação territorial e o desenvolvimento tecnológico e científico". Estes autores afirmaram que

> a necessidade, por parte dos países signatários, de coesão em torno da integralidade territorial da Amazônia em relação aos interesses externos à América Latina fundamentou uma 'racionalidade geopolítica'. Isso permitiu que o instrumento finalmente fosse interpretado, em certo momento, como uma janela de oportunidade política para que os países latino-americanos passassem a definir antecipadamente estratégias de defesa de seus interesses domésticos (Souza e Cañete, 2009: 248).

No entanto, os autores acima citados observaram que, por nove anos, este tratado ficou inativo. Em 2004, foi apresentado o *Plano Estratégico 2004-2012*, que, na avaliação dos mesmos autores, carecia de mecanismos de efetividade, de políticas resultantes dos acordos estabelecidos. Havia a ausência de dados substantivos de questões físico-territoriais da Pan-Amazônia, de diagnósticos ambientais e de indicadores socioeconômicos. Em suma, eles entenderam este plano como sendo uma mera carta de intenções, de forma que a OTCA pareceu seguir a trajetória da burocratização, inclusive com sua sede em Brasília, distante da realidade local (Souza e Cañete, 2009: 248). Esta leitura pessimista pode ser corroborada ao se analisar o *Plano Estratégico 2004-2012*, percebendo-se claramente que as críticas acima elencadas faziam sentido, bem como os temores da sua falta de eficácia.

10 Disponível em http://www.otca.org.br/PDF/Plano_Estrategico.pdf

Terra-Livre-40.indd 118 23/07/2014 18:04:07

O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO (CDS) DA UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL)

A criação da UNASUL já foi tratada anteriormente, nesta pesquisa. Neste momento, interessa resgatar a criação e as principais características do Conselho Sul-Americano de Defesa.

Segundo Battaglino (2009), nos últimos anos, a América do Sul experimentou mudanças significativas, no âmbito da defesa. O fato mais notável foi que os Estados Unidos militarizaram sua agenda de segurança para a região. O referido autor viu como manifestações desta militarização: o fortalecimento do Comando Sul, o Plano Colômbia, a reativação da IV Frota e o envio de tropas e equipamentos militares a bases colombianas (Battaglino, 2009, p. 80). Esta militarização gerou apreensão e desconfiança, nos países sul-americanos. Tal percepção foi reforçada pelo efeito de transbordamento do conflito colombiano, ocorrido em 2008, e que aumentou a tensão com os países vizinhos, especialmente o Equador e a Venezuela.

A nova onda de militarização da agenda dos EUA e o aumento da tensão na região andina estimularam o ativismo regional do Brasil, no governo de Luís Inácio da Silva, que buscou uma posição de liderança na região, considerada também como condição fundamental para o alcance de uma maior projeção internacional do Brasil. Por isso, Battaglino entendeu a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) como uma manifestação institucional desta pretensão brasileira e também como reação à estratégia norte-americana nesta região.

Segundo Medeiros Filho (2009), a proposta para a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano foi apresentada durante um encontro entre os presidentes Luís Inácio da Silva, Hugo Chávez e Néstor Kirchner (falecido em 2010), realizado em 19 de janeiro de 2006, na Granja do Torto, em Brasília. A proposta do presidente brasileiro foi "a recuperação dos parques industriais e a promoção do desenvolvimento tecnológico regional no setor de defesa", além de se estabelecer "um caráter mais institucional às reuniões periódicas dos ministros da Defesa da América do Sul, aos seus projetos e às iniciativas de combate a ameaças internacionais, como o narcotráfico" (Medeiros Filho, 2009, p. 6). Alguns meses após as conversas iniciais, este tema foi retomado, e o então ministro da Defesa do Brasil, Nélson Jobim, em 2008, percorreu todos os países vizinhos, numa missão que ele mesmo intitulou de "diplomacia militar". Seu discurso continha dois pontos: a construção de uma identidade regional de defesa e a criação de uma indústria bélica sul-americana.

Terra-Livre-40.indd 119 23/07/2014 18:04:07

Para Battaglino (2009), ao CDS cabe desempenhar três funções:

> a primeira é atuar como uma organização que administre as crises no plano da defesa, um espaço capaz de responder rapidamente ao que parece ser uma multiplicação de crises regionais provocadas pela tensão na região andina e pela renovada presença dos EUA. A segunda função é contribuir para a construção de um pensamento regional para os temas de defesa. Este é um objetivo central para a tentativa de reverter o estancamento em que se encontra o processo de cooperação em matéria de defesa e segurança. A ideia de estabelecer bases comuns é um elemento essencial para aprofundar a cooperação e avançar na área mais sensível da integração. Finalmente, o CDS busca favorecer o desenvolvimento de uma indústria regional de defesa. Este é um objetivo relacionado à crescente distância tecnológica que separa a América do Sul dos países mais avançados no tocante à produção de armamentos. Por meio da cooperação, procura-se ampliar a autonomia da região com relação às fontes externas de abastecimento de armamento e tecnologia (Battaglino, 2009: 81).

Em suma, o esgotamento do modelo de cooperação em segurança, iniciado nos anos 1940, e a ausência de um plano de integração em assuntos de segurança e defesa foram duas das principais razões para a criação do CDS.

Apesar dos esforços e dos diálogos para se ativar a agenda em segurança, a nova institucionalidade em cooperação deparou-se com dificuldades para avançar na integração. Para Battaglino (2009), do ponto de vista da defesa, isto se deveu à diversidade de missões atribuídas às distintas Forças Armadas sul-americanas e ao grau de prioridade que elas tinham em cada Estado. De fato, a ausência de uma ameaça clara e reconhecida determinou uma variedade de concepções de defesa que não incentivava nem favorecia a integração.

As Forças Armadas de muitos dos países da América do Sul participam regularmente de operações de paz comandadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Battaglino (2009) mostrou que, considerando-se os primeiros anos da década de 2000, os países do Cone Sul contribuíram com 95% do total de tropas sul-americanas que participaram deste tipo de missão, sendo que o Uruguai é o país da região que mais envia tropas. Seis países da região (Argentina, Brasil, Chile, Equador, Paraguai e Peru) possuem centros de treinamento para operações de paz (Battaglino, 2009, p. 83-84).

Battaglino assinalou uma missão, incorporada mais recentemente pelos militares sul-americanos, derivada da ideia de conflito assimétrico (2009, p. 84). O

Terra-Livre-40.indd 120 23/07/2014 18:04:07

país que mais institucionalizou este tipo de papel foi a Venezuela, embora Brasil, Argentina, Bolívia e Uruguai também a contemplem em seu planejamento militar. Estes países compartilham a percepção de que a relativização do princípio da soberania, a primazia militar e a doutrina de ataque preventivo dos EUA, somada à posição das principais potências com relação à mudança climática e à disputa pelos recursos naturais, serão as principais ameaças à segurança internacional, no século XXI. Isto aumenta a possibilidade de um cenário regional de enfrentamento militar com uma grande potência. Neste contexto, a lógica da assimetria é considerada a única forma de resistência viável para os países da região.

Por ocasião da formação do CDS, em 2010, também foi criado o Centro de Estudos Estratégicos da Defesa (CEED), cujo objetivo é

> promover a construção de uma visão comum que possibilite a abordagem das políticas sul-americanas em matéria de defesa segundo os princípios e objetivos expostos no Tratado Constitutivo do CDS e no Estatuto do CDS, com relação aos problemas e cenários previamente identificados (Battaglino, 2009: 86).

Além disso, está previsto o avanço na definição e na identificação do "interesse regional", no plano da defesa, concebido como a soma dos fatores de interesse nacional dos países da UNASUL. Battaglino afirmou que

> o CDS é uma nova manifestação de uma longa tradição sul-americana de soluções pacíficas nas controvérsias. É a primeira vez que a região cria uma instituição especializada na área da defesa da qual todos os países são membros, e não é por acaso que tenha acontecido neste momento (Battaglino, 2009: 89).

Assim, este autor entendeu que o CDS resultou de uma iniciativa brasileira, produto de sua condição de potência emergente, ao mesmo tempo em que a ampla aceitação regional a esta iniciativa deveu-se ao fato de que a maioria dos países considerava proveitoso participar dela.

Em perspectiva crítica ao papel do CDS, Medeiros Filho (2009) argumentou que não há clareza sobre o papel e as finalidades do CDS: "As diferentes demandas, estruturas militares e prioridades nacionais tornam complexa qualquer tentativa de solução institucional" (Medeiros Filho, 2009, p. 8-9). Ele propôs uma tipologia composta de três diferentes agendas: a bolivariana, a mercosulina e a brasileira.

Terra-Livre-40.indd 121 23/07/2014 18:04:07

Para Medeiros Filho (2009), a agenda bolivariana possui caráter ideológico, e o denominado "socialismo do século XXI", do presidente venezuelano Hugo Chávez (falecido em 2013), é a sua melhor expressão. Esta agenda mescla tendências socialistas, populistas, nacionalistas e, principalmente, uma retórica antiamericana. Desta forma, as propostas de uma agenda bolivariana variam de uma "integração militar" sul-americana até um "exército regional". Mas esta agenda enfrenta resistências, na região, "a começar pelos próprios militares que tendem a enxergar, na proposta bolivariana, uma espécie de reedição da "ameaça comunista" da Guerra Fria" (Medeiros Filho, 2009, p. 9).

A agenda mercosulina propõe a construção, sob uma perspectiva liberal, de um organismo sul-americano como parte da ampliação da integração regional a partir do Mercosul. A finalidade da integração regional, sob esta perspectiva, está geralmente relacionada à ampliação do comércio intrarregional e, especialmente no caso sul-americano, à manutenção dos regimes democráticos. Neste caso, o objetivo do CDS estaria relacionado à necessidade de estabilidade e de manutenção dos regimes democráticos na região (Medeiros Filho, 2009, p. 10).

Por sua vez, a agenda brasileira gerou suspeitas, em alguns países vizinhos, sobre a possibilidade de o CDS incorporar o projeto estratégico brasileiro de liderança do subcontinente, manifesto na "sul-americanização" da política externa brasileira, iniciada nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. Medeiros Filho (2009, p. 11) apontou que "as elites desses países continuam muito sensíveis a discursos e imagens do passado sobre as intenções expansionistas do Brasil".

Em suma, acompanhamos o autor acima mencionado no entendimento de que a criação do CDS foi resultado de diferentes demandas – algumas delas conflitantes, mas que envolviam as características da geografia política sul-americana, neste século –, entre elas: a manutenção da paz e da democracia entre os países da região, a construção de uma identidade geopolítica sul-americana, o combate ao crime organizado e a criação de um mercado regional de defesa.

O PROTAGONISMO DO BRASIL EM SEGURANÇA E DEFESA, NA AMÉRICA DO SUL

Na perspectiva da segurança regional, o Brasil desempenha papel primordial, na América do Sul. Segundo Alsina Jr., sua condição de potência regional periférica o leva a se interessar pela manutenção da estabilidade no subcontinente para "evitar o desvio de recursos diplomáticos escassos para o tratamento de

Terra-Livre-40.indd 122 23/07/2014 18:04:07

temas não diretamente relacionados à *problemática do desenvolvimento*" (Alsina Jr., 2009, p. 181 [grifo meu]). Desta forma, "a política externa brasileira apresenta-se fundamentalmente como defensora do *status quo* no que se refere às questões de segurança da região". Este autor também ressaltou que

> a satisfação territorial e a não securitização de ameaças emanadas dos países lindeiros permitem que o país priorize a dimensão do *desenvolvimento* em detrimento da dimensão *estratégico-militar*, tendo em vista a persistência de grandes disparidades sociais no plano doméstico (Alsina Jr., 2009: 181) [grifos meus].

Machado (2011, p. 15) recuperou historicamente o papel da segurança no que chamou de "Projeto de América do Sul", que deu espaço prioritário para o viés de concertação, na área de segurança. Este autor discutiu episódios do passado em que o pensamento de segurança esteve presente na política regionalista brasileira e, por extensão, na da América do Sul. Ele defendeu que as políticas brasileiras para a sub-região foram "tradicionalmente marcadas por preocupações com dinâmicas de segurança". E, por isso, temas como a pacificação do espaço regional, o abafamento das relações de rivalidade entre os países, a gestão compartilhada de recursos geoestratégicos e a defesa da região contra ameaças extrarregionais sempre foram prioridades para o Brasil, e são assuntos que sempre estiveram em pauta nas relações internacionais da sub-região.

Já no século XX, animado pelos benefícios auferidos durante a política de boa vizinhança de Franklin D. Roosevelt, entre 1937 e 1948, o Brasil empenhou-se na "instituição do sistema americano" (Machado, 2011, p. 10). Na Conferência Interamericana de Buenos Aires (1936), foi apresentado um pacto de segurança coletiva, que, por sua vez, foi sistematizado e defendido por Oswaldo Aranha, durante a Conferência de Lima, em 1938.

Até a década de 1950, o regionalismo brasileiro foi marcado pela gestão do Barão de Rio Branco, na política externa. Era central o conceito de subsistema regional de poder, "cujo ordenamento ficaria ao encargo natural da potência brasileira". Pensou-se em uma segmentação do continente americano e em uma sub-região privilegiada para a política externa brasileira. Assim, o recorte geográfico, para o projeto regionalista, foi o Cone Sul, entendido como a sub-região platina (Machado, 2011, p. 8-9).

Nos anos 1970, ganhou relevância a preocupação do Brasil com a região Amazônica, por causa da integração da malha viária e de alguns projetos governamentais. Com isso, segundo Machado (2011, p.14), a região crítica para as

Terra-Livre-40.indd 123 23/07/2014 18:04:07

necessidades brasileiras de segurança migrou do Cone Sul para a Amazônia, de forma que, num primeiro momento, a burocracia militar passou a investir na segurança desta região por entender que ela estaria sujeita a ameaças territoriais. Frise-se também que, com o fim da Guerra Fria, os debates no campo da segurança abarcaram a discussão sobre novas ameaças (tais como os diversos tipos de tráfico (narcóticos, armas, pessoas, espécies), a defesa do meio ambiente e a preservação da identidade brasileira das nações indígenas), de forma que houve uma priorização da Amazônia, como região crítica, no combate a estas novas ameaças.

De fato, o regionalismo brasileiro retomou "a tradição herdada da política externa portuguesa de priorização das duas grandes bacias hidrográficas da América do Sul". E, mais de dez anos depois de firmado o Tratado da Bacia do Prata (1969), o Brasil assinou, em julho de 1978, o Tratado de Cooperação Amazônica, que, em 1998, foi transformado na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) (Machado, 2011, p. 14).

Assim, as influências de um novo arranjo de cooperação em segurança e defesa estão assentadas nas iniciativas de integração regional. Os países da América do Sul começaram a encarar a necessidade de atualizarem os mecanismos de segurança e defesa em termos coletivos – a chamada Segurança Coletiva Internacional –, anteriormente representados pelo TIAR e pela agenda de segurança hemisférica da OEA, o que tem originado discursos de fortalecimento das instituições de governança regional estabelecidas, como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), uma organização de cooperação funcional, e a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), uma organização de integração regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo econômico e político entre os países do subcontinente sul-americano, que se iniciou com as propostas de integração regional nos âmbitos econômico e político, teve como consequência a atenuação de rivalidades e de conflitos diante da adoção de uma série de posições comuns em alguns temas. Sendo assim, a agenda de segurança e defesa acabou se beneficiando do transbordamento das ações econômicas e das políticas de consenso.

Um ponto de destaque é que, desde a Guerra Fria, o protagonismo norte-americano assumiu como compromisso a garantia da segurança dos países aliados, dando, em contrapartida, o acesso ao seu mercado e à sua tecnologia

Terra-Livre-40.indd 124 23/07/2014 18:04:07

em troca de apoios diplomático, econômico e logístico, para a manutenção de sua segurança. Mas as transformações geopolíticas advindas com o fim da Guerra Fria levaram à necessidade de reformulação das políticas regionais de segurança e defesa, tanto em nível nacional como em regional. No âmbito nacional, com a redemocratização dos países sul-americanos, a área militar e as políticas de segurança e defesa vêm passando por cortes de verbas e sucateamento, havendo a perda de importância das corporações militares, com a derrocada do comunismo, no Leste Europeu.

No âmbito regional, deve-se assinalar a reformulação dos interesses norte-americanos na região, observando-se que toda a ajuda militar que chega à América do Sul está frequentemente vinculada a um acordo transnacional (como no caso da luta contra o tráfico de drogas), o que, por certo, mobiliza as Forças Armadas nacionais, embora não se saibam ao certo quais os impactos destas ações na identidade institucional das Forças Armadas de cada país da região.

Assim, com o aprofundamento das iniciativas de integração regional na América do Sul, novos temas vêm emergindo do diálogo entre os países da região, como no caso da segurança e defesa, e, desde os anos 1990, vem ocorrendo um esforço para a construção de uma confiança mútua entre estes países, o que culminou na criação do CDS na UNASUL, em 2008, com o propósito de garantir a democracia e o desenvolvimento econômico no subcontinente.

Cresce, entre os países sul-americanos, a visão de que a segurança regional é indispensável à manutenção da segurança nacional, o que aumenta, de forma convergente, a percepção da necessidade de proteção para os ativos estratégicos comuns, num processo que permite a construção de uma agenda de investimentos em segurança dos recursos naturais, num novo momento de institucionalização da integração regional supranacional, fortalecendo a agenda em segurança e defesa e demonstrando a sua transformação em assunto de interesse da alta política.

É importante lembrar que o subcontinente sul-americano é conhecido por possuir diversas riquezas naturais (recursos minerais, biodiversidade e recursos hídricos), uma marca de sua formação territorial, e o fato de apresentar tais condições naturais e geográficas faz com que, no cenário internacional, ocupe uma posição de destaque na produção de *commodities*, sendo, por isso, necessário planejar-se uma estratégia de dissuasão para a proteção de suas riquezas naturais contra ameaças exteriores.

Mas, a despeito das positividades da integração sul-americana e seu diálogo constante em segurança e defesa, é preciso avançar para se constituir um

Terra-Livre-40.indd 125 23/07/2014 18:04:07

efetivo sistema de segurança e para que a cooperação e a integração regionais se aprofundem não por ideais pacifistas – valor ético importante –, mas, principalmente, pelo pragmatismo da necessidade de se manter um entorno regional seguro para os países da região (inclusive, o Brasil).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. "O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea." In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. vol. 52, n. 2. Brasília, jul./dez. 2009.
Disponível em**:** http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000200010&lang=pt. Acesso: 20 de abril de 2013.

AMARAL, Arthur Bernardes do. *A guerra ao terror e a Tríplice Fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

BATTAGLINO, Jorge. "O Brasil e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano: uma convergência de vantagens." In: *Nueva Sociedad* (especial em português), dezembro de 2009. Disponível em http://www.nuso.org. Acesso 3 de fevereiro de 2013.

BERTAZZO, Juliana. "A nova agenda internacional de segurança põe a democracia brasileira em risco?" In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. 50 (2): 25-41, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a03v50n2.pdf. Acesso em 3 de abril de 2013.

COSTA, Tomás Guedes. "Cinquenta anos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR): frustrações e continuidade institucional?" In: *XXI Encontro Anual da ANPOCS*.
http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5325&Itemid=360

FLEMES, Daniel. "Notas teóricas sobre a formação de uma comunidade de segurança entre a Argentina, o Brasil e o Chile." In: *Revista Sociologia e Política*, n. 24. Curitiba, junho de 2005.
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000100014. Acesso em 12 de abril de 2013.

Terra-Livre-40.indd 126 23/07/2014 18:04:07

GUERRERO, Modesto Emílio. *El riesgo panamericanista de la Union Sudamericana de Naciones (II).*
http://www.argenpress.info., 16/12/2004. Acesso em 15 de dezembro de 2006.

MACHADO, Artur Andrade da Silva. "A lógica no projeto de América do Sul: componentes do regionalismo brasileiro." In: *III Encontro Nacional da ABRI*, 2001. Disponível em: http//:www.proceedings.scielo.br. Acesso em 4 de fevereiro de 2013.

MEDEIROS FILHO, Oscar. "Conselho de Defesa Sul-Americano: origens, demandas e propósitos." In: *III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED)* – A estratégia nacional de defesa. Londrina, 28 a 31 de julho de 2009. Disponível em: www.uel.br/pos/mesthis/abed/anais/OscarMedeirosFilho.doc. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

MEDEIROS, Sabrina Evangelista; COSTA PINTO, Paulo Edvandro. **"**Defesa coletiva, princípios e usos do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca)." In: *III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Defesa ABED* – A Estratégia Nacional de Defesa. Londrina, 28 a 31 de julho de 2009. Disponível em: www.uel.br/pos/mesthis/abed/anais/SabrinaEvangelistaMedeiros.doc. Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). *Balanço da política externa (2003-2010).* Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br. Acesso em 23 de dezembro de 2010.

OKADO, Giovanni Hideki Chinaglia. "A atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA) na definição da segurança hemisférica após a Guerra Fria." In: Anais do *XXI Congresso Interno de Iniciação Científica da UNESP*. São José do Rio Preto, 2009.
Disponível em: http://prope.unesp.br/xxi_cic/27_33219402801.pdf. Acesso em 05 de abril de 2013.

PAGLIAI, Graciela de Conti. "Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais." In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. 49 (1): 26-42, 2006.
Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n1/a02v49n1.pdf. Acesso em 02 de fevereiro de 2013.

_____. "Segurança na América do Sul: problemas e atores." In: *III Encontro Nacional ABRI*. 2011.

Terra-Livre-40.indd 127 23/07/2014 18:04:07

Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v2/a18.pdf. Acesso em 04 de fevereiro de 2013.

PEREIRA, Ana Cláudia Jaquetto. "O Brasil e os entendimentos em defesa e segurança na América do Sul." In: *Anais do XVII Encontro Regional de História* – O lugar da história. ANPUH/SP UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom. http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/Paineis/Ana%20Claudia%20Jaquetto%20Pereira.pdf. Acesso em 5 de abril de 2013.

PIEDRA-CALDERÓN. Andrés Fernando. *A organização do Tratado de Cooperação Amazônica e a consolidação do processo de integração sul-americana*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2007.

SAINT-PIERRE, Héctor Luís. "'Defesa' ou 'segurança'? Reflexões em torno de conceitos e ideologias." In: *Contexto Internacional*. Vol. 33, n. 2. Rio de Janeiro, julho/dezembro, 2011.

SANTOS, Maria Helena de Castro. "A nova missão das Forças Armadas latino-americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil." In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, vol. 19, n. 54. São Paulo, fevereiro de 2004.

SANTOS, Norma Breda dos. "Cinquenta anos de OEA: o que comemorar?" In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 41, n. 2. Brasília, jul/dez. 1998.

SILVA, Alberto Teixeira. "Integração e governança na América do Sul: o caso da OTCA." In: ARAGÓN, Luís; OLIVEIRA, José Aldemir (orgs.). *Amazônia no cenário sul-americano*. Manaus: EDUA, 2009.

SOUZA, Nírvia Ravena; CAÑETE, Voyer Ravena. "Reflexões sobre a integração Pan-Amazônica: o papel da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) na regulação da água." In: ARAGÓN, Luís; OLIVEIRA, José Aldemir (orgs.). *Amazônia no cenário sul-americano*. Manaus: EDUA, 2009.

VILLA, Rafael A. D. "A questão democrática na agenda da OEA no pós-Guerra Fria." In: *Revista de Sociologia Política*, n. 20, Curitiba, junho 2003.

XAVIER, Elaine de Melo. *UNASUL e OEA na resolução de conflitos sul-americanos*. Trabalho de conclusão de Curso de Especialização em Relações Internacionais. Instituto de Relações Internacionais. Brasília: UNB, 2010.

Terra-Livre-40.indd 128 23/07/2014 18:04:07

Sites consultados:

http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2001/09/21/tratado-interamericano-de-assistencia-reciproca.

http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010.

Terra-Livre-40.indd 129 23/07/2014 18:04:07

Terra-Livre-40.indd 130 23/07/2014 18:04:07

A (GEOGRAFIA DA) SOCIEDADE DO TRABALHO

WORKING SOCIETY GEOGRAPHY

LA GEOGRAFÍA DE LA SOCIEDAD DEL TRABAJO

RUY MOREIRA[1]

Resumo: A sociedade do trabalho é a ossatura da sociedade capitalista. Este artigo é uma análise do seu conceito e do debate que vincula seu momento histórico e indaga sobre a permanência da centralidade do trabalho, na conjuntura atual.

Palavras-chaves: trabalho, centralidade do trabalho e sociedade do trabalho.

Abstract: The working society its concept, crisis and future are de theme of this text. The current debate about conceptions and work teories are analysed and compared with historical position.

Key words: Work, work teories and working society.

Resumen: La sociedad del trabajo es la basis structural de la sociedad capitalista. Su concepto y las afirmaciones que la condenam a una crisis agónica y desaparecimiento com la globalización es el tema deste texto.

Palabras clave: Trabajo, centralidad del trabajo y sociedad del trabajo.

INTRODUÇÃO

A forma como as sociedades se estruturam tem relação com o modo como se organiza o processo do trabalho. Toda sociedade é ontologicamente derivada do trabalho, origem genética do conjunto de suas relações. Mas só a sociedade capitalista veio a receber das teorizações a nomenclatura de uma sociedade do trabalho, este termo querendo dizer estruturar-se ela num formato histórico-

1 AGB - Seção Niterói / Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Terra-Livre-40.indd 131 23/07/2014 18:04:07

concreto da categoria trabalho, o trabalho abstrato, que só nela coexiste e contradita com o trabalho concreto (Offe, 1989; Antunes, 1995; Konig, 1994).

Tal especificidade deriva do caráter duplo que o processo do trabalho adquire, o trabalho concreto e o trabalho abstrato, fruto do duplo caráter que aí também assume o valor, distinguido no valor de uso (o valor produzido pelo trabalho concreto) e no valor de troca (o valor produzido pelo trabalho abstrato). Caracteristicamente, assim, o trabalho existe de modo fragmentário, com o capital assumindo o lugar ontológico de significação e integralidade do todo.

O CONCEITO

O combinado estrutural dos duplos abstrato-concreto e uso-troca que o define é o efeito da desagregação da sociedade feudal pelo desenvolvimento da relação de mercado que proveio do aparecimento da renda em dinheiro. Este aparecimento acelerou o movimento das trocas e levou os duplos da forma do trabalho e do valor a estabelecerem-se como base estrutural do sistema capitalista em emergência. Isto porque, com sua função de mediação geral, a renda em dinheiro fez surgir o mercado de terra (a terra foi transformada de bem imóvel em bem móvel), o mercado de dinheiro (o dinheiro foi transformado de meio de troca em meio de acumulação de riqueza) e o mercado de força de trabalho (a força de trabalho foi transformada em mercadoria), cujo efeito direto foi o deslocamento da relação de mercado para o centro sistêmico da sociedade em formação, combinando terra e trabalho numa forma de relação homem-natureza até então historicamente inexistente.

A sociedade do trabalho é essa forma historicamente específica de sociabilidade. Uma forma de contextualidade estruturalmente montada no processo de venda-compra da força de trabalho que leva a população a demograficamente distinguir-se na fração dedicada às tarefas do trabalho (a classe do trabalho) e na fração dedicada ao mando e domínio do conjunto (a classe que vive da classe do trabalho), fazendo da sociedade uma totalidade que nasce germinativamente do trabalho, mas que nele não tem seu elo societário estruturante, e, sim, a relação determinante do capital.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO

Diferenciam-se, assim, na história, o trabalho ontológico – o trabalho como fonte genética de toda e qualquer forma de sociedade humana – e o trabalho

Terra-Livre-40.indd 132 23/07/2014 18:04:07

histórico-concreto – o trabalho tal como vamos encontrá-lo nas formas sociológicas estruturalmente existentes. Um quadro que se radicaliza nas sociedades de formação capitalista, fruto do modo como esta formação surgiu na história, pela via da chamada acumulação primitiva, a partir das transformações estruturais das sociedades que a antecederam (as sociedades pré-capitalistas), originariamente destacando-se a forma feudal.

A sociedade feudal foi uma forma de sociedade calcada na relação de obrigação. Seu centro geográfico de referência foi o feudo, secundado pelo burgo, numa unidade de domínio que punha senhores e servos numa recíproca dependência de relações de obrigação. Ao servo cabia prover-se e prover ao seu senhor por meio do sobretrabalho, o excedente que gerava na forma da renda fundiária e que repassava para o sustento da classe senhorial (Hubermann, 1978). Ao senhor cabia dar proteção e abrigo ao servo, cuidando das condições gerais, institucionais e militares, que, em tese, lhe garanta justiça e sobrevivência. No período áureo do feudalismo, a relação de servidão estruturou-se à base da renda em trabalho e da renda em produtos, distinguindo-se espacialmente uma e outra em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente: o tempo de trabalho necessário provendo as necessidades de subsistência do servo e o tempo de trabalho excedente provendo a subsistência e modo de vida do seu senhor. Ao redor desta arrumação espacial dividida em duas partes, o todo do feudo ordenava-se em círculos concêntricos, numa combinação de uso individual e uso comunitário que vinha, respectivamente, da relação fundiária do escravismo romano e da relação fundiária comunitário-germânica, cuja síntese histórica seria a origem estrutural do feudalismo. O século X acrescentaria a renda em dinheiro, empreendendo uma grande mudança e reordenamento, cujo resultado foi o surgimento do modo de produção capitalista (Dobb, 1988; Conte, 1979).

A renda em dinheiro teve origem nas necessidades e tensões internas do feudalismo, em geral relacionadas ao crescimento da demanda de excedente do senhor, seja pela ampliação de seus hábitos de consumo, seja pelo aumento contínuo do número de feudos. Este crescimento pôs o senhor e o servo em constante estado de conflito, dentro do feudo, e os senhores entre si, fora dele, com sua intensificação originando um abandono generalizado dos servos de seus feudos e levando a economia feudal a um estado de ruína. A introdução da renda em dinheiro veio para dirimir os efeitos da crise. A renda em dinheiro visava a fazer o servo retornar às atividades do trabalho e da produção, atraído pelas possibilidades de emancipação que vinha com ela. Mas, ao contrário do esperado, se, de um lado, ela reergueu a economia feudal combalida, de outro,

Terra-Livre-40.indd 133 23/07/2014 18:04:08

a levou à desagregação que daria origem ao sistema de trabalho e produção do capitalismo. E ao começo da acumulação primitiva.

O fato é que o dinheiro foi se tornando o elo de mediação das relações de todo o sistema do feudalismo, ordenando, nos seus termos, a totalidade dos seus movimentos e vindo, progressiva e profundamente, a criar um cotidiano que, aos poucos, deslocou o mando da vida econômica das mãos dos senhores para as dos comerciantes, transferindo do feudo para o burgo o centro do comando espacial da nova economia que estava se formando.

O ponto dinâmico da mudança foi o movimento crescente das trocas, que ia corroendo por dentro as relações de obrigação dominantes de antes. No âmbito interno do feudo, a renda em trabalho e a renda em produtos foram substituídas pela renda em dinheiro. E, no âmbito externo, a produção se orientou para a venda no mercado. Uma pletora de formas novas de trabalho surgiu em decorrência, dentro do feudo, em substituição à relação de servidão pura, aparecendo a parceria, o arrendamento e o trabalho assalariado, ao lado das sobrevivências do trabalho servil. Mas surgiu, sobretudo, a pequena propriedade domiciliar, numa nova estratificação social de classes.

O elo de integração desta nova relação sistêmica foi a ação do intermediador mercantil, o burguês comerciante que saiu de sua condição mambembe para dar às trocas a forma de uma relação regular de mercado, até então solta, articulando a compra e a venda da produção dispersa da atividade artesanal desempenhada pela produção domiciliar. A produção artesanal era uma atividade, até então, realizada no âmbito do trabalho parcelar, a atividade que o servo desenvolvia dentro do feudo, num desempenho a um só tempo agropastoril e industrial. A possibilidade de libertar-se desta condição, criada pelo surgimento da renda em dinheiro e por ele aproveitada para a compra de sua parcela, converteu-o num camponês livre e organizador de um sistema de economia familiar, integral e autônoma que a intermediação mercantil iria articular em escala unitária de espaço.

O resultado disso foi a criação, no todo da economia em formação, de uma estrutura que combinou, de um lado, uma esfera de produção composta da atividade dispersa da organização artesanal e, de outro, uma esfera de circulação composta da atividade da intermediação mercantil, cujo surgimento e combinação levaram a fórmula M-D-M (da antiga relação de mercado camponesa) a ser ultrapassada pela fórmula D-M-D´ (de mercado do intermediador mercantil) (Marx, 1985).

Se, antes, o camponês ia ao mercado e nele trocava suas sobras de produção pelas sobras dos demais camponeses, numa relação de mercado M-D-M,

Terra-Livre-40.indd 134 23/07/2014 18:04:08

em que mercadoria era trocada por mercadoria, a partir da intermediação do dinheiro, o comerciante comprava seus produtos por um preço e os revendia por um preço mais alto, numa relação D-M-D´, em que era o dinheiro que circulava, a mercadoria servindo apenas de meio de sua reprodução ampliada. A intermediação mercantil sobrepôs-se, assim, à produção camponesa artesanal, subordinando, via controle da esfera da produção pela esfera da circulação, a produção domiciliar ao seu ditame.

O efeito desta hegemonia foi a dissolução progressiva, então, das próprias unidades de produção domiciliar. A orientação da economia domiciliar para o mercado levou o artesanato a ser superado progressivamente pela manufatura como forma de produção industrial, e, nesse passo, a relação autônoma do trabalho familiar a ser superada pela relação assalariada do trabalho manufatureiro.

Concorrente da produção artesanal familiar da economia doméstica, a manufatura moveu forte concorrência também com a produção artesanal das corporações urbanas de ofício. Foi assim que, rejeitada por esta, fortemente organizada em guildas (grandes redes de comércio formadas pela união entre as cidades artesãs), a manufatura viu-se inicialmente obrigada a se localizar nas margens de contato das áreas rurais e urbanas, de um lado, aproveitando a matéria-prima e a força de trabalho fornecidas pelo meio rural, e, de outro, a presença do mercado de consumo do meio urbano. Diferentemente do artesanato familiar, a manufatura foi uma atividade de produção exclusivamente industrial, apoiada na divisão técnica e na relação capital-trabalho. Dispersa espacialmente como o artesanato domiciliar, a manufatura, entretanto, dele se distinguia pela concentração da força de trabalho, dos capitais e da produção num mesmo ponto local (em geral, um galpão alugado pelo intermediador mercantil e transformado em industrial, dentro do qual artesãos, selecionados por suas especialidades, se distribuíam segundo o sincronismo de suas atividades de trabalho). Foi o começo da criação do trabalho abstrato, que, mais à frente, daria na constituição da sociedade do trabalho. A base desta criação foi a instituição da divisão interna e externa do trabalho pela manufatura, pondo o trabalho concreto, o trabalho produtor de valor de uso, a mover-se dentro do trabalho abstrato, o trabalho produtor de valor de troca, num combinado de trabalho coletivo.

Localizada na interface da cidade (domínio da corporação de ofício) com o espaço rural circundante (domínio da produção domiciliar), na medida em que ganhava expressão de mercado e se desenvolvia, a manufatura lançava seus tentáculos fosse sobre as corporações de ofício, nas cidades, fosse sobre a

Terra-Livre-40.indd 135 23/07/2014 18:04:08

produção domiciliar do mundo rural, transferindo-se e concentrando a atividade industrial na cidade e reduzindo o entorno rural à produção agropastoril. A indústria e a agricultura foram levadas, assim, a separar-se territorialmente, separando em funções econômicas diferentes cidade e campo – esta estrutura segmentada significando o formato espacial da economia em que a divisão do trabalho interna da manufatura encontrava espelho na divisão territorial cidade-campo externa, e cujo resultado seria ganhar, mais à frente, plenitude global com a transformação da manufatura na fábrica, tornando o valor de troca, no parâmetro estrutural total de ordenamento da vida econômica, garantido pela sincronia de movimentos do mercado e da produção industrial.

As formas pré-capitalistas de sociedade, a exemplo da feudal, que está nos servindo de espelho, apoiavam-se no trabalho concreto e no valor de uso. A produção de bens visava ao autoconsumo, uma vez descontado o excedente entregue ao dominante, complementada pelos meios de subsistência e utensílios obtidos pela troca de sobras, todo curso do espaço e do tempo sendo consumido neste mister. Com a transição, este curso espaço-temporal tornou-se o de uma espacialidade diferencial de aldeia, como a designou Lacoste, a caminho da espacialidade diferencial capitalista (Lacoste, 1988).

A densificação da troca mercantil ordenada no circuito D-M-D´, desse modo, tudo rearrumou, em benefício do valor de troca: o trabalho concreto e o valor de uso sendo incorporados a esta lógica, o trabalho concreto fragmentando-se e se intercomplementando no leque das especializações do trabalho abstrato, encarnado na divisão tecnoterritorial do trabalho, e o valor de uso se amoldando ao juízo do jogo da realização do valor no âmbito do consumo no mercado. Invertendo a lógica de antes, foi assim o trabalho abstrato, que então se tornou concreto, balizando o cálculo do valor segundo a média de horas-trabalho gastas pelo trabalhador real em seu tempo de produção coletivo da mercadoria. Foi com base neste custo médio definido pelo trabalho abstrato que os diferentes produtos de diferentes áreas foram comparados em seus custos respectivos, definindo-se o quantum do preço e o termo da troca de cada produto no mercado. E, assim, a taxa do lucro e da reprodução ampliada do capital produtivo investido na atividade da indústria. Foi, pois, no âmbito coletivo e impessoalizado do trabalho abstrato que o conteúdo do valor se definiu, realçando sua principalidade frente ao trabalho concreto, tornado um trabalho parcial e em migalha. Um esquema que se reproduziu, respectivamente, na relação do valor de troca e do valor de uso, ordenado na principalidade do primeiro.

Nas sociedades pré-capitalistas, em que as realizações da relação econômica se passavam sem a mediação necessária da troca mercantil, a exemplo da so-

Terra-Livre-40.indd 136 23/07/2014 18:04:08

ciedade feudal, era o trabalho concreto, direto e personalizado, que importava. Cada camponês-artesão dedicava-se à produção de valores de uso, sendo esta forma-valor que orientava as trocas e definia a forma de importância real do trabalho, a centralidade pondo-se à base do trabalho concreto de cada produtor real. Com elas contrastavam as condições de vida real de produção da sociedade capitalista; cada trabalho concreto, individual e pessoalizado dissolvendo-se na fragmentaridade parcial e parcelar do movimento especializado do processo produtivo; tudo se potencializando no trabalho coletivo da divisão técnica do trabalho; o trabalho concreto, assim dissolvendo-se no télos do caráter total, impessoal e genérico do trabalho abstrato.

A manufatura foi o ponto de começo do processo instituinte dessa economia política abstrativada do trabalho no valor de troca, seu momento embrionário mais claro. A forma de trabalho que implantou foi já a da relação capital-trabalho e da divisão técnica de trabalho, entronizada às movimentações externas pelo sincronismo da esfera do mercado. A cadeia integrada dos trabalhos concretos dos artesãos, que o mercador-manufatureiro articulava num só movimento produtivo dentro do seu prédio, era já o embrião da centralidade do trabalho abstrato. A centração do circuito de compra e venda na esfera do mercado era já o embrião da centralidade do valor de troca. A forma de excedente ali produzida era já o embrião da mais-valia operária. E o valor realizado no movimento de compra-e-venda do produto era já o embrião do lucro industrial capitalista. Por fim, o movimento do capital-dinheiro ali investido, num ciclo repetitivo de reprodutibilidade intensiva, era já o processo de acumulação do capital industrial. Eram relações que, no entanto, só se plenificaram no andamento do processo evolutivo, já que a manufatura pertencia ainda à fase da acumulação primitiva.

O trabalhador artesão que se deslocava de sua unidade de produção domiciliar para trabalhar como assalariado na manufatura não era ainda, a rigor, um proletário propriamente dito. Seus hábitos de tempo-espaço eram ainda os do artesão rural-familiar e contrastavam com as regras rígidas do trabalho industrial que iriam instituir-se com a transformação da manufatura na fábrica. Mas o tempo da manufatura era já o tempo cronométrico do relógio, do número fixo de horas de atividade dentro do prédio e da regularidade diária do exercício do trabalho. E o espaço era o encadeado sincrônico dos movimentos corporais de cada um e do conjunto dos artesãos, articulados num todo uníssono de realização das partes de trabalho que a cada qual cabia individualmente no encadeamento produtivo. Eram tempo e espaço distintos do tempo-espaço solto e de vinculação sazonal do trabalho domiciliar-campesino do artesão.

Terra-Livre-40.indd 137 23/07/2014 18:04:08

Daí seu conflito constante com a regra da regularidade do trabalho cronometricamente disciplinado da manufatura, e a necessidade desta de recrutá-lo nas suas normas – tarefa praticamente impossível para com as primeiras gerações de artesãos que se deslocavam para o trabalho diário da manufatura, interligados, ainda simultaneamente, aos cotidianos do trabalho manufatureiro e ao trabalho domiciliar. Cotidianos que conflitavam, sobretudo, nos tempos de safra na unidade familiar, quando os artesãos se desligavam do trabalho manufatureiro para ocuparem-se integralmente à faina familiar do trabalho domiciliar. Cotidianos que, só com a sucessão das gerações de trabalhadores e a consolidação e espraiamento da manufatura, iriam se dissolver num só, integrados na cultura de tempo e de espaço uniforme da manufatura (Thompson, 1998; George, 1968).

E a integração crescente da regularidade de mercado que levaria esta cultura de espaço-tempo da manufatura a extrapolar para o âmbito amplo da sociedade, transformando-se em valores e hábitos da cidade e, daí progressivamente, do campo. E esta cultura urbana que então se instituía foi justamente a argamassa da disciplinaridade uniforme de momentos de tempo e espaço que, ao desenvolver-se e generalizar sua espacialidade, iria basificar-se como a cultura da sociedade do trabalho.

Quando, em seu estágio mais avançado de desenvolvimento (o do sistema de maquinismo), a manufatura desembocou na Revolução Industrial, e esta, por sua vez, na fábrica, a fase da acumulação primitiva, por fim, se completou. Houve uma unidade de hábitos de trabalho, da cultura de cotidiano, do sistema técnico e do ordenamento correlato de organização de espaço. E sobre ela, então, o capitalismo se implantou, com sua base de sociedade do trabalho.

A sociedade do trabalho, conhecendo já todos os seus atributos constitutivos – trabalho assalariado, compra-venda de força de trabalho, divisão técnica do trabalho abstrato, produção regular de mais-valia operária e centralidade estrutural e simbólica do valor de troca –, entrou na fase conhecida por etapa da subsunção real dos processos produtivos. Seu pressuposto era uma estrutura de relação de esfera da produção e esfera da circulação plenamente constituída; a esfera da produção confundindo-se e concentrando-se fortemente no âmbito da cidade e impondo, como centro de arrumação da totalidade dos espaços, sua hegemonia à esfera da circulação. A divisão territorial cidade-campo do trabalho expressou esta hegemonia de uma forma clara por meio da dominação que a indústria revolucionada estabeleceu sobre a agricultura, deslocando-a para a função de sua retaguarda, instituindo a base da fase da mais-valia relativa, com que superou a fase da mais-valia absoluta, ainda muito confundida

Terra-Livre-40.indd 138 23/07/2014 18:04:08

com o substrato da acumulação primitiva, embora instauradora da subsunção formal (Marx, 1978).

A mais-valia absoluta foi a forma de excedente que surgiu junto à manufatura. A relação cidade-campo estava ainda se implantando e desenvolvendo. Embora já se apoiasse na relação capital-trabalho, o artesão era ainda um trabalhador domiciliar. Daí que a manufatura tivesse ainda traços do trabalho e das forças produtivas do artesanato, que historicamente superaria, e já apontasse para o universo do trabalho e das forças produtivas da fábrica, que a iria suceder. A jornada de trabalho do artesão era ainda, de certo modo, dividida com a do trabalho domiciliar, ao qual ele voltava diária e sazonalmente, ao lado do labor manufatureiro. E não eram de propriedade da manufatura, mas sim do artesão, tanto as ferramentas quanto o saber fazer que ele utilizava em sua labuta diária. O salário que recebia era encarado por ele e os seus como um complemento de reforço da renda familiar domiciliar. E o dono da manufatura tinha muito ainda do intermediador mercantil de que se originara, com sua acumulação de capital mercantil traduzida em indústria, tornando-se também um capitalista industrial. O esquema do investimento era já o D-M-D´, isto significando um capital-dinheiro (D) que era usado para a compra das mercadorias, objetos de trabalho (matérias-primas) e força de trabalho (capacidade corpórea e intelectual do artesão), que esta força de trabalho transformava em novas mercadorias (M), e cuja venda, por sua vez, a transformava de novo em capital-dinheiro, acrescido de um valor a mais (D´), como lucro. A produção deste valor a mais pelo expediente de alongamento físico puro e simples da jornada ou do movimento corpóreo do trabalhador era a forma absoluta de mais-valia. E era esta a relação excedentária que se tinha, fosse na manufatura ou nas fábricas da primeira revolução industrial, (fábricas assentadas num sistema de maquinismo que pouco diferia ainda do maquinismo manufatureiro de que advinha).

O passo além era a possibilidade técnica de uma relação intensiva da indústria com a agricultura que transferisse os custos industriais para os custos agrícolas, estes rebaixados o mais possível pela baixa do preço da força de trabalho agrícola, com o emprego do trabalho familiar ou pela incorporação de tecnologia avançada importada da própria indústria, sendo que o rebaixamento do custo industrial assim obtido ocorria principalmente no custo da reprodução da força de trabalho operária, via alimentos repassados pela agricultura à indústria a custos de produção agrícola baixos, mediante o que a mais-valia absoluta pudesse ser substituída pela mais-valia relativa (Magaline, 1977). O marco de passagem foi a substituição da tecnologia da primeira pela segunda

Terra-Livre-40.indd 139 23/07/2014 18:04:08

revolução industrial, engendrando um momento novo de arranco de industrialização, que Mandel designou de tecnologia do capitalismo avançado (Mandel, 1983). Tanto quanto o sistema de maquinismo que isto significou (um sistema de alta escala técnica de concentração), importava também uma tecnologia de meios de transferência (transportes, comunicações e redes de transmissão de energia), mediante a qual fosse possível a interação indústria-agricultura e a escala contínua de abrangência territorial que se desejava. Foi justamente esta produção de valor a mais, obtida por meio desta escala de técnica e territorialidade, a forma relativa de mais-valia, cujo efeito conceitual foi alargar a sociedade do trabalho para além do âmbito da indústria, ampliada para o âmbito de implementação do trabalho abstrato, que a capitalização levou a generalizar para o todo das atividades urbanas da cidade, ao mesmo tempo em que para largos tratos de áreas agrícolas e pastoris do campo. E cujo efeito estrutural foi deitar sobre todos esses segmentos de trabalho rural-urbano o significado do mundo do trabalho, inicialmente sinônimo e estrato restrito do mundo da indústria, com o qual mentalmente ainda hoje se confunde.

OS ELEMENTOS E METAMORFOSES DA SOCIEDADE DO TRABALHO

A sociedade do trabalho foi a ossatura estrutural da sociedade capitalista, que, entretanto, estruturalmente nela se apoiou; foi mais complexa e abrangente que ela. Seu núcleo formador foi, em princípio, o trabalho industrial, âmbito e conteúdo do trabalho abstrato e da forma-valor. E sua *persona* foi o operariado industrial, nesta, portanto, conceitualmente não se incluindo as demais classes de trabalho da economia urbana, concebidas como não produtoras de mais-valia, bem como o campesinato e demais formas sociais do campo.

A cidade moderna se instalou e se consolidou com a espacialidade urbana da indústria, ao tempo que o campo se instalou e se estruturou com a espacialidade rural da atividade agrícola-pastoril. Por isso, por longo tempo, a cidade foi compreendida como o âmbito da geografia operária e o campo como o da geografia camponesa, contextualidades e estruturas de conteúdo que, organizadas por suas formas-valor como dois mundos distintos (a forma-valor da produção e do trabalho do campo era a renda fundiária e a da cidade era a mais-valia operária), se comunicavam com dificuldade e deficientemente, embora interagissem como partes do mesmo eixo formado por uma relação crescente da indústria e da agricultura, segundo a qual a sociedade do trabalho transitava da

Terra-Livre-40.indd 140 23/07/2014 18:04:08

forma absoluta para a forma relativa de mais-valia, interligando estruturalmente o trabalho produtivo do campo agrícola e da cidade industrial.

E foi a inobservância do sentido estrutural desta passagem a origem da limitação espacial que então se estabeleceu para o conceito. No horizonte espacial da mais-valia absoluta, a sociedade do trabalho realmente não foi, a rigor, além dos limites territoriais das cidades, com a cidade concentrando a massa trabalhadora e desempregada nas áreas exíguas dos bairros operário-fabris, de modo que dali extraía seu perfil e limites. Já no horizonte ampliado da mais-valia relativa, a sociedade do trabalho abriu seu horizonte espacial com o assalariamento que, então, surgiu e se generalizou no campo. Cidade e campo seguiram diferindo-se por sua forma-valor de base, mas a sociedade do trabalho ampliou o plano real de sua espacialidade, reordenada estruturalmente por quatro características que lhe acrescentou a relação de mais-valia relativa. Primeira, o trabalho urbano se integralizou, como trabalho produtivo ou como trabalho improdutivo, no âmbito da acumulação capitalista. Segunda, o trabalho e o excedente operário estenderam-se igualmente pela cidade e pelo campo com o alargamento do âmbito geográfico do trabalho assalariado. Terceira, o assalariamento do trabalho rural fundiu, no campo, o que, até então, eram formas-valor distintivas da produção agropastoril do campo e industrial da cidade; a renda fundiária passando a basear-se no preço médio, significando combinar a renda fundiária própria do valor da terra e a mais-valia operária do proletariado rural nela empregada. Quarta, por fim, o trabalho ganhou mobilidade locacional e se territorializou em escala crescente, em formas excedentárias de modalidades as mais distintas, propriedade que o advento da acumulação rentista ainda mais ampliou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. "Qual crise da sociedade do trabalho?" In: _____. *Adeus ao trabalho. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora/Editora da Unicamp, 1995.

CONTE, Giuliano. *Da crise do feudalismo ao nascimento do capitalismo*. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/Editora Martins Fontes, 1979.

DOBB, Maurice. *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/Editora Martins Fontes, 1977.

_____. *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Terra-Livre-40.indd 141 23/07/2014 18:04:08

GEORGE, Pierre. *A ação do homem*. São Paulo: Difel, 1968.

HOBSBAWN, Eric. "Introdução." In: _____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

HUBERMANN, Leo. *A história da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, 14ª. Edição.

KONIG, Helmut. "A crise da sociedade do trabalho e o futuro do trabalho: crítica de um debate atual." In: MARKERT, Werner (org.). *Teorias de educação do iluminismo, conceitos do trabalho e do sujeito*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus Editora, 1988.

MAGALINE, A. D. *Luta de classes e desvalorização do capital*. Lisboa: Moraes Editora, 1977.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. *O capital – o processo da produção*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1985, volume 1.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

_____. *Capítulo VI* (Inédito). São Paulo: Livraria e Editora de Ciências Humanas, 1978.

OFFE, Claus. "Trabalho como categoria sociológica fundamental?" In: _____. *Trabalho & sociedade – problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Volume 1 – A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

THOMPSON, E. P. "Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial." In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEBER, Max. *Economia y sociedade*. México: Fondo de Cultura, 1944.

Terra-Livre-40.indd 142 23/07/2014 18:04:08

Grupos de Trabalho

Terra-Livre-40.indd 143 23/07/2014 18:04:08

Terra-Livre-40.indd 144 23/07/2014 18:04:08

CONTRA A PRECARIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA E PELA VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE

MARCOS ANTÔNIO CAMPOS COUTO
ANDRÉ TINOCO VASCONCELOS
FABRÍCIA COSTA CORRÊA
ENIO SERRA
MÁRCIO DA COSTA BERBAT[1]

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto-documento foi o de apresentar as reflexões coletivas das reuniões dos Grupos de Trabalho (GT) Ensino de Geografia, das seções locais da AGB Niterói e Rio de Janeiro, realizadas no Encontro Estadual dos Professores de Geografia (Cabo Frio-RJ, 2011), no encontro nacional "Fala Professor" (Juiz de Fora, 2011) e no Encontro Nacional de Geógrafos (Belo Horizonte, 2012). O GT Ensino de Geografia debateu o atual momento da política educacional brasileira, orientado pelo contexto de desenvolvimento do ensino de geografia na educação básica e da formação de professores.

Durante as reuniões dos GTs Ensino, foram identificadas várias ações em curso: Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Decreto nº 6.755/2009) e a licenciatura em geografia; Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020); Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na estrutura do Sistema de Ensino Superior; políticas curriculares e o ensino de geografia na educação básica; proposta de mudança nos referenciais nacionais dos cursos de graduação, incluindo a geografia; Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão dos cursos à distância; o papel da "nova" Capes na formação de professores para a educação básica no país; políticas e práticas peda-

1 Grupo de Trabalho Ensino de Geografia – AGB Niterói e AGB Rio de Janeiro. E-mails: agbniteroi@yahoo.com.br / agb_rio@yahoo.com.br

Terra-Livre-40.indd 145 23/07/2014 18:04:08

gógicas para a educação de jovens e adultos; geografia da infância; Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID-CAPES) e sua contribuição para os cursos de geografia.

A análise das relações deste conjunto de políticas foi indispensável para uma compreensão global da situação da educação pública brasileira em todos os níveis. As sessões dos GTs Ensino, realizadas nos encontros acima mencionados, não esgotaram tal análise, mas ofereceram um esforço coletivo nesta direção que não substitui a continuidade deste debate nos GTs Ensino das seções locais da AGB.

Apresentou-se uma reflexão coletiva sobre o conteúdo das políticas educacionais neoliberais, confrontadas com as práticas docentes e com propostas de um projeto de educação alternativo dos e para os trabalhadores – que política educacional e que educação se quer? – e, fundamentalmente, a intenção de que o produto do trabalho dos GTs Ensino colaborem para que a AGB (Direção Nacional e seções locais): 1) construa posicionamentos e ações contra a atual política educacional neoliberal dos governos (federal, estadual, municipal), em função de suas finalidades e de suas ações; e 2) estimule e constitua-se como um espaço permanente de debate e de construção de princípios de políticas educacionais alternativas.

Este artigo seguiu a ordem dos debates realizados nos três dias (24, 26 e 27/07/2012) de sessões dos GTs Ensino, no ENG de Belo Horizonte. No primeiro momento, foram apresentados fatos, ações e sujeitos que colaboraram para uma análise da conjuntura político-econômica brasileira. Em seguida, realizou-se uma avaliação das políticas educacionais, confrontando as políticas governamentais com princípios de construção de outra política educacional a serviço dos trabalhadores. Por fim, propôs-se um conjunto de tarefas táticas e estratégicas exigentes da organização nacional e dos GTs de Ensino locais da AGB.

ANÁLISE DA CONJUNTURA

Na avaliação dos presentes nos Grupos de Trabalho Ensino de Geografia, vive-se, no Brasil, um período desenvolvimentista baseado em megaeventos e megaprojetos de obras e estradas (Programa de Aceleração do Cresci-

Terra-Livre-40.indd 146 23/07/2014 18:04:08

mento – PAC), com muita visibilidade político-ideológica, grandes impactos ambientais e com parcos resultados na melhoria das condições de vida das brasileiras e dos brasileiros. Hoje, em praticamente todos os estados, há um conjunto de grandes obras de reordenamento do território. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, isto tem ocorrido com a união dos governos federal, estadual e municipal (conforme a ideia do *slogan* do governo estadual "somando forças"), motivados pela realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, entre outros eventos.

Junto a isto, há todo um discurso midiático de orgulho pela realização destes megaeventos (Copa do Mundo, Olimpíadas, Rio + 20 etc.), que exigem programas de privatização ou de parcerias público-privadas para as infraestruturas de transporte, esportiva e de energia, bem como o reforço da política de segurança pública, com a pacificação das favelas e a eliminação e/ou expulsão dos traficantes das áreas nobres e dos locais de realização destes grandes eventos.[2]

A política, hoje, está inserida no propósito da construção da "governabilidade" – chamada "construção de consenso" –, que, na verdade, objetiva construir benefícios para o capital, pois não há representatividade real dos professores e de outras categorias nas câmaras, no Senado ou em outras instâncias de deliberação de políticas públicas. A situação se configura desta forma no país como um todo, pois, com um governo considerado de esquerda por muitos, ocorreu certo engessamento dos movimentos, dos sindicatos etc. Contraditoriamente, para aqueles que confrontam a atual política, há um processo de criminalização dos movimentos sociais, como o visto, por exemplo, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em que o reitor impetrou medida judicial contra professores, servidores técnico-administrativos e estudantes em greve (junho-setembro de 2012).

Enquanto 90% dos recursos para as obras da Copa são provenientes de recursos públicos, e há muito dinheiro injetado nos chamados grandes eventos, quase todas as universidades e muitas instituições federais de ensino estiveram em greve, em 2012. A precarização do trabalho é um processo perverso que está em curso, pois a construção da educação e da saúde de qualidade é substituída por políticas assistencialistas para os mais pobres, reproduzindo um processo dito de democratização do ensino, mas com intensa precarização das escolas e dos hospitais públicos municipal, estadual e federal.

2 A expulsão não é apenas de traficantes. Os novos eixos rodoviários, a transformação do Autódromo do Rio em área do complexo esportivo dos Jogos Olímpicos de 2016, as obras de revitalização do Porto Maravilha, entre outras, estão expulsando moradores de seus locais de moradia.

Terra-Livre-40.indd 147 23/07/2014 18:04:08

Há muito investimento do governo nos institutos de ensino técnico. No Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), grande volume de recursos públicos é destinado ao sistema S (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT etc.), órgãos de direito privado criados pelo setor produtivo destinados à formação técnica. Os planos de metas, nos institutos federais de ensino, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) fizeram aumentar as vagas no ensino federal, entretanto, sem haver a proporcional expansão da infraestrutura de ensino e pesquisa, bem como da assistência estudantil.

A imprensa encontra eco nas vozes de diferentes setores da sociedade (agentes econômicos, culturais, políticos) que reclamam do caráter intervencionista do governo, mas não explicita o seu programa de concessões liberais, mesmo que financiado com recursos públicos. O governo desonera, com isenção fiscal, setores escolhidos que supostamente possam manter o ritmo de consumo, de produção industrial e, consequentemente, de emprego. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) financia, com juros muito baixos e prazos extremamente generosos, os programas de privatização e outras atividades econômico-industriais (como a Bolsa Capital), consumindo muito mais recursos que aqueles gastos com o programa Bolsa Família.[3]

Há, enfim, um processo de mercantilização da educação.

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: EXPANSÃO COM PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Qual o cenário das políticas educacionais em vigor, hoje, no Brasil? Quais movimentos estão organizados para enfrentar/questionar tais políticas? De que forma tem se dado a autonomia docente?

O processo de expansão com precarização da educação pública se apresenta por meio das finalidades da educação, das ações articuladas de controle da escola/professores e da política de flexibilização das condições de trabalho e otimização dos custos.

3 Gastos com Bolsa Família: em 2012, previstos R$ 19,3 bilhões de reais; em 2011, foram gastos R$ 17,1 bilhões; em 2010, foram previstos R$ 13 bilhões; em 2009, foram gastos R$ 12,4 bilhões; em 2008, foram gastos R$ 10,8 bilhões. Segundo a professora da FGV-Rio Cristiane Alkmin J. Schmidt (Jornal o Globo, 23/12/2012), os repasses do Tesouro Nacional para o BNDES, desde 2008, somaram R$ 354 bilhões de reais.

Terra-Livre-40.indd 148 23/07/2014 18:04:08

A POLÍTICA EDUCACIONAL OBJETIVA FORMAR O INDIVÍDUO OBEDIENTE E CONSUMIDOR/NOVO TRABALHADOR FLEXÍVEL

A política articula o mundo do trabalho da acumulação flexível ao mundo do consumo de novas mercadorias/novas tecnologias. As políticas curriculares assumem certa centralidade e destacam-se pela valorização da formação de competências e habilidades, um saber fazer articulado às mudanças tecnológicas do processo de globalização. Pela educação se formam trabalhadores de diferentes níveis, desde aqueles com altas habilidades de inovação, essenciais ao modelo tecnológico vigente, até aqueles que devem ser treinados para o consumo de produtos tecnológicos.

O processo de globalização incorpora o que se denomina de modernidade na medida em que materializa certas matrizes do projeto iluminista de uma sociedade racional sob o domínio da ciência. Entretanto, a razão iluminista não é necessariamente a razão do capital. Enquanto a primeira comporta outras racionalidades conflitantes, a segunda se fundamenta em formas de exploração e de dominação, mesmo que propagandeie que a expansão do capital (desenvolvimento) signifique progresso e melhores condições de vida para todos (história como progresso). A pós-modernidade não é o pós-capitalismo, mas, sim, transformações importantes dos modelos de acumulação, envolvendo mudanças tecnológicas, novos padrões de organização da produção e de gestão do domínio capitalista e, fundamentalmente, a expansão territorial das relações de domínio capitalista por todo o planeta.

No Brasil, este movimento diz respeito às teorias e aos processos de modernização (desenvolvimento/subdesenvolvimento) e à ideologia do desenvolvimento nacional, sobretudo, a partir do pós Segunda Guerra Mundial. Isto significa, então, que, para pensar o Brasil, é necessário vê-lo no processo de expansão do capitalismo mundial em sua fase monopolista e imperialista, mesmo que subalterno na América Latina – e agora, cada vez mais, sob o domínio do capital financeiro –, e como capitalismo dependente (Florestan Fernandes).

AÇÕES ARTICULADAS DA POLÍTICA: CONTROLE DA ESCOLA/DOS PROFESSORES PELO CURRÍCULO E PELA AVALIAÇÃO EXTERNA

Alterações curriculares são mudanças nas relações de poder e de controle que as conduzem. Ao não considerar tal aspecto, as reformas podem assumir um

Terra-Livre-40.indd 149 23/07/2014 18:04:08

caráter eminentemente técnico-científico, desconsiderando as finalidades da educação atual.

Políticas de currículo são orientadas em diretrizes da UNESCO (Conferência de Jomtien – Tailândia, 1990), na perspectiva do "aprender a conhecer" de forma integrada e na necessidade de formação de habilidades e competências no contexto do pós-fordismo. Tal orientação responderia aos seguintes problemas: a especialização do conhecimento (X conhecimento integrado), os conteúdos desinteressados (X solução de problemas), a desconsideração dos interesses dos alunos (X questionamento do cotidiano). O currículo por competências (palavra que substitui a ideia de objetivo comportamental) inspirou-se nas teorias da eficiência social do taylorismo americano dos anos 10 do século XX, consequentemente, o critério de eficiência é sua adequação ao modelo produtivo dominante. A qualidade da educação é garantida, sobretudo, pela definição de objetivos e do perfil (traduzidos em atividades e unidades de trabalho) de quem se quer formar, e que permita conformar determinado comportamento do aluno (objetividade do processo). Da mesma maneira que os comportamentos são mensuráveis, as competências também são interpretadas como comportamentos mensuráveis e cientificamente controladas. As competências representam metas sociais, desenvolvidas por atividades didáticas que implicam em ações baseadas em várias habilidades.

A avaliação externa é central e materializa um conjunto de ações que buscam regular e controlar o trabalho do professor e do que se realiza nas escolas. IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), Prova Brasil, ENEM (*Exame Nacional do Ensino Médio*), ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) e SAERJ (Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro) são, por exemplo, instrumentos de avaliação homogêneos e gerais inspirados em metas quantitativas, e que não dialogam com a diversidade de experiências que se realizam em todos os lugares do país, portanto, são descolados dos problemas qualitativos enfrentados pelos professores e escolas. Não tem por finalidade a qualidade do ensino, pois expressa uma concepção do professor incapaz (de avaliar, de definir currículo, de pautar problemas) e generalista (qualquer um pode ser professor de qualquer coisa), implicando na banalização da profissão docente (qualquer um pode ser professor).[4] Com base

4 O Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro aprovou, por solicitação da Secretaria Estadual de Educação, o Parecer nº 134/2010, que dispõe de novas regras para análise das habilitações de professores que ministrarem aulas do currículo da educação básica e da educação profissional técnica de nível médio, em caráter extraordinário, para as disciplinas de filosofia, sociologia, artes, química, física, matemática e geografia. Para o ensino de geografia, ficam habilitados os professores formados

Terra-Livre-40.indd 150 23/07/2014 18:04:08

na avaliação externa e no alcance das metas, propõe-se uma política de flexibilização dos salários e otimização dos custos.

FLEXIBILIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO/ SALÁRIOS, COM BASE NA AVALIAÇÃO EXTERNA E NO ALCANCE DAS METAS, E OTIMIZAÇÃO DOS CUSTOS

A precarização das condições do trabalho docente é uma expressão da precarização geral das condições de vida dos alunos e de grande parcela dos brasileiros em todo país, que, por sua vez, se fundamentam no processo produtivo e reprodutivo do atual modelo de desenvolvimento do capitalismo.

Este processo resulta na produção de uma geração estressada, tendo como consequência o amplo quadro de adoecimento de professores, que estão deprimidos, com doenças emocionais e psicossomáticas. O desgaste emocional, a baixa estima, a inquietação por não ver os resultados de sua prática (já que prática pedagógica é um processo contínuo) e a renúncia de ser um sujeito ativo de transformação social estão diretamente relacionados a este processo de precarização: grande carga horária de trabalho devido aos baixos salários, imposição de tarefas burocráticas em função dos calendários das secretarias, turmas com muitos alunos, redução do tempo de aulas de geografia e, consequentemente, aumento do número de turmas e alunos.

A presença de muitos professores contratados é outra face desta precarização do trabalho docente, resultado da não-realização de concursos públicos ou da não-convocação dos aprovados. Reproduzem-se diferentes condições de trabalho e de rendimento, pois os contratados são submetidos a condições ainda mais precárias de trabalho e ao controle político das direções das escolas. Esta condição dificulta o trabalho coletivo na escola, bem como a vinculação destes docentes com a luta por melhores salários e condições de trabalho realizada pelos movimentos sindicais, já que, pela instabilidade profissional, estão sujeitos a diferentes tipos de coerção (salários diferenciados de acordo com cumprimento de obrigações e alcance de metas, entre outros).

.....

em: licenciatura em história e comprovação no histórico escolar de 120h de aulas em geografia ou áreas afetas; licenciatura em ciências sociais e comprovação no histórico escolar de 120h de aulas em geografia ou áreas afetas; graduado em geografia e licenciatura em qualquer área ou especialização (360h) em qualquer área da educação. Embora esta medida tenha sido direcionada para a contratação emergencial de professores, bem como para o aproveitamento de docentes que já fazem parte do quadro da SEEDUC, por meio de GLP (Gratificação por Lotação Prioritária), ela continua vigorando.

Terra-Livre-40.indd 151 23/07/2014 18:04:08

Outra dimensão do processo de precarização da profissão docente é a dicotomia bacharel-licenciado, na formação inicial do professor, na medida em que esta fragiliza a relação entre ensino e pesquisa, indispensável à formação do professor-pesquisador. A educação à distância, na formação inicial de futuros professores, faz parte deste processo de otimização dos custos, de precarização do trabalho docente e de solução da precarização das condições de vida dos estudantes brasileiros.

POLÍTICA NACIONAL, POLÍTICAS REGIONAIS

O Plano Nacional de Educação, com metas para a educação brasileira até 2020, e que se encontra no Congresso Nacional para ser aprovado, expressa o conjunto das políticas que já estão em curso: avaliação externa por meio do IDEB, concurso interno para diretor de escola, desconsideração das realidades regionais ou locais, entre outras. A afirmação do respeito às diferenças regionais é contrariada pelos instrumentos de avaliação gerais, excludentes e homogêneos. A democratização do acesso alardeada e proposta não garante a qualidade e a permanência dos alunos por meio da assistência estudantil, reproduzindo uma política educacional homogênea que desconsidera experiências pedagógicas críticas e alternativas dos professores, bem como as experiências socioespaciais dos alunos, que não aprendem da mesma forma e no mesmo ritmo. O PNE propõe o mestrado profissional como elemento para a formação continuada dos professores, e, embora proponha a erradicação do analfabetismo, não questiona a educação que os alunos estão recebendo.

Contrariando o processo de expansão (mesmo que de forma precarizada) da rede de ensino pública federal, no Rio de Janeiro, a rede pública estadual diminuiu, entre 2006 e 2011. O número de matrículas estaduais caiu de 1.490.137 para 1.081.119, em 2011 – uma enorme queda de 409.018 (ou -27,4%), o maior declínio percentual de todas as redes públicas do Brasil.[5] A Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro está fechando escolas, além de haver o processo de municipalização.[6]

Embora a política educacional preconize a regulação e o controle do trabalho docente, a ação dos governos não controla tudo, havendo sempre brechas para o desenvolvimento de propostas alternativas. Portanto, é fundamental

5 Nicholas Davies, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, Boletim 154 do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro, 2012.
6 Em 2011, a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro informou que seis mil alunos de 48 unidades escolares da cidade do Rio de Janeiro seriam transferidos para a administração da prefeitura.

Terra-Livre-40.indd 152 23/07/2014 18:04:08

considerar as ações em diferentes escalas (nacional-federal, estadual-regional, municipal-local), definindo os principais problemas concretos e considerando as possibilidades de superação.

PRINCÍPIOS DA CONSTRUÇÃO DE OUTRA POLÍTICA EDUCACIONAL

Ao contrário de formar para o mercado de trabalho, a finalidade da escola deve ser formar para o domínio e o controle do mundo do trabalho com consciência e para uma cultura crítica do mundo em que se vive. O processo do trabalho vincula-se ao processo de humanização ou desumanização.

Portanto, na escola que se quer,

- o conhecimento não está apenas no professor, no aluno ou nos livros. O conhecimento é uma construção centrada nas relações humanas e dos homens com a natureza;
- o currículo, a gestão e a avaliação são construídos – não impostos – pelos sujeitos da escola por meio da mobilização dos docentes, discentes e servidores, da gestão democrática e da eleição dos gestores;
- há respeito à diferença e diálogo com a prática social dos estudantes;
- a escola é socialmente referenciada nos movimentos sociais que resistem e reagem ao discurso hegemônico – isto requer aproximação entre as práticas curriculares e os movimentos sociais, possibilitando ações conjuntas;
- todos os professores serão concursados e efetivados em suas respectivas áreas de formação e participarão ativamente de todas as atividades da escola (na disciplina de geografia, só poderão lecionar os professores formados em licenciatura plena, neste componente curricular);
- rejeitam-se propostas de junção dos cursos de geografia e história que impliquem na descaracterização de cada uma destas áreas, nos moldes em que se implantou a formação em estudos sociais, na década de 1970;
- os professores têm mais tempo para o planejamento, o que lhes permite articular ensino, pesquisa e extensão, evitando que sejam apenas reprodutores de conhecimento;
- há diálogo entre os diferentes campos do conhecimento;
- todos têm acesso e dominam as novas tecnologias educacionais, que estarão a serviço do professor e do projeto pedagógico da escola;
- é construída a crítica ao discurso hegemônico, por meio de uma perspectiva crítica de geografia;

Terra-Livre-40.indd 153 23/07/2014 18:04:08

- há reflexão crítica do mundo e da própria escola, e não uma aprendizagem mecânica e "decoreba" a serviço de avaliações externas que não dialogam com os protagonistas do processo educativo;
- há planos de carreira que garantam progressão e mecanismos de incentivo à formação continuada, sem prazos para a concessão de licença (atualmente, só concedida após o término do estágio probatório);
- aos professores são garantidas a acessibilidade e a oferta com qualidade de cursos de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado), nos diferentes lugares e instituições do país;
- há limites do número de alunos por turma, considerando as especificidades dos diferentes níveis de ensino (fundamental, médio, profissional) – e estes limites não excedem os de trinta alunos;
- há equilíbrio de carga horária das diferentes disciplinas e áreas do conhecimento, em função do papel da escola e de seu projeto pedagógico. Está presente o componente curricular geografia, nos ensinos fundamental e médio, sugerindo-se, no mínimo, três aulas semanais, para o ensino fundamental, e duas, para o ensino médio.

Na formação do professor, é fundamental estabelecer formas de se articular a formação docente com a situação docente nas escolas, por meio de diferentes formatos de estágios e de projetos que aproximem universidade e escola, assim como com uma maior presença do conteúdo das políticas educacionais.

Todas as propostas de uma política educacional alternativa têm por fundamento o aumento dos recursos públicos (apenas para escolas públicas) de financiamento da educação. Propõem-se 10% do PIB, mas, fundamentalmente, é necessário ir além dos limites constitucionais já estabelecidos e propor/garantir investimentos suficientes para o atendimento de toda a população brasileira em escolas públicas com o padrão de qualidade proposto.

CONCLUSÃO: UMA AGENDA DE ORGANIZAÇÃO E DE LUTA PARA O GT ENSINO DE GEOGRAFIA DA AGB

Os princípios acima elencados, bem como as críticas às políticas educacionais, se articulam em uma agenda de ação nacional e para os GTs locais, muitos deles já aprovados em Juiz de Fora, em 2011, no encontro "Fala Professor". São eles:

Terra-Livre-40.indd 154 23/07/2014 18:04:08

- levantamento dos GT's ativos nas seções locais (membros, atividades etc.);
- fortalecimento da lista de comunicação no Yahoo ou mudança para o ambiente via site da AGB;
- incentivo para que as seções locais organizem o "Fala Professor" regional (com intervalo de um ou dois anos);
- organização de pesquisa nacional, com as seções locais da AGB, para análise do plano de carreira/projeto político-pedagógico/estrutura dos cursos de licenciatura em geografia no Brasil;
- reunião da Comissão de Articulação de GTs/DEN com a ANPEGE, com o intuito de propor sugestões para a ampliação da participação de professores da educação básica nos programas de mestrado e doutorado, principalmente nos programas com linhas de pesquisa na área do ensino de geografia. Propor e orientar a discussão sobre os seguintes temas com a ANPEGE: novas linhas de pesquisa sobre o ensino de geografia, nos programas de pós-graduação em geografia; reestruturação de critérios no processo de seleção para a pós-graduação (por exemplo, o aproveitamento do uso da experiência docente, entre outros);
- organização da agenda para o Fórum de GT's, que tem previsão para ser realizado no segundo semestre de 2012 (com objetivo de integrar as ações dos GT Nacional pelas seções locais);
- sugestão de criação do "Concurso Cultural de Geografia", com ampla discussão nas seções locais, e voltado para a participação de alunos e professores da educação básica;
- fortalecimento da AGB no diálogo com o Ministério da Educação, Congresso Nacional, outras entidades educacionais e sindicatos etc.;
- política de valorização da carreira docente, evidenciando os problemas da avaliação em larga escala, implantação da bonificação no salário dos profissionais da educação etc.;
- realização de reuniões do GT Ensino nas Escolas, apresentando este documento e incentivando a participação dos professores da educação básica;
- ações para a profissionalização: aulas de geografia ministradas por professores licenciados em geografia; professor concursado, com plano de carreira que valorize a formação continuada e valorização salarial por meio de um piso nacional; aumento da carga horária da disciplina, com, no mínimo, três tempos no ensino fundamental e dois no ensino médio; e com 1/3 da carga horária de trabalho dedicada ao planejamento;
- incentivo aos professores, por meio dos sindicatos, para a solicitar ações no Ministério Público que garantam as condições da profissionalização (por

Terra-Livre-40.indd 155 23/07/2014 18:04:09

exemplo, ações contra prefeituras que tenham professores aprovados em concurso, mas que os admitam na forma de contrato provisório);

- incentivo à formação continuada, em diferentes modalidades (cursos, oficinas, cursos de pós-graduação) e em diferentes espaços (escolas, universidades, secretarias, institutos etc.);
- garantia da presença da disciplina geografia nos três anos do ensino médio;
- debate sobre a formação, nos cursos de pedagogia, de professores para o ensino fundamental I (primeiro ao quinto anos), em especial do papel da geografia;
- avaliação e debate, em diálogo com a CAPES e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), considerando-se a grande abrangência que tal programa tem atingido.

Por fim, esta agenda de ação deve se articular como uma mobilização nacional pela valorização da profissão docente e contra a precarização da escola pública brasileira.

A luta contra toda esta conjuntura da educação e pela construção de outra política educacional exige um movimento contra a precarização, politizando todos os espaços de trabalho. A emancipação deve ser pensada em caráter processual, nas lutas cotidianas, revendo conceitos, unindo-se em todos os níveis. Propõe-se que a AGB faça este debate político dentro de e com outras instituições. Para isso, propõe-se a reconstrução dos espaços coletivos de formação e de luta políticas, como aqueles organizados pelos educadores brasileiros, na década de 1980, conjuntamente com os diversos movimentos sociais e sindicais.

Participantes do Grupo de Trabalho Ensino de Geografia, em Belo Horizonte, no XVII ENG (julho/2012):

GT Ensino AGB Niterói: Serlene Ana de Carli, Nathália Pamella R. G. Mesquita, Jeffersom A. Lima Vieira, Glauco Antero Nascimento, Antônio de Oliveira, Felipe Silveira de Souza, Neudy Alexandro Demichei, Maxmuller C. Batista, Raul Sardinha Netto, André Tinoco Vasconcelos, Manoel Martins de Santana Filho, Rafaela Elizabete Araújo, Ana Maria M. Queiroz, Luciano Guimarães de Souza, Marcele F. de Lima, Luana Paiva Barbosa, Elizângela Martins de Oliveira, Léa Francesconi, Nathália Oliveira de Souza, Sanderson dos Santos Romualdo, Miriani R. Breno, Elizângela Damasceno, Pedro José de Souza, Nathália Sousa, Leila de Oliveira Lima Araújo, Letícia de Melo Ho-

Terra-Livre-40.indd 156 23/07/2014 18:04:09

nório, Laís A. M. B. Correia, Maria Luiza de M. Galvão, Jéssica Ingrid Silva Trindade, Monique da Silva Lemos Cardoso, Maria José Andrade da Silva.

GT Ensino AGB Rio de Janeiro: Enio Serra, Orlando Ednei Ferretti, Beny Benji Tomonaga, Gabriel de Melo Neto, Thiago T. de Souza, Cleide Santos de Souza, Leonardo Matiazzi Correa, João José Galdino, Waldir Roque Maffei, Tainá Guimaraes Valença, Vaniere Silva Freitas, Noberto Francisco de Barros Júnior, Iancey de Lacerda Teixeira, Girlan Cezar de Jesus, Maria Alice Nunes Barata, Everton Pereira da Silva, Juliana do Nascimento Pena, Gleyce Assis da Silva Barbosa, Miguel Filipe da Costa Silva, Lucas L. Giolito, Janete Regina de Oliveira, Valéria da Silva Sousa, Natane Soraya Gonçalves de Lima, Baltasar Fernandes Garcia Filho, João Paulo Bernardo Ramos, Sarah Kennedy Duroes, Meire Rosa Oliveira, Antônia Alexandrina dos Santos, Mytsa Carla da Silva, Eliane de Souza Ferreira, Rodrigo Bellei Oliveira, Thainá Santos Coimbra, David A. Santos, André Panin da Costa, Diego Medeiros da Silva, Taíse dos Santos Alves, Rosenildo T. Santos, José de Souza Neto, Sávio José Dias Rodrigues, Ligeria Alves dos Santos, Rafael de Oliveira, Rosângela Trindade de Souza Silva, Wladimir Jansen Ferreira, Danilo Gabriel dos Santos, Luiz Fernando Batista Cozuza, Cislene Dias Rodrigues, Lilian Wilma Cândido, Amélia Cristina Alves Bezerra, Diones Carlos de Souza Almeida, Luciana Maria Santos de Arruda, Marcos Antônio Queiroz, Márcio da Costa Berbat, Hindenburgo Pires.

Composição do GTs Ensino Seção Niterói e Seção Rio: Fabrícia Costa Corrêa, Karina Araújo da Silva, André Tinoco de Vasconcelos, Priscila Viana Alves, Maria Tereza Carvalho, Marcos Antônio Campos Couto.

BIBLIOGRAFIA

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE: *Revista de Ciência da Educação.* Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas. V. 32, n. 115 – p. 265-600. Abr.-jun. 2011.

LIMA, Júlio César F.; NEVES, Lúcia Maria W. (orgs.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

LOPES, Alice Casimiro. *Políticas de integração curricular.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

Terra-Livre-40.indd 157 23/07/2014 18:04:09

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. (orgs.) *Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

SILVA, L. S. P.; LOPES, J. J. M. *Diálogos de pesquisas sobre crianças e infâncias*. Niterói: EdUFF, 2010.

Terra-Livre-40.indd 158 23/07/2014 18:04:09

Resenhas

Terra-Livre-40.indd 159 23/07/2014 18:04:09

Terra-Livre-40.indd 160 23/07/2014 18:04:09

RESENHA

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz (org.). *Trabalho e trabalhadores: as novas configurações espaciais da reestruturação produtiva no espaço rural.* São Cristóvão: Editora UFS, 2011.

MERCEDES SOLÁ PÉREZ[1]

Alexandrina Luz Conceição, organizadora do livro *Trabalho e trabalhadores: as novas configurações espaciais da reestruturação produtiva no espaço rural*, fez graduação e mestrado em geografia, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), e doutorado em ciências humanas, na Universidade de São Paulo (USP). É professora adjunta da Universidade Federal de Sergipe, do Núcleo de Pós-Graduação de Geografia (NPGEO). Coordena o Grupo de Pesquisa "Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais" (GPECT),[2] formado por professores e estudantes pesquisadores de geografia da UFS (campus de São Cristóvão/NPGEO e de Itabaiana), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB – campus de Vitória da Conquista/BA), da Universidade de Pernambuco (UPE – campus de Petrolina/PE) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL – campus de Arapiraca).

Esta foi a segunda publicação do GPECT. A primeira, tratou-se do livro *Leituras sobre Estado-capital-trabalho e as políticas de reordenamentos territoriais* (edição UESB, 2010),[3] e, em 2011, apresentou-se o livro, aqui referido, *Trabalho e trabalhadores: as novas configurações espaciais da reestruturação produtiva no espaço rural*. Dividido em duas partes – a territorialização do capital no espaço agrário e o Estado e a política de desenvolvimento –, o livro possui cinco artigos. Seu objetivo consistiu em "discutir o universo do trabalho no espaço rural, dentro

1 AGB – Seção local Curitiba / Estudante de doutorado em geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco / Bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) / Integrante do ENCONTTRA (Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra), CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho) e NEACA (Núcleo de Estudos sobre Espaço Agrário, Campesinato e Agroecologia). E-mail: mercedessolap@hotmail.com

2 Para mais informações sobre este grupo, acessar estadocapitaltrabalho.wordpress.com.

3 O terceiro livro foi publicado em agosto de 2013: *O capital e a ocupação de terras/territórios.*

Terra-Livre-40.indd 161 23/07/2014 18:04:09

da lógica da expansão do sistema do capital, que tem moldado as relações de trabalho de acordo com seu propósito, passando o trabalhador da condição de autonomia à precarização" (Conceição, 2011, p. 19-20).

Os autores dos artigos, Lucas Gama Lima, Wagnervalter Dutra Júnior, Sócrates Oliveira Menezes e Shizieli de Oliveira Shimada trouxeram os resultados de suas pesquisas de mestrado, e Raimunda Áurea Dias de Sousa, de seu doutorado em geografia (à época, em fase de andamento, e concluída em 2013, na UFS).

Na Parte I ("A territorialização do capital no espaço agrário"), em artigo intitulado "A sociabilidade reificante do capital por meio da política de desenvolvimento territorial", Lucas Gama Lima buscou analisar a ação do Estado por meio da política de desenvolvimento territorial, partindo do pressuposto de que a configuração dos territórios de desenvolvimento implicava em uma regionalização que permitia assegurar a reprodução do capital e gerar, intrinsecamente, a exploração do trabalho e a expropriação da terra dos camponeses pelo capital, sob a sua mediação. Na condição aparente de "supraclassista", o Estado apresentava um discurso de democratização e de consenso de classes, mediante políticas que aliavam interesses privados aos públicos, mas sempre inclinadas à classe capitalista. Com a política de desenvolvimento territorial, o Estado propunha delegar a autonomia sob a responsabilidade dos atores locais, desintegrando o território e ignorando o conflito irreconciliável capital-trabalho. Lucas Lima identificou, em sua pesquisa empírica no território do Alto Sertão sergipano, um núcleo restrito de participantes (dos 112 entrevistados, menos de 20% participaram do planejamento do referente Território do Alto Sertão de Sergipe), concluindo que a criação da política de desenvolvimento territorial era marginal e não estrutural, pois mantinha o sistema hegemônico capitalista.

Em seu artigo "Geografia, capitalismo e desenvolvimento – ensaio sobre o 'Estado de exceção'", Wagnervalter Dutra Júnior tratou da intervenção do Estado visando a garantir a reprodução ampliada do capital. Enfatizou, especialmente, a face coercitiva do Estado assimilando-se às ações de um Estado de exceção devido aos conflitos inerentes que se apresentavam diante da contradição da sociabilidade capitalista (produção social x apropriação privada). Ele analisou esta questão a partir de três tópicos gerais que diziam respeito a: como se apresentava o Estado de exceção, o atual contexto de acumulação por despossessão globalizado e a financeirização do capital. Em linhas gerais, este autor identificou que o Estado de exceção se apresentava exercendo, por vezes, a violência e impondo a ditadura do mercado – entendendo-se acumulação por

Terra-Livre-40.indd 162 23/07/2014 18:04:09

despossessão como propulsora da reprodução ampliada do capital e a financeirização implicando em créditos, especulação e criação de dinheiro para gerar mais dinheiro sem a necessidade de passar pelo capital produtivo. Este tripé perpetuava o sistema do capital e, portanto, a concretude da barbárie social.

Na Parte II ("A territorialização do capital no espaço agrário – as consequências para os que vivem no campo"), Shiziele de Oliveira Shimada, em artigo intitulado "A relação capital-trabalho no corte da cana e as novas formas de travestimento do trabalho 'escravo'", enfatizou a exploração e a expropriação dos trabalhadores da cana-de-açúcar. Inicialmente, apresentou reflexões teóricas sobre a relação capital-trabalho a partir de análise bibliográfica e de um estudo de caso sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar, no estado de Sergipe. Sua pesquisa permitiu observar que o fato de os trabalhadores ganharem por produção levava à superexploração e ao esforço excessivo, que provocavam problemas de saúde e, inclusive, mortes. Ela referiu-se à mobilidade sazonal do trabalho, característica do corte da cana, e às más condições dos alojamentos às quais se submetiam os trabalhadores na condição de trabalho escravo. Esta autora apresentou um quadro elucidativo, publicado pelo *site* do Repórter Brasil, sobre as atuais condições de escravidão em relação à antiga escravidão legal. E, por meio de diversos indicadores, demonstrou que a nova escravidão era mais perversa que a anterior, pois criava uma propaganda de crescimento do emprego em que o trabalho era precarizado, temporário e pago por produção, sob o fetiche da carteira assinada.

Raimunda Áurea Dias de Sousa, em "Trabalho e os trabalhadores: desvendando a realidade no Vale do São Francisco", apresentou a mudança na lógica do valor de uso da terra, no Vale do São Francisco, para a territorialização do agro-hidronegócio pelo projeto modernizador de produção para exportação. Para demonstrar isto, a autora analisou o conceito de trabalhador camponês, utilizando autores como Antunes (2006), Conceição (1991), Martins (1982, 2003, 2004), Marx (2010), Mészáros (2007) e Shanin (2008). Ela caracterizou os perímetros irrigados instalados no polo Juazeiro/Petrolina e desvendou as implicações desta mudança no território. Raimunda de Sousa considerou que a política de desenvolvimento de instalação de perímetros irrigados implicou no estranhamento, no assalariamento e na expropriação do trabalhador camponês.

A reflexão de Sócrates Oliveira Menezes, em "Entre o campo e a cidade: trabalho e trabalhadores dentro dos territórios de luta", deu-se em torno dos depoimentos dos trabalhadores do assentamento Zumbi dos Palmares e do acampamento Santos Dias (do Movimento dos Trabalhadores Desempregados de Vitória da Conquista – BA). Preocupado em entender o sentido do trabalho,

Terra-Livre-40.indd 163 23/07/2014 18:04:09

identificou que, no contexto de reestruturação produtiva do capital, a condição de alienação se apresentava pela intensificação da acumulação, a falta de emprego e de terra. Explicou que "a naturalização do mundo dominado pela lógica do lucro e pela propriedade privada, pelas mediações do capital, efetiva-se na desefetivação do trabalhador que se apresenta de mãos atadas" (Menezes, 2011, p. 209), e concluiu que as formas de realização do trabalho pelos trabalhadores eram precárias e degradantes. Por conta, e apesar disso, os trabalhadores não reconheciam como trabalho a energia humana dispensada, mas representavam um potencial questionador da lógica imposta pelo capital.

Todos os autores e autoras aqui citados trabalharam com categorias caras ao Grupo de Pesquisa "Estado, capital, trabalho e as políticas de reordenamentos territoriais" (tais como: a centralidade do trabalho, os trabalhadores e seus territórios inseridos no contexto de reestruturação do capital), entendidas a partir da teoria marxista de uma análise da totalidade. A divulgação destas pesquisas é fundamental para a compreensão da relação capital-trabalho, no atual contexto de reestruturação do capital. Contudo, a linguagem utilizada, ao longo dos artigos, foi extremamente acadêmica, e, nesse sentido, possivelmente, não se mostrará acessível a um leitor não especializado na discussão teórica de suas temáticas.

Terra-Livre-40.indd 164 23/07/2014 18:04:09

Normas

Terra-Livre-40.indd 165 23/07/2014 18:04:09

REVISTA TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Terra Livre é uma publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), cujo objetivo é divulgar a produção do conhecimento geográfico. Publicam-se textos sob as formas de artigos, notas, resenhas e comunicações, entre outras, dos que se interessam e participam do conhecimento propiciado pela geografia.

1. Os textos deverão ser enviados para o e-mail – terralivre@agb.org.br.

2. Todos os textos enviados à Terra Livre devem ser inéditos e redigidos preferencialmente na língua portuguesa e, excepcionalmente, em outras línguas.

3. Os textos devem ser apresentados com o máximo de 30 laudas, com margem (direita, esquerda, superior e inferior) de 3 cm, e parágrafos de 2 cm, em Word para Windows, utilizando-se a fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1 e ½, formato A-4 (210x297mm).

4. Os arquivos não poderão ultrapassar 2,0 Mb, incluindo texto, referências bibliográficas, tabelas, figuras etc.

4.1. As ilustrações (figuras, tabelas, desenhos, gráficos, fotografias etc.) devem ser enviadas nos formatos JPG ou TIF, e somente serão aceitas em tons de cinza. Não serão aceitas ilustrações coloridas, a menos que o(s) autor(es) do texto arquem com os custos adicionais decorrentes.

5. O cabeçalho deve conter o título (e subtítulo, se houver) em português, inglês e espanhol ou francês. Na segunda linha, o(s) nome(s) do(s) autor(es), e, na terceira, as informações referentes à seção local a que está(ão) associado(s) ou instituição(ões) a que pertence(m), bem como o(s) correio(s) eletrônico(s) e endereço postal do(s) autor(es).

6. O texto deve ser acompanhado de resumos em português, inglês e espanhol ou francês, com no mínimo 10 e no máximo 15 linhas, em espaço simples, e uma relação de 5 palavras-chaves que identifiquem o conteúdo do texto.

7. A estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos. É essencial conter introdução e conclusão ou considerações finais.

8. As notas de rodapé não deverão ser usadas para referências bibliográficas. Este recurso pode ser utilizado quando extremamente necessário, e cada nota deve ter em torno de 3 linhas.

9. As citações textuais longas (mais de 3 linhas) devem constituir um parágrafo independente. As menções a ideias e/ou informações, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema (Sobrenome do autor, data) ou

Terra-Livre-40.indd 166 23/07/2014 18:04:09

(Sobrenome do autor, data, página). Ex.: (Oliveira, 1991) ou (Oliveira, 1991, p.25). Caso o nome do autor esteja citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses. Ex.: "A esse respeito, Milton Santos demonstrou os limites... (1989)". Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser identificados por uma letra minúscula após a data. Ex.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).

9.1. As citações, bem como vocábulos e conceitos que não estejam em português, deverão ser oferecidas ao leitor em nota de rodapé.

10. A bibliografia deve ser apresentada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome do(s) autor(es), como nos seguintes exemplos.

a) no caso de livro:

SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data.

Ex.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: editora Vozes, 1985.

b) No caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org.). Título do livro. Local de publicação: Editora, data, página inicial-página final. Ex.: FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) No caso de artigo:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume do periódico, número do fascículo, página inicial- página final, mês(es). Ano. Ex.: SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) No caso de dissertações e teses:

SOBRENOME, Nome. Título da dissertação (tese). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração). Ex.: SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. 268p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

11. O descumprimento das exigências anteriores acarretará a não-aceitação do referido texto; tampouco seguirá a tramitação usual para os pareceristas da Revista Terra Livre.

Terra-Livre-40.indd 167 23/07/2014 18:04:09

12. Os artigos serão enviados a dois pareceristas, cujos nomes permanecerão em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s) autor(es). Em caso de divergência nos pareceres, o texto será submetido a um terceiro parecerista.

13. Os originais serão apreciados pela Coordenação de Publicações, que poderá aceitar, recusar ou reapresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações editoriais.

14. Cada trabalho publicado dá direito a dois exemplares a seu(s) autor(es), no caso de artigo, e um exemplar, nos demais casos (notas, resenhas, comunicações). A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) se reserva o direito de facultar os artigos publicados para reprodução em seu sítio ou por meio de cópia xerográfica, com a devida citação da fonte.

15. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Coordenação de Publicações e/ou do Conselho Editorial.

16. Os autores poderão manter contato com a Comissão Editorial por meio do endereço eletrônico da Revista Terra Livre - terralivre@agb.org.br

Terra-Livre-40.indd 168 23/07/2014 18:04:09

TERRA LIVRE MAGAZINE
STANDARDS FOR PUBLICATION

Terra Livre is an Association of Brazilian Geographers' biannual publication that aims to disseminate materials pertaining to the themes present in the training and practice of geographers and your participation in the citizenship construction. Its texts are received in the form of articles, notes, reviews, communications, among others, of all who are interested and participate in the knowledge afforded by Geography, and which are related with the discussions that involves the theories, methodologies and practices developed and used in this process, as well as the conditions and situations under which they are manifesting and prospects.

1. All the texts sent to this journal must be unpublished and written in Portuguese, English, Spanish or French.

2. The texts must be presented with minimum lenght of 15 and maximum 30 pages, with margins (right, left, top and bottom) of 3 cm, and paragraphs of 2 cm, in Word for Windows, using the Times New Roman, size 12, space 1 and ½, A4 format (210x297mm).

3. The files don't exceed 2.0MB, including text, references, tables, figures etc.

3.1 The illustrations (figures, tables, pictures, graphics, photographs etc.) must be available in JPEG or TIF formats, and not only be accepted in black, or that details are accented in shades of gray, no color pictures will be accepted.

4. The header should contain the title (and subtitle, if any) in Portuguese, English and Spanish or French. In the second line, the name (s) of author (s), and the third, the information of the institution (s) you belong to and mailing address of the author (s).

5. The text should be accompanied by summaries in English, Portuguese and Spanish or French, with a minimum 10 and maximum of 15 lines, single -spaced, and a list of 5 keywords identifying the content of the text.

6. The structure of the text should be divided into unnumbered and with subtitles. It is essential to include an introduction and conclusion or closing remarks.

7. Footnotes should not be used for references. This feature can be used when absolutely necessary and every note should be about 3 lines.

8. Textual quotes long (more than 3 lines) should be a separate paragraph. The words to ideas and / or information during the text should be referred to the scheme (author's surname, date) or (author's surname, date, page). Exam-

Terra-Livre-40.indd 169 23/07/2014 18:04:09

ple: (Oliveira, 1991) or (Oliveira, 1991, p.25). If the author's name is mentioned in the text, indicate only the date in parentheses. E.g.: In this regard, Milton Santos revealed the limits ... (1989). Different works by the same author published in the same year should be identified by a letter after the date. E.g.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).

8.1. The quotes and words, concepts that are not in Portuguese, must be offered to the reader in a footnote.

9. References must be submitted at the end of the work, in alphabetical order by surname of the author (s) (s), as the following examples.

a) For a book:

LAST NAME, Name. Title. Place of publication: Publisher, date.

Example:

Valverde, Orlando. Agrarian Studies Geography Brazilian. Petrópolis: Vozes, 1985.

b) In the case of book chapter:

LAST NAME, Name. Title of chapter. In: SURNAME, Name (ed.). Title of book. Place of publication: Publisher, date, page-last page.

E.g.:

Frank, Monica Weber. Geographical analysis for implementation of the Municipal Park of Niterói, Canoas - RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luis Verdun, Roberto (eds.). Environment and place in the city: the Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) In the case of article:

LAST NAME, Name. Title of article. Journal title, place of publication, journal volume, issue number, page-last page, month (s) Year.

E.g.:

SEABRA, Manoel F. G. Location (s)? Guidance, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) In the case of dissertations and theses:

LAST NAME, Name. Title of dissertation (thesis). Location: Institution where

it was held, date. Number of pages. (Category, grade and area of concentration).

E.g.:

SILVA, José borzacchiello da. Popular social movements in strength: a geographical approach. São Paulo: Faculty of Philosophy and Humanities at the University of São Paulo, 1986. 268p. (Thesis, Doctor of Science: Human Geography).

Terra-Livre-40.indd 170 23/07/2014 18:04:09

10. Failure to comply with the above requirements will result in the rejection of the text; neither follows the usual procedure for ad hoc of the journal Terra Livre.

11. The articles will be sent to referees, whose names remain in secrecy and is also the name (s) of author (s).

12. The originals will be considered by the Coordination Office, which may accept, rejectorreturnthe originaltotheauthor(s) withsuggestionsforeditorialchanges. The versions that contain the comments of the reviewers, and also parts of evaluations

of the reviewers that the Editorial Board considers important to direct the authors, are compared with the versions that the authors should return to the Commission, if there is compliance with the requests signaled by the referee that carry the disfigurement and demerits of the journal, the texts will be refused by the Editorial Board.

13. The Association of Brazilian Geographers (AGB) reserves the right to provide the published articles for playback on your website or by photocopy, with proper citation of the source. Each published work is entitled to two copies of your author (s), if the article, and a copy in all other cases (notes, reviews, communications ...).

14. The concepts expressed in papers are the sole responsibility of the author (s) (s), not implying necessarily the agreement of the Coordination Office and / or the Editorial Board.

15. E-mail addresses, for which the texts are to be targeted will be announced in each call specifies for each issue.

16. Authors may contact the Editorial Board via e-mail address of the Editorial Board of Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br as well as through the postal address of the AGB / National: National Executive / Coordination Office – Terra Livre- Av. Lineu Prestes, 332 - Historical Geography and History - Cidade Universitária - CEP 05508-900 - São Paulo (SP) - Brazil.

Terra-Livre-40.indd 171 23/07/2014 18:04:09

TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICACIÓN

Terra Livre es una publicación semestral de la Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) que tiene como objetivo divulgar materias concernientes a los temas presentes en la formación y la práctica dos geógrafos y su participación en la construcción de la ciudadanía. En ella se recogen textos bajo la forma de artículos, notas, reseñas, comunicaciones, entre otras, de todos los que se interesan y participan del conocimiento propiciado por la Geografía, y que estén relacionados con las discusiones que incluyen las teorías, metodologías y prácticas desarrolladas y utilizadas en este proceso, así como con las condiciones y situaciones bajo las cuales se vienen manifestando y sus perspectivas.

1. Todos los textos enviados a esta revista deben ser inéditos y redactados en portugués, inglés, español o francés.

2. Los textos deben ser presentados con extensión mínima de 15 y máxima de 30 páginas, con margen (derecho, izquierdo, superior e inferior) de 3 cm, y párrafos de 2,0 centímetros, en Word para Windows, utilizando la fuente Times New Roman, tamaño de fuente 12, espacio 1,5 formato A-4 (210x297mm).

3. Los archivos no podrán sobrepasar 2,0 Mb, incluyendo texto, referencias bibliográficas, tablas, figuras, etc.).

3.1. Las ilustraciones (figuras, tablas, dibujos, gráficos, fotografías, etc.) deben estar dispuestos en los formatos JPG o TIF, y no solamente se aceptarán en color negro, o que los detalles se acentúen en tonos grises; no se aceptarán figuras en colores.

4. El encabezado debe contener el título (y subtítulo, si hubiera) en portugués, inglés y español o francés. En la segunda línea, el(los) nombre(s) del(s) autor(es), y, en la tercera, las informaciones referentes a la(s) institución(ones) a la que pertenece(n), así como el(los) correo(s) electrónico(s) y dirección postal del(los) autor(es).

5. El texto debe estar acompañado de resúmenes en portugués, inglés, español o francés, con un mínimo 10 y como máximo 15 líneas, en espacio simple, y una relación de 5 palabras clave que identifiquen el contenido del texto.

6. La estructura del texto se debe dividir en partes no numeradas y com subtítulos. Es esencial contener introducción y conclusión o consideraciones finales.

7. Las notas al pie de página no deberán ser usadas para referencias bibliográficas. Este recurso puede ser utilizado cuando sea extremadamente necessário y cada nota debe tener alrededor de 3 líneas.

Terra-Livre-40.indd 172 23/07/2014 18:04:09

8. Las citaciones textuales largas (más de 3 líneas) deben constituir um párrafo independiente. Las menciones a ideas y/o informaciones en el transcurso del texto deben subordinarse al esquema (Apellido del autor, fecha) o (Apellido del autor, fecha, página). Ej.: (Oliveira, 1991) u (Oliveira, 1991, p.25). En el caso de que el nombre del autor esté citado en el texto, se indica sólo a la fecha entre paréntesis. Ej.: "A este respecto, Milton Santos demostró los límites... (1989)". Diferentes títulos del mismo autor publicados en el mismo año se deben identificar por una letra minúscula después de la fecha. Ej.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).

8.1. Las citas, así como vocablos, conceptos que no estén en portugués, deberán ser ofrecidas al lector en nota al pie de página.

9. La bibliografía debe ser presentada al final del trabajo, en orden alfabético de apellido del(los) autor(es), como en los siguientes ejemplos.

a) En el caso de libro:

APELLIDO, Nombre. Título de la obra. Lugar de publicación: Editorial, fecha.

Ej.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

b) En el caso de capítulo de libro:

APELLIDO, Nombre. Título del capítulo. In: APELLIDO, Nombre (org). Título del libro. Lugar de publicación: Editora, fecha, página inicial - página final.

Ej.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora de la Universidad, 2000, p.67-93.

c) En el caso de artículo:

APELLIDO, Nombre. Título del artículo. Título del periódico, lugar de publicación, volumen del periódico, número del fascículo, página inicial – página final, mes(es). Año.

Ej.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografía(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, oct. 1984.

d) En el caso de disertaciones y tesis:

APELLIDO, Nombre. Título de la disertación (tesis). Lugar: Institución en que fue defendida, fecha. Número de páginas. (Categoría, grado y área de concentración).

Terra-Livre-40.indd 173 23/07/2014 18:04:09

Ej.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo, 1986. 268p. (Tesis, doctorado en Ciencias: Geografía Humana).

10. El no cumplimiento de las exigencias anteriores, acarreará la no aceptación del referido texto; tampoco seguirá la tramitación usual para los funcionários de pareceres ad hoc de la Revista Terra Livre.

11. Los artículos se enviarán a los funcionarios de pareceres, cuyos nombres permanecerán en sigilo, omitiéndose también el(los) nombre(s) del(los) autor(es).

12. Los originales serán apreciados por la Coordinación de Publicaciones, que podrá aceptar, rechazar o representar el original al(los) autor(es) con sugerencias de alteraciones editoriales. Las versiones que contendrán las observaciones de los funcionarios de pareceres, así como partes de las evaluaciones de los funcionarios de pareceres que la Comisión Editorial juzgue importante dirigir a los autores, serán comparadas con las versiones que deberán retornar de los autores a la Comisión; caso en el caso que no haya el cumplimiento de las solicitudes señalizaciones por los funcionarios de pareceres y que implican en la desfiguración y demérito de la Revista, los textos serán rechazados por la Comisión Editorial.

13. La Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) se reserva el derecho de facultar los artículos publicados para reproducción en su sitio o por medio de copia xerográfica, con la debida citación de la fuente. Cada trabajo publicado da derecho a dos ejemplares a su(s) autor(es), en el caso de artículo, y un ejemplar en los demás casos (notas, reseñas, comunicaciones, ...).

14. Los conceptos emitidos en los trabajos son de responsabilidad exclusiva del(los) autor(es), no implicando, necesariamente, en la concordancia de la Coordinación de Publicaciones y/o del Consejo Editorial.

15. Direcciones electrónicas, para las cuales los textos deberán ser dirigidos serán divulgados en cada llamada específica para cada número de la revista.

16. Los autores podrán mantener contacto con la Comisión Editorial a través de la dirección electrónica de la Comisión Editorial de la Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br, así como por medio de la dirección vía postal de la AGB/Nacional: Dirección Ejecutiva Nacional / Coordinación de Publicaciones – Terra Livre - Av. Prof. Lineu Prestes, 332 – Edificio Geografía e Historia – Ciudad Universitaria – CEP 05508-900 – São Paulo (SP) – Brasil.

Terra-Livre-40.indd 174 23/07/2014 18:04:09

Terra-Livre-40.indd 175 23/07/2014 18:04:09

Esta revista foi editorada por Letra e Imagem Editora, em caracteres Garamond, e impressa por Nova Letra Gráfica e Editora, em papel apergaminhado 75g, capa em cartão 300g, formato 180x265mm, em julho de 2014.

Preparação de originais e revisão de textos: Cláudia Rubim.

Tiragem: 1000 exemplares.

Terra-Livre-40.indd 176 23/07/2014 18:04:09